

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ MIGUEL PORTELLA

TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS NAS DISSERTAÇÕES SOBRE
MASCULINIDADES NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ

CURITIBA

2022

LUIZ MIGUEL PORTELLA

TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS NAS DISSERTAÇÕES SOBRE
MASCULINIDADES NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Megg Rayara Gomes de Oliveira

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Portella, Luiz Miguel.

Tendências e perspectivas nas dissertações sobre masculinidades nos programas de pós-graduação em educação das universidades do Paraná / Luiz Miguel Portella – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Megg Rayara Gomes de Oliveira

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Masculinidade – Educação. 3. Masculinidade – Relações. 4. Identidade de gênero na educação. 5. Ensino superior – Pós-graduação. I. Oliveira, Megg Rayara Gomes de, 1965-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós- Graduação em Educação. IV. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584



TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUIZ MIGUEL PORTELLA** intitulada: **TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS NAS DISSERTAÇÕES SOBRE MASCULINIDADES NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ**, sob orientação da Profa. Dra. MEGG RAYARA GOMES DE OLIVEIRA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 16 de Dezembro de 2022.

Assinatura Eletrônica

03/01/2023 14:06:00.0

MEGG RAYARA GOMES DE OLIVEIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

22/12/2022 10:29:19.0

FERNANDO SEFFNER

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)

Assinatura Eletrônica

19/01/2023 12:03:46.0

ANDRÉ LUCAS GUERREIRO OLIVEIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

22/12/2022 16:39:17.0

DAYANA BRUNETTO CARLIN DOS SANTOS

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico esta dissertação para comunidade trans e travesti.
Por todas e todos que vieram antes de mim.
E aquelas e aqueles que virão depois de nós.

AGRADECIMENTOS

A minha amada família, em especial, Jonathan (in memoriam), Amanda (in memoriam), Eliane (in memoriam), Nelson (in memoriam) e Delourdes (in memoriam). Como diz o poeta, “carrego meus mortos do lado esquerdo...por isso caminho meio de banda”.

À professora Megg Rayara, por sua parceria e orientação para realização deste estudo e por sua representatividade.

A meus amigos e amigas, por me proporcionarem afeto e gentileza.

A todas as professoras que fizeram parte da minha caminhada.

A todos os professores que fizeram parte da minha caminhada.

RESUMO

Em grande parte, os estereótipos de masculinidade destacam atributos tidos como biológicos e naturais, o que certificaria a concepção de um padrão de homem, o entendimento de um sujeito universal. O conceito de masculinidade hegemônica destaca a posição de autoridade que esse grupo mantém nas relações de gênero e como a masculinidade construída em volta desta posição central se comporta em relação aos outros tipos de masculinidade, o que podemos chamar de masculinidade periférica. O presente estudo realiza um levantamento de dissertações produzidas em programas de pós-graduação de universidades públicas do Paraná a fim de indagar quais são os discursos sobre masculinidades que predominam na produção do conhecimento no campo da Educação. O período estabelecido para as buscas foram os anos de 2011 a 2021, essa escolha vincula-se com as primeiras orientações e resoluções que tratam da transexualidade nas escolas estaduais do Paraná. Realizou-se um estudo de abordagem quantitativa e qualitativa, combinando diferentes dados com o intuito de gerar resultados complementares e integrar um quadro mais amplo a respeito das produções. Para localizar e categorizar as produções utilizou-se a plataforma online de buscas do Catálogo de Teses e Dissertações CAPES com os descritores “masculinidades”, “masculinidade”, “homens”, “homem”, “meninos”, “menino”, “masculino”, “masculinos”. Os dados preliminares sugerem que há pouco espaço na produção acadêmica para o debate sobre masculinidades periféricas, quando se trata de trabalhos que concentram sua análise sobre masculinidades de homens trans há uma lacuna que evidencia a importância do fomento neste tipo de estudo no campo da Educação.

Palavras-chave: Masculinidades. Educação. Masculinidades periféricas. Masculinidade hegemônica. Dissertações.

ABSTRACT

To a large extent, stereotypes of masculinity highlight attributes considered biological and natural, which would certify the conception of a standard of man, the understanding of a universal subject. The concept of hegemonic masculinity highlights the position of authority that this group maintains in gender relations and how the masculinity built around this central position behaves in relation to other types of masculinity, which we can call peripheral masculinity. The present study surveys dissertations produced in postgraduate programs at public universities in Paraná, in order to investigate which are the discourses on masculinities that predominate in the production of knowledge in the field of Education. The period established for the searches were the years 2011 to 2021, this choice is linked to the first guidelines and resolutions dealing with transsexuality in state schools in Paraná. A quantitative and qualitative study was carried out, combining different data with the aim of generating complementary results and integrating a broader picture regarding the productions. To locate and categorize the productions, the online search platform of the Catalog of Theses and Dissertations CAPES was used with the descriptors "masculinities", "masculinity", "men", "man", "boys", "boy", "masculine", "masculine". Preliminary data suggest that there is little space in academic production for the debate on peripheral masculinities, when it comes to works that focus their analysis on masculinities of trans men, there is a gap that highlights the importance of promoting this type of study in the field of Education.

Keywords: Masculinities. Education. Peripheral masculinities. Hegemonic masculinity. Dissertations.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Resultados das três primeiras grandes áreas com o maior volume de produções.....	58
GRÁFICO 2 - Resultados das cinco primeiras áreas com o maior volume de produções.....	59
GRÁFICO 3 - Resultados dos cinco anos com maior número de publicações	61
GRÁFICO 4 - Resultados das produções por instituição	63
GRÁFICO 5 – Volume de produções por ano nos programas de Educação do Paraná.....	64
GRÁFICO 6 – Autores citados com mais frequência	71
GRÁFICO 7 – Abordagens teóricas mais utilizadas.....	74
Gráfico 8 – Abordagem Metodológica	76
GRÁFICO 9 – Delineamento das Pesquisas.....	78
GRÁFICO 10 – Instrumentos de geração de dados.....	79

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Resultados sobre Instituições	61
QUADRO 2 - Demonstrativo do volume total de dissertações das universidades públicas paranaenses, distinguindo o montante de produção por instituição e o atendimento aos critérios.	65
QUADRO 3 - Demonstrativo do volume total de dissertações que atenderam aos critérios considerando as universidades paranaenses selecionadas	65
QUADRO 4 – Categorias De Dissertações	68
QUADRO 5 – Dissertações e categorias de análise, autora/autor e ano	70
QUADRO 6 – Palavras-chave	80
Quadro 7 – Gênero	81
Quadro 8 – Orientação Sexual	82
Quadro 9 – Pertencimento Religioso.....	82
Quadro 10 – Área de atuação profissional	82

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ANTRA	- Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ATRANSCE	- Associação Transmasculina do Ceará
CID-11	- Classificação Internacional de Doenças
IBTE	- Instituto Brasileiro Trans de Educação
LGBTI	- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos
OMS	- Organização Mundial da Saúde
UEM	- Universidade Estadual de Maringá
UEL	- Universidade Estadual de Londrina
UEPG	- Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNIOESTE	- Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 CAPÍTULO I: CAMINHOS E POSSIBILIDADES NOS ESTUDOS BRASILEIROS SOBRE MASCULINIDADES	28
1.1 Constituição do campo no Brasil	30
1.2 Saúde e sexualidade	31
1.3 Representações culturais e violência	37
1.4 Reflexões epistemológicas	40
1.5 Cisgeneridade branca como centralidade	41
1.6 Outras masculinidades.....	42
2 CAPITULO II: MASCULINIDADES NA EDUCAÇÃO: MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES	54
2.1 PRÉ-ANÁLISE.....	57
2.2 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL	64
3 CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS RESULTADOS	68
3.1 DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS PRODUÇÕES.....	68
3.2 DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO CONTROLADA DAS CATEGORIAS.....	83
3.2.1 Perspectivas da infância e adolescência.....	83
3.2.2 Perspectivas periféricas	89
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
5 REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

Não tenho inveja da maternidade
 Nem da lactação
 Não tenho inveja da adiposidade
 Nem da menstruação
 Só tenho inveja da longevidade
 E dos orgasmos múltiplos
 E dos orgasmos múltiplos
 E dos orgasmos múltiplos
 Eu sou homem
 Pele solta sobre o músculo
 Eu sou homem
 Pêlo grosso no nariz
 (VELOSO, 2019)

A canção intitulada “Homem”, do álbum “Cê”, lançado em 2006 pelo cantor e compositor Caetano Veloso carrega de maneira jocosa em seus versos uma rejeição às situações que são consideradas distantes da posição de homem e reitera características consideradas naturalmente masculinas; como a disposição e a aparência física, o apelo ao sexo, à liberdade e a virilidade. Ao rechaçar condições que são atribuídas à mulher e não as conceber também ao homem, se reforça a ideia de um padrão de masculinidade cisgênero pautado em características físicas e que reforça um ideal de homem.

Em grande parte, os estereótipos de masculinidade destacam atributos tidos como biológicos e naturais, o que certificaria a concepção de um padrão de homem, o entendimento de um sujeito universal. No intuito de entender como se estruturam os modelos de masculinidade, Raewyn Connell e James W. Messerschmidt (2013)¹ utilizaram o termo “masculinidade hegemônica” para retratar um conjunto padrão de práticas que alicerçam privilégios em relações de gênero, particularmente, de homens cisgêneros, brancos, heterossexuais. O conceito destaca a posição de autoridade que esse grupo mantém nas relações de gênero e como a masculinidade construída em volta desta posição central se comporta em relação aos outros tipos de masculinidade, o que podemos chamar de masculinidade periférica.

¹ Neste estudo compreende-se que o uso gramatical generalizado do masculino representa um obstáculo nas reflexões acerca de práticas discursivas dominantes, portanto, propõe-se a flexão de gênero durante o texto. Entendendo também a língua/linguagem como “veículo de discursos e letramentos” e como “espaço de construção de realidades e verdades que nos possibilita interpretar, perceber e elaborar nossas verdades” (Lílian Barbosa de MORAIS, 2019, p.5) pretendemos identificar as autoras e autores durante a pesquisa utilizando prenome e sobrenome na primeira vez que o nome for citado com a intenção de proporcionar visibilidade e destaque às pesquisadoras e também às autoras e autores trans e travestis.

Segundo a autora Megg Rayara Gomes de Oliveira²,

Entre as masculinidades consideradas periféricas por não se encaixarem no padrão imposto pela norma cis heterossexual branca de classe média, são apontadas aquelas exercitadas por homossexuais negros, homossexuais pobres, homossexuais idosos, homossexuais gordos, homossexuais ligados ao movimento *Hip Hop*, gays afeminados, viados e bichas pintosas (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2017, p. 169/170).

Dessa forma, se faz necessário pensar sobre a complexidade da construção das identidades masculinas, uma vez que é um processo que não se fundamenta em uma única perspectiva. Entendendo a masculinidade hegemônica como uma forma de masculinidade dominante e culturalmente autorizada e autorizante; compreende-se que existem masculinidades que são subordinadas a este modelo, que são geradas e produzidas ao mesmo tempo (Lisset Montero GARCÍA e Jesús Manuel Socorro GRIMÓN, 2010).

O pesquisador Mariano M. Pastrana De La Flor também sugere que há masculinidades plurais e distantes dos estereótipos dominantes que apresentam um leque de possibilidades na ressignificação dessas vivências. Segundo o autor

Estas nuevas formas identitarias en los varones son a veces definidas como periféricas, ya que al ser un grupo minoritario que se construye a partir de las carencias de la vieja masculinidad, no conforman aun un modelo con fuerte presencia en la sociedad actual. Un grupo al que se suman las masculinidades disidentes, entendidas como aquellas no heterocentradas, que suponen otras formas de vivir la masculinidad [...] (PASTRANA DE LA FLOR, 2019, p. 155).

Conforme explica Pastrana de La Flor, esse processo reforça e demonstra que as masculinidades são construídas socialmente, para ele as identidades trans configuram uma frente contra hegemônica neste contexto. Considerando estes aspectos, este estudo entende as masculinidades de homens trans, como periféricas. Esse entendimento se relaciona com a percepção de que as masculinidades são socialmente e culturalmente significadas a partir “da ideia de que os padrões cisgêneros de corpos e vivências de gênero são os naturais e

² Megg Rayara Gomes de Oliveira é travesti, preta, ativista, pesquisadora e professora no setor de educação e no Programa de Pós-graduação em educação na Universidade Federal do Paraná.

desejáveis” (Viviane VERGUEIRO SIMAKAWA³, 2015, p.61). Portanto, se faz legítima a problematização sobre a produção da cisgeneridade como normatividade na construção das masculinidades. Nesse contexto, é necessário apresentar o que Viviane Vergueiro Simakawa define como cisgeneridade, conceito que será utilizado ao longo deste estudo. Segundo a autora “a cisgeneridade pode ser resumida como sendo a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas” (SIMAKAWA, 2015, p.44).

Nesse sentido, é possível pensar que para se fazer homem, para se constituir o gênero, é necessário a aplicação de continuados atos performativos que produzem a binaridade rígida homem-mulher e masculino/feminino. (Judith BUTLER, 2013; Berenice BENTO, 2006). Tendo em vista esse modelo de masculinidade, de um homem presumivelmente branco, cisgênero e heterossexual, pode-se prenciar que essa representação hegemônica desconsidera as diferentes experiências de homens com suas vivências distintas de sexualidade, raça, classe, faixa etária, expressão e identidade de gênero.

Neste trabalho optou-se pela utilização do termo "homem trans" em conformidade com Guilherme Silva de Almeida⁴ (2012), que o elegeu na tentativa de condensar a experiência da "transexualidade masculina" e abarcar as diferentes expressões encontradas na literatura, tais como: FTM (*female-to-male*), transman, transhomem, transexual masculino, entre outros. O termo elencado atesta também a posição de André Lucas Guerreiro Oliveira⁵ (2015) ao impugnar classificações médicas e patologizantes.

As intenções deste estudo surgem em um contexto pré-pandêmico, a partir de inquietações produzidas em conversas entre homens trans na cidade de Curitiba. Em meados de 2019 começamos a nos reunir interessados em compartilhar nossas

³ Viviane Vergueiro Simakawa é travesti, ativista transfeminista, pesquisadora, mestra em Cultura e Sociedade e doutoranda em Estudos sobre Gênero, Mulheres e Feminismos na Universidade Federal da Bahia.

⁴ Guilherme Silva de Almeida é homem trans, pesquisador, doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁵ André Lucas Guerreiro Oliveira é homem trans, pesquisador, doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, professor de sociologia do Ensino Médio da rede estadual de ensino do Paraná e professor substituto de Sociologia da Educação e Diversidade no Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Paraná em 2021.

experiências e criar uma rede de apoio segura, que fosse pensada por nós e para nós⁶. Sem grandes certezas iniciamos nossos diálogos com grupos pequenos, com quatro, às vezes cinco indivíduos. Conforme as prosas avançavam, davam espaço para outros tipos de interações; jogos esportivos e momentos de lazer, encontros em eventos, parcerias acadêmicas e laborais. Em meio às várias inseguranças sobre as condições de vulnerabilidade da população trans no Brasil, nossas dificuldades de acesso aos sistemas de saúde, educação e mercado de trabalho eram atravessadas também por constantes questionamentos do que “é ser homem” e, mais especificamente, o que é “ser homem trans”.

Como parte desse processo, começamos a participar de debates em espaços escolares e acadêmicos, refletindo sobre experiências transmasculinas e suas distintas vivências e possibilidades. Nestes espaços, ocupados substancialmente por pessoas cisgêneras, heterossexuais e brancas; percebemos que havia um silêncio ao se indagar sobre outras identidades masculinas que não correspondem às representações inalcançáveis da cis-heteronormatividade.

Começamos a nos articular para aumentar nossa presença nesses locais, buscando parcerias com coletivos e organizações LGBTI⁷, gestoras e gestores escolares, professoras e professores, instituições públicas e privadas⁸. Cerca de 4

⁶ Tais reuniões fizeram parte do surgimento e estruturação do Coletivo Apollo, grupo atuante em Curitiba que iniciou suas atividades *online* em 2018 e presencialmente em 2019. Esse movimento foi formado por homens trans e idealizado com o intuito de ampliar as discussões sobre as diferentes maneiras de se vivenciar as transmasculinidades e promover representatividade nos mais diversos espaços.

⁷ Em publicações de nosso país não se constata uma concordância plena no que se refere ao uso da sigla LGBTI. Observa-se que os documentos oficiais brasileiros adotam a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis) como referência (SILVA, 2021, p.144). No entanto, nota-se também uma variação nas estratégias de definição do sujeito político do movimento na tentativa de representar diferentes grupos sociais e abranger as especificidades e pautas de cada um (FACCHINI; FRANÇA, 2009, p.63). Organizações não governamentais como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) incorporam em suas produções a sigla LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos). Movimentos de representação internacional como a ONU e a Anistia Internacional também utilizam a sigla LGBTI com o intuito de dar visibilidade aos grupos mencionados e tornar a sigla mais abrangente. Por tais razões, neste estudo optou-se pela utilização da sigla LGBTI, compreendendo a coexistência de outras siglas e variedades de nomeação dentro do movimento social e político.

⁸ Em janeiro de 2019 compartilhamos experiências em uma roda de conversa organizada pelo Coletivo Cássia (Coletivo Cássia é um grupo interseccional de mulheres lésbicas e bissexuais, atuante em Curitiba desde 2017) em um evento ocorrido no dia da Visibilidade Trans que fez parte do calendário mensal do “Dedos de conversa” desenvolvido por este mesmo grupo. Em maio de 2019, recebemos convite do assessor de Políticas da Diversidade Sexual (Assessoria responsável por promover políticas públicas para a comunidade LGBTI em Curitiba) para integrar a primeira edição dos Jogos da Diversidade do município. Competimos na modalidade futsal como o único time

meses depois de nossas primeiras investidas em participações nos espaços escolares, fomos acometidos por uma ameaça humanitária em todos os continentes. Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu a chegada de uma pandemia pelo coronavírus Sars-Cov-2, causador da doença denominada COVID-19. Um cenário avassalador se instaurou a partir desse momento. No Brasil, fomos lançados à própria sorte. As desigualdades sociais foram escancaradas e potencializadas, expondo problemas históricos e estruturais. As políticas públicas de combate à pandemia adotadas pelo Estado brasileiro foram ineficientes, despóticas e inaceitáveis (LIMA, Luciana D; MACHADO, Cristiani V; PEREIRA, Adelyne Maria M. 2020; NUNES, 2020). Tornou-se não somente um episódio de saúde pública, mas uma materialização de um colapso na educação e economia do país. Quase que simultaneamente ingressei como discente no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.

A partir daí, estruturou-se estratégias para que todo o processo de formação e pesquisa fosse garantido em meio a essas condições desfavoráveis. A Universidade organizou dinâmicas remotas em todos os cursos, eu e as/os demais colegas precisamos nos adaptar aos percalços impostos. Ainda estamos duelando com as adversidades e infortúnios que o contexto nos apresenta. Compartilhamos

formado exclusivamente por homens trans. No final de junho de 2019 acompanhamos a IV Marcha pela Diversidade em Curitiba que celebrou os 50 anos da rebelião de Stonewall, a organização foi do Grupo Dignidade (uma organização não governamental que fomenta ações na promoção da cidadania LGBTI, atuante em Curitiba desde 1992), Coletivo Cássia e Transgrupo Marcela Prado (uma organização sem fins lucrativos existente desde 2004 em Curitiba, que tem por finalidade promover a cidadania, saúde, educação e atuar na defesa de políticas públicas para travestis e transexuais). Em julho de 2019 participamos de rodas de conversas com estudantes do Ensino Médio no Colégio Estadual São Cristóvão em São José dos Pinhais, viabilizadas por meio de uma parceria com a professora de Sociologia Priscila Drosdek (Priscila é professora na rede estadual do Paraná, atua há 10 anos com pedagogias alternativas e libertárias no ensino público) e o Transgrupo Marcela Prado. Ainda em julho de 2019 integramos um filme criado pela agência de publicidade Mirum para a campanha #LeveSeuOrgulho do Grupo Dignidade, divulgado no mês do orgulho LGBTI. O filme mostra a jornada de pessoas LGBTI e suas histórias pessoais, com o objetivo de gerar mais visibilidade e representatividade para toda comunidade. Em setembro de 2019 fizemos parte de um seminário organizado dentro do Programa de mestrado em Psicologia Clínica da UFPR intitulado “Transmasculinidades: Educação, Literatura e Psicologia”. Participaram, Alexander Brasil (Alexander é homem trans, escritor e graduado em Letras pela UFPR), Luiz Miguel Portella e Matheo Bernardino (Matheo é homem trans, psicólogo e mestre em Psicologia Clínica pela UFPR); a mesa representou um marco dentro da universidade por ser composta exclusivamente por homens trans debatendo suas experiências em diferentes contextos. Em outubro de 2019 participamos da XXIII Semana de História na Universidade Tuiuti do Paraná intitulada “Histórias de conquistas e tempos de desafios”, fizemos parte da mesa “Saímos do armário: diversidade e relações sociais no tempo presente” refletindo sobre a importância do acolhimento e representatividade da comunidade LGBTI em espaços universitários. Promovemos intervenções e diálogos na IV CONANE Caiçara, evento realizado em dezembro de 2019 na UFPR Litoral, que sinalizou o fechamento do ciclo oficial de atividades sincronizadas com o curso de especialização em Alternativas para uma Nova Educação.

momentos dramáticos e nos equilibramos entre nossa sanidade mental e o desejo de aprender e contribuir com a produção científica brasileira.

Foi necessário recalcular a rota e buscar alternativas para progredir com uma pesquisa submetida aos desafios do tempo presente. As indagações que iniciaram nos encontros com outros homens trans, as reflexões geradas nos eventos presenciais em âmbitos acadêmicos e escolares e a intenção de investigar sobre essas outras masculinidades, permaneceram. Em decorrência de minha aproximação com a Educação, enquanto homem trans, branco, heterossexual e professor⁹ e, com o surgimento de problematizações sobre masculinidades dentro destas circunstâncias, ficou compreensível e notório qual o caminho a ser tomado como proposta de investigação.

Tendo em vista que esta pesquisa se propõe a tecer discussões na área da Educação e entendendo a escola como instância normalizadora, “lugar de opressão, discriminação e preconceito” (Rogério Diniz JUNQUEIRA, 2009), se faz pertinente pensar sobre as configurações que circundam as experiências de masculinidades e de que maneira o tema vem sendo discutido no campo.

De acordo com Guacira Lopes Louro (1999) há inúmeras possibilidades de fazer-se mulher ou homem, de se viver prazeres e desejos corporais e estas são sempre sugeridas, anunciadas e promovidas socialmente. São também possibilidades reguladas, negadas ou condenadas. A autora ainda pontua que historicamente os processos de escolarização sempre estiveram concentrados em “vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas” (LOURO, 2000, p.60).

Essa insistente vigilância valida a naturalização da cisgeneridade branca e heterossexual na escola, promovendo e reproduzindo cotidianamente silenciamentos e apagamentos. Portanto, é substancial entender e indagar esses

⁹ Minha identificação enquanto homem trans se deu em meados de 2017 e no início de 2018 optei pela utilização de testosterona sintética. Evidentemente, esse marco no espaço-tempo sobre minha identidade de gênero cumpre a função de localizar o leitor ou leitora dentro de minha trajetória pessoal, uma vez que o processo de identificação foi um movimento lento e gradativo tecido ao longo de minhas experiências. Atuo como professor de Educação Infantil na rede municipal de Curitiba desde 2014, fui o primeiro servidor público vinculado à Secretaria de Educação a apresentar demandas específicas da população trans (requisição de retificação de todos os documentos laborais, solicitação de acompanhamento administrativo de minhas atividades como docente durante o primeiro ano de hormonização, reivindicação de atendimento compatível com os parâmetros estabelecidos na Resolução nº 2.265/2019 do Conselho Federal de Medicina e exigência de acolhimento adequado e respeitoso nos departamentos e repartições públicas relacionadas ao setor de Educação).

processos presentes nos discursos educacionais; uma vez que saberes, sujeitos, diferenças, identidades e hierarquias são produzidas e atualizadas reiteradamente por meio de estratégias e procedimentos pedagógicos e curriculares (JUNQUEIRA, 2012).

Posto isto, as vivências e corpos de homens que não estão dentro dos padrões socialmente impostos que reconhecem, definem e categorizam corpos em feminino e masculino, tendem a ser invisibilizadas. De acordo com Benjamin de Almeida Neves (2016)¹⁰, a masculinidade não é uma exclusividade de homens cisgêneros; diferentes masculinidades são produzidas em um mesmo contexto social, já que as relações se dão entre homens e mulheres e homens e homens, e há outras masculinidades reunidas ao redor da masculinidade hegemônica. Por isso, é fundamental utilizar o termo no plural.

Mara Viveros Vigoya (2018) aponta que as masculinidades se constroem em oposição à ideia de feminilidade, mas também em paralelo com diferentes masculinidades, atravessadas elas mesmas por diferentes relações sociais e de poder, que acabam por organizar hierarquicamente os vínculos entre homens. A autora também destaca que há uma estrutura normativa que impõe comportamentos, de uma maneira ou de outra os homens são expostos a essas regras, seja para rejeitá-las ou se adequar à elas.

Nesse sentido, cabe indagar quais são os discursos sobre masculinidades e sobre a constituição das subjetividades masculinas que predominam na produção do conhecimento no campo da Educação, na tentativa de verificar quais aspectos desse tema vem sendo destacados e quais os avanços disponíveis para contribuir com a teoria e prática pedagógica. Pretende-se verificar se há espaço na produção acadêmica para o debate sobre masculinidades periféricas e de que forma essas pesquisas vêm sendo desenvolvidas.

Assim, no que tange o interesse deste trabalho, propõe-se analisar quais são as perspectivas teórico-metodológicas das pesquisas sobre masculinidades no campo, expressando o problema central da investigação na seguinte questão: Quais são as tendências dos estudos sobre masculinidades realizados entre 2011 e 2021

¹⁰ Benjamin de Almeida Neves é homem trans, pesquisador, Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e vice-coordenador do Ibrat (Instituto Brasileiro de Transmasculinidades).

nos programas de pós-graduação em Educação das Universidades públicas do Paraná?

O período estabelecido para as buscas, vai de encontro com as primeiras orientações e resoluções que tratam da transexualidade nas escolas estaduais do Paraná. Tendo como marcador inicial, o parecer nº 04/2009 do Ministério Público do Paraná que solicitou a normatização para inclusão do nome social de travestis e transexuais maiores de 18 anos nos registros escolares internos, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação¹¹. Portanto, temos a hipótese de que pode ter ocorrido um maior interesse e, conseqüentemente, um maior número de estudos sobre experiências trans e Educação a partir desse ano. Interessa-nos perceber se as transmasculinidades, denominadas nesta dissertação como masculinidades periféricas, vêm sendo notadas nessas discussões¹².

Dada a importância de refletir sobre masculinidades nos processos de aprendizagem e escolarização, faz-se evidente a discussão do tema na produção do conhecimento e o tensionamento sobre o possível apagamento de masculinidades periféricas dos currículos e documentos educacionais. Nesta perspectiva, objetiva-se realizar um estudo de abordagem quantitativa e qualitativa, combinando diferentes dados com o intuito de gerar resultados complementares e integrar um quadro mais amplo a respeito das produções que versam sobre masculinidades em Educação.

Esse arranjo metodológico é encontrado na literatura com diferentes definições, como: triangulação (Uwe FLICK, 2013), métodos mistos (John W. CRESWELL, 2007) ou multimétodo (Eliana de OLIVEIRA et al., 2003). A aplicação desse tipo de abordagem nas ciências humanas e sociais intensificou-se a partir do fim da década de 1990 e têm sido cada vez mais comum nas produções científicas (FLICK, 2013). Esses procedimentos se expandiram em decorrência da necessidade de conciliar dados quantitativos e qualitativos em um único estudo, viabilizando a

¹¹ Em 2017 por meio de uma orientação conjunta (02/2017) a Secretaria de Estado da Educação e a Superintendência da Educação emitiram documento (Considerando o Parecer nº 02/2014-CAOPEeduc do Ministério Público do Paraná e o Parecer nº 03/2016-CP do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná) que prescreve a inclusão do nome social nos registros escolares internos do aluno ou da aluna travesti ou transexual menores de 18 anos nos documentos escolares internos das instituições de ensino, tais como: espelho do Livro Registro de Classe e/ou Registro de Classe Online, Edital de Nota e Boletim Escolar.

¹² Assim como as masculinidades cisgêneras, as transmasculinidades são diversas e por essa razão também serão tratadas no plural. Mais uma vez, compreendendo as transmasculinidades como periféricas, por afastarem-se do modelo de masculinidade hegemônica.

geração de informações em diferentes níveis ou unidades de análise (CRESWELL, 2007). Ainda segundo Creswell,

Um *estudo de métodos mistos* envolve a coleta ou análise de dados quantitativos e/ou qualitativos em um único estudo em que os dados sejam coletados concomitantemente ou sequencialmente, recebam prioridade e envolvam a integração dos dados em um ou mais estágios no processo da pesquisa. (CRESWELL, 2003, p.212 apud FLICK, 2013, p.185).

Para esta pesquisa será aplicada a estratégia explanatória sequencial (CRESWELL, 2007), quando a coleta e análise dos dados quantitativos antecede a coleta e análise de dados qualitativos. Nesse caso, a investigação qualitativa será empreendida a partir dos resultados preliminares fornecidos via análise quantitativa. Em geral, se dá prioridade para os dados quantitativos e integra-se os dois métodos na fase de interpretação do estudo.

São duas fases separadas com a finalidade de operar resultados qualitativos para contribuir na interpretação de resultados de um estudo primariamente quantitativo. Para essa estratégia, Creswell sugere os seguintes passos: 1) Coleta de dados quantitativos, 2) Análise de dados quantitativos, 3) Coleta de dados qualitativos, 4) Análise de dados qualitativos e 5) Interpretação de toda análise.

No propósito de sistematizar, analisar e categorizar a produção desenvolvida em dissertações sobre masculinidades na área de Educação, os objetivos específicos definidos para análise, são:

Quantitativos

- Indicar as pesquisas realizadas no Brasil no campo de estudos das masculinidades e conhecer as diferentes contribuições científicas sobre o tema;
- Identificar as dissertações dos programas de pós-graduação em Educação das instituições públicas do Paraná definindo seu ano e local de produção;
- Indicar quais são as instituições que apresentam o maior número de produções sobre masculinidades;
- Identificar os pesquisadores das dissertações selecionadas e indicá-los por gênero e quando possível especificar também identidade racial, de gênero e orientação sexual;

- Apontar quais as tendências teóricas e metodológicas dos trabalhos selecionados entre os anos de 2011 e 2021;

Qualitativos

- Identificar as concepções de masculinidades utilizadas e apresentadas nas produções;
- Conhecer e analisar as temáticas abordadas com maior frequência nos estudos;
- Identificar e analisar a incidência de estudos sobre masculinidades periféricas.

Planeja-se identificar as dissertações dos programas de pós-graduação em Educação das Universidades públicas do Paraná que apresentam os termos “masculinidades”, “masculinidade”, “homens”, “homem”, “meninos”, “menino”, “masculino”, “masculinos” em seus títulos e/ou resumos e combinam ao menos um dos descritores mencionados em seu conjunto de palavras-chave, por meio da plataforma de buscas do Catálogo de Teses e Dissertações CAPES. Em seguida, mapear e sistematizar categorias recorrentes que apresentam o panorama das pesquisas, tais como: ano, local de produção, universidade, principais conceitos e perspectivas teórico-metodológicas.

Nesta lógica, entendendo as abordagens quantitativa e qualitativa como complementares e visando uma articulação entre os métodos, a Análise de Conteúdo será utilizada neste estudo como instrumento de análise interpretativa. Essa ferramenta auxiliará na interpretação dos dados investigados e na explicação e sistematização dos conteúdos das mensagens dos textos designados. Segundo Laurence Bardin (1977), a Análise de Conteúdo se caracteriza como um conjunto de instrumentos metodológicos em constante evolução que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) profundamente diversificados. Ainda sobre o termo, a autora o resume como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Laurence BARDIN, 1977, p.42).

Para Maria Laura Puglisi Barbosa Franco (2005), a Análise de Conteúdo é um procedimento de pesquisa que tem como ponto de partida a mensagem, sua função primordial é compreender o significado dos conteúdos detectados por meio de deduções lógicas e justificadas, levando em conta seu emissor, contexto e efeitos.

Portanto, o interesse em investigar produções que narram e/ou se debruçam sob experiências de sujeitos que exercem masculinidades periféricas se relaciona com uma escola reguladora e normativa, que reproduz o sistema corpo-sexo-gênero e invisibiliza determinadas identidades. Entendemos que a execução dessa pesquisa pode contribuir para reflexões sobre os mecanismos de resistência e enfrentamento adotados por homens trans e apontar possíveis avanços nos estudos sobre masculinidades no âmbito da Educação.

Em 2019 o Instituto Brasileiro Trans de Educação lançou uma pesquisa nomeada *As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil*, com entrevistas realizadas com pessoas trans e travestis de todas as regiões do país, a investigação revela dados preocupantes que requerem atenção e demandam ampla discussão no meio escolar. O material indica que 50% dos estudantes abandonaram os estudos em algum momento da vida, sendo a transfobia o motivo mais citado. Sobre os principais obstáculos encontrados no cotidiano escolar 38% das respostas indicaram o preconceito, 18% assédio moral, 16% agressão verbal e 15% dificuldades de aprendizagem. Como fatores propulsores dessas barreiras que prejudicam a permanência no espaço escolar, os resultados desvendam que 37% dos entrevistados consideram que os/as colegas de sala dificultam sua continuidade na formação escolar, 27% retratam os professores e professoras como responsáveis, 20% os gestores e gestoras e 16% a equipe pedagógica.

Partindo das informações expostas na pesquisa citada, considera-se indispensável o desenvolvimento de medidas que incentivem reflexões acerca do apagamento e invisibilização de pessoas trans e travestis na escola e que, conseqüentemente, promovam a elaboração de recursos que reduzam os fatores de exclusão na educação básica. Pensar no impacto desses dados é fundamental para interpretar as relações no cenário escolar e combater formas de violência de gênero, no que concerne a essa pesquisa é significativo verificar quais são os mecanismos de apagamento em que as masculinidades trans são expostas nas pesquisas.

É essencial também o estímulo e expansão de pesquisas que tenham como protagonistas pessoas trans e travestis, a existência de espaços que suprimem e limitam vozes de tais pesquisadores e pesquisadoras precisa ser superada, rompendo com os rígidos controles de produção, salientando as experiências e evocando o lugar desses sujeitos nos estudos.

Por fim, esse estudo propõe uma estrutura teórico metodológica que dialogue com autoras negras e autoras e autores trans, como Mara Viveros Vigoya, Viviane Vergueiro e Raewyn Connell. A intenção é interagir com produções que concebem rupturas nos discursos essencialistas e universalizantes, privilegiando estrategicamente uma base teórica que tensiona o circuito de saberes coloniais. A escolha vai de encontro com a afirmação categórica de Jota Mombaça (2016), da necessidade de priorizar uma metodologia “que vasculhe interdisciplinarmente as sombras e os subterrâneos da produção teórica, hackeando os tímpanos da escuta científica para fazer passar, por eles, ruídos até então ignorados” (Jota Mombaça, p. 345, 2016).

1 CAPÍTULO I: CAMINHOS E POSSIBILIDADES NOS ESTUDOS BRASILEIROS SOBRE MASCULINIDADES

Esta seção do trabalho concentra-se no levantamento de estudos que dialogam com o campo das masculinidades no Brasil a fim de explorar a bibliografia já publicada e elaborada na literatura pertinente, fornecendo suporte à análise proposta nesta pesquisa e indicando possíveis lacunas e tendências destes debates (Ernani Cesar de FREITAS; Cleber Cristiano PRODANOV, 2013; Antonio Carlos GIL, 2002; Eva Maria LAKATOS; Marina de Andrade MARCONI, 1992). Ainda que os principais questionamentos deste estudo estejam voltados às perspectivas teórico-metodológicas dos trabalhos desenvolvidos nos cursos de pós-graduação em Educação das universidades públicas do Paraná, entende-se como necessário a identificação e contextualização do tema em outras áreas do conhecimento.

Embora esta revisão de literatura tenha como premissa estabelecer um panorama das produções científicas que discutem masculinidades e entender como as experiências masculinas são problematizadas nas elaborações dos materiais no Brasil, considera-se significativo e oportuno fundamentar as buscas e estruturação deste capítulo de acordo com a sistematização proposta pela antropóloga, negra e colombiana, Mara Viveros Vigoya em seu livro *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América* (2018).

Em sua obra a autora se dedica ao levantamento dos estudos sobre homens e masculinidades na Nossa América, tendo como ponto de partida os anos 1980. Nessa sistematização, Vigoya (2018) destaca algumas pesquisas e expõe suas reflexões acerca das questões mais privilegiadas e as controvérsias do campo. Vale lembrar, que o conceito de Nossa América apresentado pela autora no livro, é utilizado em oposição ao termo América Latina compreendido como resultado do processo de independência do controle português e espanhol iniciado “pelas elites crioulas descendentes da população europeia” (VIGOYA, 2018, p.28), gerando o apagamento e invisibilização das populações indígenas e negras do que seria entendido como um projeto de “latinidade”. Compreendendo o significado político e teórico do termo para questionar os paradigmas da colonialidade, passaremos a utilizá-lo neste trabalho com o intuito de dialogar sobre e a partir da Nossa América.

Em sua organização no que se refere às produções na Nossa América, a autora realiza uma divisão por temas de acordo com os materiais encontrados, na

seguinte ordem: Identidades masculinas, masculinidades e violências, homens e saúde, afetos e sexualidades, reflexões epistemológicas, representações culturais das masculinidades, espaços de homosociabilidade masculina. Considerando a ampla investigação empreendida por Vigoya (2018) e as possíveis aproximações entre os estudos fomentados na Nossa América e no cenário científico brasileiro no campo das humanidades, optou-se por ajustar a estrutura indicada pela autora como referência de organização desta revisão de literatura, conforme já fizeram Betina Warmling Barros e Roberta Silveira Pamplona (2021) no campo da sociologia.

A composição deste capítulo se divide em dois momentos. Inicialmente, serão apresentados brevemente os principais assuntos abordados nos estudos brasileiros sobre homens e masculinidades em diferentes áreas do conhecimento. Para esse compilado inicial realizamos buscas nas plataformas Scielo e Google Acadêmico, definindo o período dos últimos dez anos e selecionamos apenas materiais em português. O objetivo foi encontrar trabalhos que refletem sobre masculinidades no contexto brasileiro levando em conta os parâmetros temáticos sugeridos por Mara Viveros Vigoya. Para tanto, fizemos a procura utilizando um grupo amplo de descritores: masculinidades AND saúde, masculinidade AND saúde, masculinidades AND violência, masculinidade AND violência, masculinidades AND homens, masculinidade AND homens, masculinidades AND sexualidade, homens AND sexualidade, masculinidades, masculinidade, homens, masculinidades periféricas, masculinidade hegemônica. Em seguida, verificou-se os trabalhos com o maior número de citações e observou-se a lista de referências das pesquisas em busca de novos estudos.

Em decorrência da proximidade entre alguns temas sistematizados por Vigoya e a maior frequência de determinados assuntos em nossas consultas, optamos em organizar a primeira parte deste estudo em três subtemas, da seguinte forma: Saúde e sexualidade, representações culturais e violências, reflexões epistemológicas.

Em um segundo momento, percebendo as possibilidades de ampliação do tema, estruturou-se um levantamento direcionado aos estudos que discutem outras masculinidades, na tentativa de constatar a ocorrência deste debate na Educação e verificar quais são as experiências de masculinidades que estão em pauta nas investigações designadas.

1.1 CONSTITUIÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Raewyn Connell, professora australiana pioneira nas pesquisas sobre masculinidades, com vasta produção sobre o assunto, configura a década de 1970 como um período político de mudanças graduais nos debates sobre relações de gênero. Connell assinala que a crítica latente nos anos 1970 sobre a noção de "papel masculino" impulsionou as discussões sobre o tema. Para a autora, esse termo significa um conjunto de atitudes e perspectivas que definem uma masculinidade padrão, mas que se demonstrou frágil e não permite compreender questões relacionadas ao poder, violência ou desigualdade econômica (CONNELL, 1995).

Mara Viveros Vigoya destaca que a introdução dos estudos sobre masculinidades nos meios acadêmicos se deu em 1970 nas universidades estadunidenses, indicando o surgimento de um novo campo de estudos chamado "Estudos sobre homens" que valeu-se de "contribuições de diferentes movimentos sociais como o dos direitos civis, o movimento feminista e o movimento de liberação gay, e de seus questionamentos sobre os privilégios e a hegemonia do homem branco heterossexual" (VIGOYA, p. 41, 2018). Esses estudos se estruturaram em duas frentes, uma delas com debates pautados nas teorias feministas e outra que julgava a necessidade de uma análise independente da masculinidade (Michael KIMMEL, 1994; VIGOYA, 2018).

Essas questões evidenciam a importância do período político de 1970 e o advento de novos movimentos sociais, bem como a relação de pautas do movimento feminista com o início das produções sobre masculinidades. É importante observar os diálogos teóricos que acontecem entre os estudos feministas e os estudos de masculinidades e que se organizam por meio de dois eixos: a dimensão relacional de gênero e os marcadores de poder. Na Nossa América os estudos sobre homens e masculinidades despontaram dentro do feminismo e foram produzidos por mulheres, diferentemente do contexto estadunidense (VIGOYA, 2018).

No Brasil os estudos sobre masculinidades começaram a se consolidar nos meios acadêmicos a partir dos anos 1990, os debates iniciais fundamentaram-se nas teorias feministas e suas discussões sobre o patriarcado, avançando com as colocações do feminismo negro e as críticas sobre a universalização da categoria homem.

Neste período os estudos começaram a ser contemplados de maneira sistemática, evidenciam-se como pioneiros aqueles focalizados nas práticas sexuais masculinas, sexualidade e reprodução (Sérgio CARRARA; Maria Luiza HEILBORN, 1998). Destacam-se também pesquisas sobre as relações afetivas, de trabalho e a construção das subjetividades a partir das perspectivas masculinas. Esses debates repercutiram dentro de movimentos de organizações não-governamentais, gerando reflexões sobre a atuação de homens na esfera da vida privada e sobre a imposição de comportamentos normativos dentro do convívio social (Karla Galvão ADRIÃO, 2005).

A seguir faremos uma breve apresentação das produções brasileiras sobre homens e masculinidades que se destacam nas temáticas organizadas nesta revisão, como citado anteriormente.

1.2 SAÚDE E SEXUALIDADE

Reforçamos que as pesquisas sobre homens e masculinidades, emergem no Brasil na seara das investigações de gênero, conclamando a inserção dos homens como sujeitos e objetos de estudo. Nesta temática decidimos apresentar trabalhos com discussões significativas em suas áreas e consideramos essa junção dos enfoques já que os estudos precursores no campo da saúde surgiram a partir dos diálogos sobre as experiências masculinas de sexualidade (Márcia Thereza COUTO, 1998). Inicialmente, destacamos o livro *Homens e masculinidades: outras palavras* com a primeira edição publicada em 1998, no preâmbulo das análises nacionais sobre o assunto¹³. A obra se trata de um conjunto de textos que apresentam a experiência de “ser homem” em diferentes perspectivas e abordagens, resultado impulsionado por explorações de pesquisadores e pesquisadoras do GESMAP (Grupo de Estudos sobre Sexualidade Masculinidade e Paternidade), originário da

¹³ Em 1986 o escritor João Silvério Trevisan lançou a obra *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Nesse livro o autor descreve a história da homossexualidade no país e reflete sobre “os paradigmas ocidentais trazidos pela colonização e pela Inquisição portuguesa [...] a ótica higienista de controle dos corpos vigente a partir do século XIX [...] a inserção da diversidade sexual no mercado econômico, como produto e como consumidor; e o histórico de violência sistemática e discriminação estrutural contra o não heterossexual [...]” (Matheus Svóboda CARUZO, 2020, p. 77). Nas buscas realizadas, não encontramos estudos mencionando essa obra como referência no campo das masculinidades, o que pode indicar uma desvalorização às masculinidades periféricas, um apagamento das discussões de experiências masculinas periféricas e dissidentes.

organização não-governamental ECOS (Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana).

Organizado por Margareth Arilha, Sandra G. Unbehaum e Benedito Medrado, o livro caracteriza a primeira compilação brasileira sobre homens e masculinidades, concentrando as análises no campo da sexualidade e reprodução¹⁴. É dividido em três sessões. A primeira seção, *Sexualidade e reprodução: dimensões do masculino* divulga artigos que refletem questões teóricas e resultados de pesquisas sobre saúde sexual e reprodutiva com foco nas masculinidades. O primeiro artigo escrito por Sandra Garcia, propõe a discussão das masculinidades no campo da sexualidade e reprodução e concebe o gênero como uma forma de estruturação social, compreendendo as intersecções de raça, etnia, classe e geração na organização desta estrutura. Para ela, os estudos sobre reprodução estruturaram-se com a ausência do masculino, portanto, é fundamental a adoção de uma perspectiva relacional de gênero. Isso quer dizer, considerar o tema das masculinidades sempre em relação às feminilidades e outras dimensões sociais.

Margareth Arilha, apresenta no segundo artigo uma análise sobre saúde, vida sexual e reprodutiva, assimilando o conceito de responsabilidade como “princípio organizador da construção social da masculinidade” (Margareth ARILHA, 1998, p.11). A partir de atividades com grupos focais constituídos por homens cisgêneros, percebeu-se que o termo responsabilidade está vinculado à uma concepção hegemônica de masculinidade. A autora faz uma relação entre essa compreensão de responsabilidade, a passagem da adolescência para a vida adulta e os comportamentos na vida sexual e reprodutiva. Nesse sentido, a construção de subjetividades masculinas estaria associada à uma vida sexual “incontrolável” e “descompromissada” entre indivíduos adolescentes e uma ideia de maturidade obtida por meio do casamento e filhos. Tendo em vista os resultados da pesquisa, Arilha relata que as questões reprodutivas masculinas se constituem no contexto social e não na relação com seu próprio corpo.

No terceiro artigo, Suzana Kalckmann pondera a respeito das percepções dos homens sobre saúde reprodutiva, por meio de pesquisas e ações educativas voltadas à mulheres sobre saúde sexual e reprodutiva, a autora percebeu que as

¹⁴ A escolha deste livro como referência neste tópico se deu em decorrência de seu conteúdo específico e sintetizado que já se trata de uma revisão na área realizada pelas autoras e pelo autor.

convicções e comportamentos masculinos interferem de maneira contundente na forma como as parceiras conduzem sua própria saúde reprodutiva. Em seguida, Elisabete Aparecida Pinto problematiza a atuação de homens na interrupção da gravidez. Em seu estudo, a autora aponta que as decisões por aborto são atravessadas por questões econômicas, de raça e gênero. Os resultados de sua pesquisa demonstram que as mulheres não têm possibilidades de escuta e escolha sobre o aborto, nestas situações os homens não se responsabilizam e muitas vezes culpabilizam suas parceiras, o que para autora caracteriza uma ausência de poder das mulheres no exercício de sua liberdade reprodutiva. No último texto dessa temática, Wilza Villela revela a importância da inclusão de homens heterossexuais nas campanhas e programas de prevenção às DST¹⁵ e HIV/aids. Ela também chama atenção para a necessidade de fortalecer e ampliar os atendimentos de saúde para homens cisgêneros para além de ações isoladas, observando os aspectos socioculturais que conduzem as relações de gênero.

Na segunda seção, *Os homens e o cuidado infantil: permanências e rupturas* são apresentados estudos que contemplam o debate sobre as concepções de masculinidade e feminilidade. Os textos refletem sobre o cuidado infantil e o papel atribuído histórica e culturalmente às mulheres, indicando a manutenção de uma concepção de masculinidade hegemônica e sinalizando para a necessidade de tensionar sobre esses papéis no âmbito familiar e social.

No primeiro artigo, Benedito Medrado seleciona e analisa representações de masculinidades que compõem a propaganda televisiva brasileira na década de 1990 e como as produções discursivas refletem o cuidado infantil. Fazendo a investigação de diferentes peças publicitárias, o autor destaca que as responsabilidades parentais são marcadas de maneira nítida: aos homens são direcionados os cuidados com a moral e o aporte financeiro e às mulheres o zelo e as incumbências afetivas. Medrado observa a importância de pesquisas que contribuem com avanços nas

¹⁵ Em 2016 por meio de atualizações da estrutura regimental do Ministério da Saúde através do Decreto nº 8.901/2016, a nomenclatura DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) foi substituída por IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis). Compreendendo-a como mais adequada uma vez que a denominação 'D', reforçava o estereótipo de doença que implica em sintomas e sinais visíveis no organismo do indivíduo. Já a denominação 'I' sugere o termo 'Infecções', que podem ter períodos assintomáticos ou se mantêm assintomáticas durante toda a vida do indivíduo.

discussões sobre novos repertórios e possibilidades das masculinidades no campo do cuidado e afeto parental.

O advento de tecnologias reprodutivas nos anos 1990 e seus impactos nos direitos reprodutivos e na saúde de mulheres provocou um fomento nos estudos e discussões sobre maternidade e paternidade, sexualidade, reprodução e violência dos homens (Sandra G. UNBEHAUM, 2000). Acompanhando esse movimento os escritos seguintes de Unbehaum, Jorge Lyra, Malvina Ester Muszkat e Elizabete Franco Cruz retratam e discutem a paternidade em diferentes contextos e perspectivas.

Unbehaum comenta sobre o discurso e expressão da paternidade de homens de classe média de São Paulo, a autora analisa as mudanças nos arranjos familiares e possíveis transformações na conduta de homens na relação parental. Jorge Lyra discorre sobre o comportamento reprodutivo adolescente e a paternidade nesta fase da vida, o autor assinala que as pesquisas sobre sexualidade e reprodução na adolescência privilegiam as experiências femininas e sublinha a ausência de abordagens que enfoquem vivências masculinas cisgêneras. Para ele, seriam necessários o estímulo aos programas, serviços e intervenções voltados ao assunto sem um caráter coercitivo, despatologizando o tema.

Em sua pesquisa, Muszkat aponta características relacionadas à homens agressores, destacando a virilidade e a necessidade de controle como marcadores dessas masculinidades. A autora associa a desigualdade de gênero nos vínculos matrimoniais como fator preponderante para relações de violência e para omissão de homens na parentalidade. Por fim, Cruz escreve sobre a presença de homens no contexto da Educação Infantil, nomeado no período como creche. Segundo ela, os homens presentes nestes espaços ocupam funções fora de sala e raramente são encontrados na função de professor. A autora descreve duas representações masculinas que simbolizam uma ameaça: o agressor e o homossexual. O primeiro reforçaria estereótipos de uma masculinidade hegemônica, enfatizando o descontrole sexual, a força e a agressividade. Já o segundo, é rejeitado por não se adequar a um padrão normativo e ter comportamentos próximos do que seria entendido como exclusivamente feminino.

Na terceira seção intitulada *Relatando experiências*, os autores Sérgio Flávio Barbosa, Leandro Feitosa Andrade e Reginaldo Bianco apresentam reflexões sobre populações masculinas e dimensões das masculinidades. Os autores dialogam

sobre seus processos de pesquisa e abrem espaço para questionamentos dentro da produção acadêmica, com dúvidas metodológicas e dilemas éticos.

O artigo *Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior* escrito por Elaine Ferreira do Nascimento, Fábio Carvalho de Araújo e Romeu Gomes se demonstrou relevante para este levantamento em decorrência do número de citações em outras publicações. O texto foi publicado em 2007 na Revista Cadernos de Saúde Pública divulgada pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz.

Para essa pesquisa os autores e a autora se valeram de resultados obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com 18 homens cisgêneros acima de 40 anos, na cidade do Rio de Janeiro, divididos em dois grupos: participantes de baixa/nenhuma escolaridade e outro com aqueles que tinham ensino superior. Explicou-se que o primeiro grupo era composto por uma maioria de homens pardos, mas não foi citada uma definição numérica desse dado. No segundo grupo, quatro entrevistados se declararam brancos, dois pardos e dois pretos. Definido como um estudo qualitativo, com a intenção de compreender e contextualizar “os sentidos atribuídos ao ser homem” e a “pouca procura masculina por serviços de saúde” (GOMES et al., 2007, p. 566), partindo de uma dimensão relacional de gênero a discussão buscou priorizar as perspectivas masculinas sobre os cuidados de si.

Na análise, os pesquisadores e a pesquisadora, apontaram que ao demarcar o que é ser homem, os entrevistados citaram características atribuídas ao gênero, fazendo oposição àquilo entendido como feminino. Portanto, foram destacados aspectos marcados pela diferença: viril, agressivo, ativo sexualmente e bruto em contraposição à sensibilidade, doçura e passividade sexual. Também perceberam que os indivíduos destacaram traços biológicos e culturais para suas definições, novamente enfatizando padrões que polarizam o que é ser homem e o que é ser mulher.

Nas indagações acerca da baixa procura pelos serviços de saúde, nota-se que as respostas se relacionam ao entendimento do que é ser homem. Segundo o estudo, as explicações se concentraram nos “papéis a serem desempenhados para que se ateste a identidade de ser masculino” (GOMES et al., 2007, p. 568). Nesse sentido, os entrevistados reforçaram as representações de feminilidade e

masculinidade. A demonstração de fraqueza, vulnerabilidade e o ato de cuidar-se foram indicados como exclusividades femininas e a falta de tempo em decorrência das obrigações financeiras e laborais, o receio à exposição e a ausência de serviços de saúde específicos aos homens foram declarados como justificativas para negligenciar a saúde.

Com base nesses apontamentos, a investigação concluiu que a busca bastante limitada por serviços de saúde está relacionada a um modelo hegemônico de masculinidade, ainda que em algumas respostas tenha se percebido uma flexibilização desta representação. Além disso, a pesquisa notabiliza a contradição entre dados epidemiológicos, que revelam taxas significativas de condições severas e crônicas na saúde de homens e o senso comum, que reforça a ideia de integridade e invulnerabilidade de sujeitos homens.

Ao examinar as referências teóricas que sustentam o debate, observa-se que a maior parte se restringe ao campo da saúde, com uma variação considerável entre a literatura da Nossa América e estudos europeus. A pesquisa compreende masculinidade como uma construção social, apoiando-se em reflexões empreendidas na área da sociologia. Apesar de apontar a raça dos entrevistados e surgirem questionamentos sobre sexualidade nas falas, esses marcadores não foram problematizados ou foram representados de maneira significativa na discussão. As experiências apontadas e analisadas são unicamente de homens cisgêneros, não havendo nenhuma menção a outras possibilidades de masculinidades.

Richard Miskolci¹⁶ (2009) e Fernando Pocahy (2012) refletem sobre as experiências homoeróticas de homens em interações online, saunas e videolocadoras. Miskolci faz seu estudo na fase da popularização da internet e da chegada da conexão 3G no Brasil, investigando redes sociais e espaços de comunicação *gay* online entre 2007 e 2008. Por meio de uma metodologia

¹⁶ Incluiu-se o trabalho dos autores pois entende-se a importância dos estudos empreendidos para a discussão aqui proposta. No entanto, é necessário salientar que Richard Miskolci já apresentou posicionamentos transfóbicos em algumas de suas falas. Conforme expõe Thayz Athayde no site *Blogueiras Feministas* em publicação de 2015. A autora relata que durante o I Seminário Queer ocorrido em São Paulo, Miskolci contestou a utilização do conceito de cisgeneridade alegando que o mesmo apresenta um caráter patologizante e cria novas formas de discriminação. Nessa tentativa de refutar um conceito produzido pelo movimento de pessoas trans e travestis para dialogar suas experiências; o autor provoca a deslegitimação de saberes e a despolitização do debate, colaborando para a manutenção da hegemonia cisgênera, branca e heterossexual na produção de conhecimento científico no país. Disponível em: <<https://blogueirasfeministas.com>> Acesso em: 30 abr 2022.

etnográfica, o autor interagiu com homens cisgêneros do estado de São Paulo e, posteriormente, obteve 13 entrevistas semiestruturadas.

Em sua análise o autor destaca que, naquele período, esses espaços começavam a representar novas alternativas de socialização para “sexualidades marginalizadas” (MISKOLCI, 2009, p.175) e também a possibilidade de não expor publicamente interesses eróticos com outros homens, mantendo uma imagem heterossexual e de acordo com as normas dominantes. Suas investigações apontam que grande parte dos usuários buscam relacionamentos sigilosos com parceiros que correspondam à uma imagem dominante de masculinidade, rejeitando homens com comportamentos identificados como femininos. Nesse sentido, os participantes se ajustam à uma vida social heterossexual, demonstrando que as masculinidades são negociadas e imaginadas em diferentes contextos.

Já Pochay fez uma pesquisa de campo em uma sauna e uma videolocadora na cidade de Porto Alegre com homens cisgêneros de 60 anos ou mais, a fim de entender como são produzidos os discursos de objetificação sobre homens idosos que exercem práticas homoeróticas. No campo teórico-metodológico o autor apresenta uma perspectiva pós-estruturalista, também compreende que as questões etárias e geracionais devem ser pensadas interseccionalmente com as categorias de gênero, sexualidade, raça e classe social. Neste contexto de sociabilidade, seu estudo investiga as representações do corpo idoso regulado por normas ao mesmo tempo que são produzidas formas de resistência aos discursos desqualificantes sobre as experiências de homossexualidade e envelhecimento. Ainda que ambos mencionem os marcadores de raça, classe social, sexualidade e idade; suas discussões estão concentradas nas experiências de homens cisgêneros nos cenários estudados.

1.3 REPRESENTAÇÕES CULTURAIS E VIOLÊNCIA

Nesta temática apresentamos trabalhos que refletem sobre as representações culturais em diferentes contextos, observando aspectos relevantes nas produções brasileiras para compreender como as masculinidades se constroem socialmente. Também incluímos estudos que relacionam masculinidades e violência, entendendo que as identidades masculinas em Nossa América foram constituídas

em uma trama de violência histórica, estrutural e cotidiana (Mara Viveros VIGOYA, 2018).

No campo das Ciências Sociais, Fátima CECCHETTO aponta em seu estudo para a necessidade de abordar sobre as diferenças e estilos de masculinidade, considerando as dimensões sociais e históricas e refutando a ideia de violência masculina como um arranjo essencialista (Fátima CECCHETTO, 2004, p.38). Com um trabalho de perfil etnográfico realizado com homens cisgêneros no Rio de Janeiro, a autora se dedica a analisar três grupos: jovens funkeiros, lutadores de jiu-jitsu e frequentadores de baile charme. Ela destaca o papel da violência na cultura e no processo de construção de determinadas masculinidades e identifica, a partir da perspectiva teórica de Norbert Elias, os processos de violência de longa duração.

A análise se concentra na comparação entre os espaços de lazer dos bailes funk e charme, a prática do jiu-jitsu e suas marcações simbólicas. A autora observa como os estilos de sociabilidade se aproximam ou se distanciam de representações de força, virilidade e violência; associados à uma idealização da masculinidade. Na pesquisa com os grupos referidos, Cecchetto conclui que os marcadores de classe e raça não estão relacionados diretamente com violência, o que “demonstra a complexidade da correlação entre pobreza, masculinidade” (CECCHETTO, 2004, p. 208) e produção da violência.

Em outro estudo no campo da Saúde Pública, a autora Fátima BÜCHELE e os autores Daniel Costa LIMA e Danilo de Assis CLÍMACO (2008) fazem uma análise a respeito da integração dos homens cisgêneros nas discussões de enfrentamento e atenção à violência contra mulheres. Concentraram suas reflexões na exposição de dados de violência, programas de prevenção e pesquisas acadêmicas sobre o tema, com a proposta de oferecer um quadro sobre as conexões entre masculinidades, gênero e saúde.

Entendendo a violência contra as mulheres como um problema que demanda a elaboração de políticas públicas específicas na área da saúde, o artigo parte da premissa de que as diferentes formas de violência e suas representações precisam ser situadas historicamente e como fenômenos compostos de subjetividade. Os apontamentos realizados na pesquisa referem-se a homens cisgêneros que se relacionam com mulheres cisgêneras. Nesse contexto, identificam a escassez de estudos que compreendam as masculinidades como construções

sociais, culturais e históricas e defendem uma abordagem relacional de gênero no campo investigado. Por fim, apontam o padrão hegemônico de masculinidade como elemento central para interpretar os comportamentos violentos nas esferas individuais e coletivas e sugerem uma aproximação ao movimento social de mulheres como uma possibilidade de avanço no debate.

Compreendendo as interações que ocorrem em estádios de futebol como produções culturais, Gustavo Andrada Bandeira analisou as diferentes representações de masculinidades neste cenário e buscou entender de que forma elas são hierarquizadas (Gustavo Andrada BANDEIRA, 2010). O artigo dialoga com o campo da Educação, o autor considera que nestes espaços existe um processo de aprendizagem mediado por recursos não formais que qualifica quais são as competências necessárias para que os sujeitos sejam considerados homens, torcedores e, conseqüentemente, introduzidos nesta cultura.

Em sua análise, Bandeira valeu-se de uma investigação etnográfica e realizou coleta de dados em matérias esportivas de jornais da cidade de Porto Alegre. Seu campo de observação foi delimitado com base no comportamento de torcedores frequentadores dos estádios José Pinheiro Borda e Olímpico Monumental, espaços sedes dos clubes Internacional e Grêmio. Com uma perspectiva teórica pós-estruturalista associada aos estudos culturais, o trabalho sugere que há um currículo de masculinidade neste cenário; seriam códigos, normas e práticas que consistem na adequação do que é ser masculino. Neste sentido, “estar em um estádio de futebol significa passar por diferentes pedagogias” (BANDEIRA, 2010, p. 344), conclui-se que as torcidas analisadas são regidas por uma lógica heteronormativa que desqualifica outras identidades classificando-as como inadequadas.

Abordando as representações culturais de masculinidades em produções do Rap brasileiro, Waldemir Rosa (2006) reflete sobre o homem negro cisgênero e heterossexual em letras de músicas gravadas entre 1990 e 2005. Em seu estudo, Rosa se propõe a estabelecer um diálogo com os marcadores de raça, classe e gênero. Em sua pesquisa, identifica que as narrativas das músicas do Rap representam estratégias de enfrentamento ao racismo, mas por outro lado não superam discursos sexistas.

Ao debater sobre as representações contidas nas letras, o autor aponta aspectos recorrentes que indicam dimensões de uma masculinidade idealizada:

como a necessidade de controle, a negação da homossexualidade, a ideia de insubmissão, defesa de uma suposta integridade moral e a noção intangível de virilidade e força. Segundo Rosa, a violência se configura como elemento transversal na constituição da masculinidade negra, em seu estudo destaca que “o homem negro ficou vinculado a um projeto de masculinidade que não pode efetivar-se nos termos impostos pela sociedade escravista e colonial e nem nos termos da memória social que mantinha das sociedades tradicionais africanas” (ROSA, 2006, p.75).

Neste sentido, a virilidade exposta nas letras de Rap seria justificada pela associação entre masculinidade e a disposição para o enfrentamento, resultado causado por uma condição de “subalternização racial” (ROSA, 2006, p.81). Segundo Rosa, a condição racial é um componente significativo na constituição da masculinidade negra que é afetada pelo fenômeno do racismo.

1.4 REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS

Para essa temática destacamos dois estudos que debatem acerca da produção científica sobre masculinidades e apresentam contribuições teóricas sobre o assunto, ainda que as particularidades históricas e sociológicas não representem o direcionamento principal das pesquisas da Nossa América (Mara Viveros VIGOYA, 2018).

Os pesquisadores, Benedito Medrado e Jorge Lyra (2008) dedicaram-se a demonstrar a relevância das investigações sobre masculinidades e sinalizam “a necessidade de abrir espaço para novas construções teóricas que resgatem o caráter plural, polissêmico e crítico das leituras feministas” (LYRA; MEDRADO, 2008, p. 809) nas produções sobre o tema. A fim de contribuir com o campo da saúde, sexualidade e reprodução, os autores dialogam com os estudos feministas apresentando um marco conceitual de gênero, para definição desse marco indicam a necessidade de problematizar a oposição entre natureza e cultura, rompendo com a naturalização das práticas sociais atribuídas a homens e mulheres.

Também observam a dimensão relacional do conceito, considerando as desigualdades e contradições nas relações de poder. Para eles, as discussões sobre masculinidades demandam a percepção de uma dimensão social que hierarquiza as relações entre masculino e feminino, sendo preciso “identificar como se institucionalizam e como se atualizam as relações de gênero” (LYRA; MEDRADO,

2008, p. 820). Dada a complexidade deste questionamento teórico, o estudo aponta para a compreensão das intersecções do gênero com outros marcadores sociais, permitindo uma análise que se distancia das lógicas binárias e que ofereça debates menos polarizados.

No campo da Psicologia, Neuzi Barbarini e Daniel Fauth Washington Martins (2018) propõem a concepção do conceito de masculinidade enquanto instituição. Ancorando-se em uma análise conceitual e uma revisão bibliográfica a partir dos estudos de gênero pós-estruturalistas, a investigação sugere que a masculinidade é um fenômeno histórico e discursivo, estruturado em um discurso de organização dos corpos que traz materialidade àquilo que se diz masculino. Nesse sentido, a masculinidade seria “um mecanismo de inteligibilidade das expressões corporais dos sujeitos” (Neuzi BARBARINI; Daniel Fauth Washington MARTINS, 2018, p. 222) e ao mesmo tempo um campo de disputa “onde os discursos se enfrentam, avançam, retrocedem, perpetuam-se, morrem e são ressuscitados de acordo tanto com sua lógica interna quanto com sua interrelação com outros discursos” (BARBARINI; MARTINS, 2018, p. 222).

Na pesquisa, entende-se instituição como um agrupamento de relações sociais que são reiteradas constantemente e que, nesse processo, se legitimam. São essas repetições que permitem que a instituição se constitua enquanto realidade e discurso. Partindo deste princípio, a masculinidade enquanto conceito possui regras, normas e diretrizes que operam em diferentes formatos. De acordo com Barbarini e Martins, no Brasil há uma masculinidade hegemônica, branca, patriarcal e racista; que se instituiu historicamente e representa um modelo organizativo (BARBARINI; MARTINS, 2018, p. 226). Isto posto, é necessário compreender que há outras formas de expressão das masculinidades que apresentam suas descontinuidades e subversões em relação aos sentidos atribuídos para aquilo que seria masculino.

1.5 CISGENERIDADE BRANCA COMO CENTRALIDADE

Haja vista os debates apresentados nas temáticas selecionadas, faz-se importante observar a centralidade das experiências cisgêneras e brancas nas pesquisas brasileiras. As reflexões propostas pelas investigações comentadas, manifestam a naturalização de narrativas que estão em conformidade com uma

identidade cisgênera e idealizada. Tal identidade se fundamenta em normas que rejeitam vivências de corpos inconformes, gerando a invisibilização e marginalização destes sujeitos nos debates sobre masculinidades.

Nesta perspectiva, Viviane Vergueiro (2015) utiliza o conceito analítico de decolonialidade para compreender o aspecto colonizatório dos desafios institucionais e não institucionais apresentados aos corpos não-cisgêneros, inclusive sua marginalização e apagamento na produção de conhecimento.

A autora também aponta as definições dominantes de gênero que desprivilegiam outras perspectivas históricas não-ocidentais. Considerando estas diversidades corporais e de identidades de gênero em uma perspectiva colonial, estas seriam desumanizadas e inferiorizadas quando relacionadas a matriz cis-heteronormativa que se impõe como universalizante. Portanto, as possibilidades de análise geradas pela decolonialidade podem “desfazer e desaprender estas configurações tão internalizadas em nossos processos de subjetivação” (VERGUEIRO, 2015, p.42).

Levando em consideração o levantamento realizado e as principais pautas problematizadas no campo das masculinidades, percebe-se uma lacuna nas produções brasileiras ao não contemplarem outras masculinidades, como as vivências de homens trans e transmasculinos. Diante destas questões, elaborou-se uma segunda etapa de investigação para se aproximar do objeto de investigação deste estudo, a fim de conhecer o panorama de produções científicas brasileiras publicadas no campo das ciências humanas que discutem sobre transmasculinidades e entender se há diálogos sobre essas experiências no campo da Educação.

1.6 OUTRAS MASCULINIDADES...

Conforme apontado anteriormente, as produções científicas sobre masculinidades sinalizaram a importância de desnaturalizar as categorias de homem, mulher e gênero. Com o crescimento de pesquisas voltadas às masculinidades no Brasil a partir de 1990, os pesquisadores e pesquisadoras passaram a buscar outros marcadores sociais que impactam na produção das subjetividades e identidades de gênero. Os atravessamentos étnico-raciais, de classe social, religião, nacionalidade e orientação sexual passaram a ser discutidos

e problematizados nos estudos das masculinidades em uma perspectiva relacional (BENTO, 2012; CONNELL; James W. MESSERSCHMIDT, 2013).

Contudo, a perspectiva relacional ainda não questiona a normalização da cisgeneridade nos estudos sobre masculinidades, tendendo a silenciar a diversidade de corpos e identidades de gênero nestes estudos (VERGUEIRO, 2016). Segundo Almeida, as investigações sobre produções de masculinidades que reivindicam outras possibilidades e refutam os paradigmas médicos biológicos, ainda são insuficientes e inconclusas (ALMEIDA, 2019).

Neste contexto, é notório pensar sobre as investigações limitadas incluindo as transmasculinidades no campo de estudos das masculinidades. É fundamental também compreender como as experiências de homens trans são descritas nas produções científicas e em que medida as autoras e autores trans integram o quadro teórico-analítico das pesquisas sobre masculinidades no Brasil.

Essa etapa estruturou-se com base em uma estratégia qualitativa envolvendo um delineamento exploratório. Tendo em vista que a pesquisa exploratória se articula com um levantamento bibliográfico e é realizada particularmente quando o tema proposto é pouco explorado (CRESWELL, 2007), considera-se adequada sua aplicação nesta proposta. Entendendo que o tipo de estudo definido para essa pesquisa caracteriza-se como a primeira etapa de uma investigação mais extensa e abrangente (Antônio Carlos GIL, 2002), buscou-se por resultados que apresentam certa proximidade com o tema apresentado e a relação de possíveis lacunas na literatura.

O levantamento ocorreu no Portal Periódicos CAPES, entre os dias 6 e 21 de agosto de 2020. O período definido na busca abarcou os últimos 10 anos, artigos publicados de 2010 a 2020 e disponíveis em português ou espanhol. Inicialmente, foram identificados e utilizados os descritores *masculinidades*, *homens trans*, *masculinidades dissidentes*, *masculinidades periféricas*, *masculinidade hegemônica* e *transmasculinidades*, resultantes de leituras preliminares.

Os critérios adotados para a inclusão no levantamento foram: produções publicadas dentro do período estabelecido apontando os termos masculinidade(s) e/ou homens trans no resumo do material. Os critérios adotados para exclusão foram: ter data de publicação diferente da definição prévia para a seleção, não abordar diretamente os termos masculinidade(s) e/ou homens trans no resumo da publicação.

A organização de uma estrutura de combinações de palavras-chaves emitiu os seguintes resultados: *homens trans and masculinidades* apresentou 49 publicações das quais 7 atenderam aos requisitos previstos, *masculinidade hegemônica and masculinidades dissidentes* apresentou 11 publicações das quais 4 atenderam aos requisitos da revisão e 1 já havia sido computado em busca anterior, *transmasculinidades* apresentou 8 publicações das quais 5 atenderam aos critérios de inclusão, sendo 1 dos materiais já registrado em busca anterior; *masculinidade hegemônica and masculinidades periféricas* apresentou 5 publicações das quais 3 atenderam aos critérios estabelecidos. O quadro total de artigos filtrados com os descritores sugeridos contabilizou 73 publicações, a partir dos critérios de inclusão e exclusão do levantamento, 17 artigos foram selecionados para análise, considerando que um dos artigos repetiu-se três vezes na busca com diferentes descritores.

O estudo foi organizado em duas fases. Na Primeira Fase foram coletadas e sistematizadas as informações e características gerais dos materiais. Os parâmetros orientadores dessa análise foram: data, local e área de publicação e identificação da utilização de autores e/ou autoras trans na composição teórica/bibliográfica da produção. Na Segunda Fase os artigos foram analisados qualitativamente, com o objetivo de observar se as produções científicas selecionadas abordam as masculinidades em uma perspectiva relacional e consideram as experiências de homens trans ao propor debates no campo das masculinidades.

Com base nos dados coletados e selecionados na Primeira Fase do estudo, constatou-se que a primeira publicação encontrada dentro do critério estipulado ocorreu em 2010, sendo a única nesse período. O ano de 2012 destaca-se com o maior número de publicações por período, seis no total. Os anos de 2013 e 2019 contabilizaram uma publicação cada um e em 2014, 2016, 2017 e 2018 foram processadas duas publicações em cada ano. Observa-se um volume de produções constante sobre a temática investigada, mas com um número bastante baixo de publicações por ano. Não foi encontrada nenhuma explicação teórica ou científica para o resultado apresentado em 2012.

Das 17 publicações selecionadas, quatorze foram publicadas em revistas/periódicos do Brasil, duas publicações ocorreram em revistas/periódicos da Colômbia e uma publicação nos Estados Unidos. Considerando os períodos e

países de publicação, verificou-se também a área da revista/periódico em que o material foi divulgado.

A organização das publicações foi realizada tendo como referência a Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq e as Indicações de Grandes Áreas sincronizadas com as informações nos sites próprios das revistas. A maior parte dos estudos selecionados foram divulgados em revista classificada como Interdisciplinar, seis no total. Revistas na área de Ciências Humanas publicaram quatro materiais e Ciência da Saúde divulgaram três publicações. As áreas de Comunicação, Linguística, Letras e Artes; Ciências Sociais e uma classificação como Multidisciplinar, divulgaram uma publicação cada uma.

Tendo em vista a análise anterior, verifica-se que as abordagens mais frequentes do assunto são executadas por meio de estudos interdisciplinares, o que supõe um debate mais denso e complexo sobre o tema, agregando diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. No entanto, seguindo os descritores e padrões definidos para a pesquisa, a área da Educação não apresentou nenhuma publicação sobre o tema e nenhum dos artigos desenvolveu um diálogo ou debate amplo com a área.

Ao confrontar o quadro teórico e metodológico aplicado nas produções filtradas com o intuito de analisar a utilização de estudos produzidos por pesquisadoras e pesquisadores trans no debate sobre masculinidades, constata-se que dos dezessete artigos selecionados, seis utilizaram autores ou autoras trans em suas discussões. No levantamento foram identificados e citados: Paul Preciado em 4 publicações, Guilherme Almeida, Leticia Lanz, Jack Halberstam e Amara Moira em uma publicação cada um, Miquel Missé e João W. Nery em duas publicações cada um. Alguns materiais utilizaram mais de um autor ou autora em sua estruturação, o estudo que apresentou o maior volume de pessoas trans em seu corpo teórico foi o artigo escrito por Dánie Marcelo de Jesus e Vicente Tchalian¹⁷, publicado na Revista Raído em 2019, em que um dos pesquisadores se identifica como homem trans.

Na Segunda Fase do estudo realizou-se a leitura completa dos materiais que apresentaram os termos masculinidade(s) e/ou homens trans em seus resumos, a intenção foi verificar se durante a descrição e debate da pesquisa, a existência de

¹⁷ Vicente Tchalian é pesquisador, Doutor em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso, sendo a primeira pessoas transmasculina a defender uma tese de doutorado na Universidade Federal de Mato Grosso.

homens trans foi considerada e de que maneira suas vivências foram debatidas nos textos. Nesse caso, a apuração nesta segunda etapa considerou os materiais que destacaram ou mencionaram as experiências de homens trans e/ou transmasculinidades no decorrer do artigo.

Ainda que os dezessete artigos selecionados na Primeira Fase tenham como proposta o levantamento de diferentes questões sobre masculinidades, é importante mencionar que apenas nove relataram as possibilidades de masculinidades produzidas por homens trans. Destas, três produções não se propuseram a abordar o tema com maior profundidade, citando homens trans e/ou transmasculinidades apenas uma vez ao longo do estudo de maneira indireta e limitada, não problematizando sobre suas existências no campo das masculinidades. Portanto, o foco principal foi privilegiar os materiais com maior potencial de contribuição nas investigações sobre transmasculinidades, concentrando a análise em seis produções científicas que exploraram diretamente o assunto.

No artigo *Los colores de las fantasías. Estudios sobre masculinidades en Colombia: crítica feminista y geopolítica del conocimiento en la matriz colonial* a autora Ange La Furcia (2016) se dedica a debater sobre o cenário teórico-analítico dos estudos sobre masculinidades na Colômbia. A publicação apresenta o resumo da pesquisa em três idiomas: português, espanhol e inglês. Nos idiomas espanhol e inglês o termo transmasculinidades é utilizado para se referir às experiências de pessoas trans. Já na tradução para português o termo aparece como transnacionalidades, detalhe que altera o sentido da problematização proposta por La Furcia e demonstra que a utilização do termo em traduções e materiais brasileiros ainda é pouco empregada ou até mesmo invisibilizada. Se os critérios de seleção para este estudo desconsiderassem o descritor masculinidades ou textos em espanhol, a inutilização do termo transmasculinidades no resumo em português teria descartado a produção que carrega uma importante perspectiva de vivências de homens trans na Nossa América.

Em um subtítulo intitulado *Del desmonte de la invisibilidad de los hombres trans y las masculinidades femeninas* na primeira parte do artigo, a pesquisadora reforça a relevância de estudos sobre transmasculinidades para problematizar a matriz cis-hétero binária de gênero e indica que nos estudos sobre masculinidades na Colômbia também há silenciamentos sobre masculinidades de homens trans e masculinidades femininas (Ange LA FURCIA, 2016).

Ela aponta que em buscas realizadas nos grupos de estudos sobre gênero no país, não foram encontrados dados sobre investigações de transmasculinidades ou outras possibilidades de construção fora do padrão que considera apenas as masculinidades de homens cisgêneros. No Brasil há um cenário semelhante quanto às produções científicas e dados sobre homens trans, o Estado brasileiro não produz dados censitários sobre a população trans e a maior parte das informações é gerada por organizações não-governamentais gerenciadas por ativistas, pesquisadores e pesquisadoras trans.

Entidades como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) produzem, analisam e monitoram números sobre a população trans. Recentemente, mapeamentos sobre transmasculinidades estão sendo organizados por meio de redes sociais, iniciativas impulsionadas pela carência de materiais e necessidade de divulgar e sistematizar informações sobre a realidade do grupo no Brasil. Dedicam-se nas ações e divulgações online e concentradas exclusivamente na comunidade transmasculina, grupos como a Associação Transmasculina do Ceará (ATRANSCE), Revista Estudos Transviades e o Núcleo de Transmasculinidades da Rede Família Stronger.

A autora sugere que os estudos sobre masculinidades precisam aprofundar e ampliar os debates desnaturalizando as categorias homem e mulher, entendendo gênero para além da soma de argumentos reducionistas e biologizantes. Nesse sentido, uma reinterpretação analítica da categoria de gênero deve se atentar para as masculinidades que disputam a categoria *homem*; abrindo espaço para análises relacionais e levando em conta os diferentes sistemas de dominação, como já sugerem os feminismos descoloniais e o feminismo negro (LA FURCIA, 2016).

Dánie Marcelo de Jesus e Vicente Tchalian (2019) desenvolveram seu estudo na área de linguística, debruçaram-se sobre a presença transmasculina em sites pornográficos e analisaram construções discursivas dos anúncios presentes nessas páginas. O artigo nomeado como *Construções discursivas de anúncios de modelos transmasculinos em um site pornográfico e seus efeitos performáticos* confere destaque para a função da linguagem em determinados contextos, descartando sua neutralidade e enfatizando sua atribuição em posicionamentos políticos e ideológicos.

Os pesquisadores compreendem que as relações e interações estabelecidas no ambiente virtual estudado seriam pouco prováveis fora dele, observando as estatísticas de violência e vulnerabilidade da população trans. Em uma perspectiva pós-estruturalista, a investigação entende sexualidade e identidade de gênero como construções sociais e históricas reforçadas por meio de discursos. Nesse sentido, os corpos e subjetividades que se aproximam dos dispositivos culturais e sociais que articulam e afirmam quais são os comportamentos femininos e masculinos, correspondem e contribuem para a manutenção da matriz de inteligibilidade de gênero (JESUS; TCHALIAN, 2019).

Posto isto, os autores propõem uma análise considerando o conceito de performatividade da filósofa estadunidense Judith Butler e observam em que medida os anúncios criam discursos que reforçam ou não quais corpos são desejáveis (BUTLER, 2010). A pesquisa se concentrou nos perfis transmasculinos disponíveis no site escolhido “a fim de identificar a construção das performances de masculinidades ali expressadas” (JESUS; TCHALIAN, 2019, p. 166), selecionando os cinco perfis melhores ranqueados na página.

Para os autores há um interesse na indústria pornográfica em apresentar novas modalidades para o seu público consumidor e os corpos de homens trans, entendidos como exóticos e excêntricos, são ofertados como novidades nesse mercado. Segundo o estudo, os anúncios de modelos transmasculinos confirmam que as identidades e expressões de gênero são performáticas, com discursos oscilando entre o tensionamento e a revalidação de símbolos autenticados como masculinos e femininos.

Ao conceituar gênero, Butler explica que não é possível destacá-lo de suas bases relacionais, considerando que o gênero não pressupõe a totalidade do sujeito e não o resume (BUTLER, 2010). A volatilidade dessas performances de gênero apresentadas na pesquisa de Jesus e Tchalian, aponta que a naturalização de um padrão cisheteronormativo de masculinidade pode ser confrontada pela existência de homens que subvertem a ordem normativa de gênero, que não apresentam consonância com a cisnormatividade e que transportam em suas existências outras possibilidades de deslocamento identitário.

O artigo *Uma análise sobre transmasculinidades presentes numa série da mídia televisiva* escrito por Thais Geraldo Oliveira de Aguiar e Raquel Pereira Quadrado (2018) tem como premissa verificar o efeito da mídia na produção de

subjetividades, especificamente, de homens trans. O texto destaca uma suposta visibilidade de pessoas trans na televisão brasileira e se propõe a observar dois episódios de uma série com dez capítulos, investigando dentro da película apenas as narrativas de homens trans.

Há uma longa descrição dos episódios e dos relatos dos participantes, com breves levantamentos sobre suas identidades de gênero, mas poucas problematizações sobre suas vivências e transmasculinidades. Em alguns trechos a pesquisa tende a corroborar com posições patologizantes ou mesmo universalizantes, manifestando enunciados como: “Aos 19 anos ele descobriu que era possível fazer a transição de gênero e iniciou o seu processo para se tornar um homem trans” (Thais Geraldo Oliveira de AGUIAR; Raquel Pereira QUADRADO, p.4, 2018). É importante ressaltar que há homens trans que não realizam o uso de hormônios sintéticos e vivenciam suas transmasculinidades, portanto, a hormonização é uma opção e não uma regra para pessoas trans (ALMEIDA, 2012; OLIVEIRA, 2015).

Ainda na mesma página, as autoras descrevem uma experiência de um dos participantes, sem detalhar os atravessamentos da vivência: “Ele conta que percebeu que estava fadado a viver como menina quando veio a primeira menstruação” (AGUIAR; QUADRADO, p.4, 2018). A afirmação descarta as possibilidades de experiências masculinas que não atendem à matriz de inteligibilidade de gênero (BUTLER, 2010; JESUS; TCHALIAN, 2019) e se alia à ideia de que homens não devem e não podem menstruar. E por fim, “A série busca mostrar histórias onde os transgêneros se inserem de forma feliz e bem sucedida dentro da sociedade” (AGUIAR; QUADRADO, p.4, 2018). Ainda que estudiosas e estudiosos sobre gênero sejam citados no artigo, não há uma problematização consistente sobre o assunto abordado. O que pode proporcionar ao leitor uma impressão de que as experiências da comunidade trans são uniformes, lineares e homogêneas; desconsiderando os altos índices de violência e o descumprimento na

garantia de direitos constitucionais desta população (Bruna BENEVIDES¹⁸; Sayonara NOGUEIRA¹⁹, 2020).

Também fez parte desse levantamento o artigo *Transhomens: masculinidades, políticas e vivências* escrito por Isabel Wittmann (2016), trata-se de um resumo comentado do livro *Transmasculinidades: A emergência de novas identidades políticas e sociais* publicado pela pesquisadora Simone Ávila. Wittmann expõe os conceitos utilizados na obra e assinala questões que atravessam as experiências transmasculinas, um dos pontos mais debatidos sobre a experiência trans envolve o impacto do poder/saber biomédico e a insistente patologização da transexualidade.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aprovou, em 2018, o lançamento de uma nova versão da principal ferramenta de uso médico com padronização universal, com implementação prevista para 2022. A CID-11²⁰ (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) reconhece a retirada da transexualidade da classificação de transtornos mentais. Com esse novo formato, a transexualidade migrou para a categoria de condições relacionadas à saúde sexual e foi classificada como incongruência de gênero. No entanto, as vivências transexuais permanecem submetidas ao saber médico oficial, a reclassificação prossegue controlando os corpos e experiências, à medida que mantém a codificação em um instrumento que tem por função monitorar a incidência de doenças e distúrbios considerados problemas de saúde pública.

Os protocolos biomédicos indicam que pessoas transexuais devem atender aos requisitos determinados, aquilo que Berenice Bento nomeou como o dispositivo da transexualidade. Espera-se que manifestem certos atributos e comportamentos, para que a construção do sujeito transexual seja completa e, dessa maneira, as realidades e saberes se produzam e se consolidem (BENTO, 2006). A pesquisadora

¹⁸ Bruna Benevides é ativista e mulher trans, a Segundo-Sargento da Marinha do Brasil, é uma das primeiras transexuais na ativa nas Forças Armadas brasileiras. Secretária de Articulação Política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

¹⁹ Sayonara Nogueira é pesquisadora, travesti, Presidenta do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) e Assessora do Comitê Trans da Rede Ibero-Americana de Educação LGBTI.

²⁰ A incongruência de gênero é caracterizada por uma diferença acentuada e persistente entre a experiência individual de gênero e o sexo atribuído ao nascimento. Comportamento variante de gênero e preferências por si só não são uma base para atribuir os diagnósticos neste grupo. (Tradução livre) Informação registrada no site da Organização Mundial de Saúde descrevendo o que a organização entende como incongruência de gênero. Disponível em: <<https://www.who.int>> Acesso em: 12 jul 2019.

Berenice Bento (2012) prossegue com o debate sobre a patologização de identidades trans em seu artigo *Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova*, integrante deste levantamento. Em seu texto, a autora tece críticas ao conceito de gênero que essencializa as condições do feminino e masculino e sugere que essa discussão conceitual é fundamental para a problematização de identidade de gênero e sexualidades trans.

Para Bento a categoria gênero está em disputa, já que aquilo que se atribui como natural é resultado de constantes atos performativos; ao discorrer sobre essa perspectiva essencialista, a autora aponta que

A visão que define gênero como algo que as sociedades inventam para significar as diferenças dos corpos sexualizados assenta-se em uma dicotomia entre sexo (natureza) versus gênero (cultura). Segundo essa visão, a cultura imprimiria no corpo inerte e diferenciado sexualmente pela natureza as marcas culturais. Ao contrário, podemos analisar gênero como uma sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres (BENTO, 2012, p. 2657).

Nesse sentido, seria o sexo uma das normas que atribuem inteligibilidade aos corpos. As expressões e identidades que não correspondem aos critérios normativos, são patologizadas e silenciadas. As transmasculinidades demonstram que as considerações de feminino e masculino são manipuláveis, plásticas e flexíveis. As análises sobre as experiências produzidas por homens trans tendem a fomentar e contribuir com as discussões no campo, proporcionando avanços na problematização da binaridade de gênero e colocando em pauta debates que incluem outros sujeitos e outras possibilidades de masculinidades.

Outra publicação com autoria de um homem trans é o artigo *'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?* escrito pelo professor e pesquisador Guilherme ALMEIDA. Nele o autor busca identificar as condições e características das transmasculinidades, ainda pouco debatidas em 2012, e de que maneira elas estariam sendo performadas por tais sujeitos.

O autor discute a categoria *homem trans* opondo-se à apropriações essencializadoras e apresenta um quadro geral da produção de masculinidades propostas por esses sujeitos, percebendo as circunstâncias dessas subjetividades no cenário daquele período e observando o impacto da oferta de hormônios sintéticos no Sistema Único de Saúde.

Os apontamentos do pesquisador compõem um importante panorama inicial das experiências transmasculinas, discutindo as diferentes experiências e vivências do grupo e problematizando conceitos fundamentais para os estudos sobre transmasculinidades. Como destaca o próprio autor em outro artigo *Revisitando a aquarela das masculinidades* publicado em 2019, desde a escrita de seu trabalho em 2012 até o período indicado as transmasculinidades se complexificaram e trouxeram novas questões à tona. Para o pesquisador isso tem um reflexo importante nas produções de tais masculinidades, segundo Almeida

Transmasculinidades são efeito de bricolagem, criações produzidas na interseção de necessidades induzidas por marcadores sociais de diferenças tão diversos quanto a classe social e as necessidades econômicas, o contexto geográfico, o pertencimento étnico-racial, a geração e outros tantos, como já dissemos. Não são meras criações individuais. Ao contrário, sua complexificação, nos últimos tempos, vem sendo tributária de fenômenos variados, que envolvem o uso das mídias e redes sociais, o acesso a biotecnologias e aos sistemas de saúde/políticas sociais, a relação com os feminismos revitalizados nas grandes cidades brasileiras, bem como a existência, mínima que seja, de uma esfera pública de direitos no país e do direito de reclamar direitos (ALMEIDA, 2019, p. 35).

A inserção do debate sobre as transmasculinidades nos estudos das masculinidades aponta para a urgência de avançar nos processos de reconhecimento e posicionamento de identidades que operam nas fronteiras identitárias e que evidenciam que o masculino não é um produto inato e proveniente de elementos biológicos.

Após a análise empreendida, verificou-se que a maior parte dos materiais disponíveis no banco de dados pesquisado, não apresentou problematizações consistentes sobre as vivências transmasculinas ou não citaram homens trans em seus estudos. Os seis materiais revisados na segunda etapa indicam quais são os interesses que compõem o debate sobre transmasculinidade e as respectivas áreas de concentração dessas pesquisas. Atentou-se também para uma lacuna na diversificação dos estudos analisados, sobretudo na área da Educação, já que ocorreu uma ausência de conteúdos nesta área.

Como já comentado anteriormente, as vivências e corpos de homens trans não estão dentro das normas que reconhecem, definem e categorizam corpos em feminino e masculino. Suas expressões de gênero confrontam a produção e

reprodução do sistema sexo-gênero e suas masculinidades certificam que o sexo não limita o gênero.

Considerando que a produção do sujeito é um processo permanente e de caráter múltiplo, e que os mesmos estão estreitamente envolvidos e participando ativamente na construção de suas identidades, se faz necessário pensar que esse processo é complementado por outros fatores, entre eles as variadas instâncias sociais e marcadores determinantes, como de raça e gênero. É importante observar que tais instâncias como a igreja, família e escola reproduzem e reiteram identidades e práticas hegemônicas, tonificam determinados comportamentos e tendem a se movimentar de forma articulada.

A instituição escolar, portanto, faz parte da formação das subjetividades. Cabe lembrar que, ao mesmo tempo em que é eixo fundamental nessa produção, também está inserida em um amplo contexto social. O ambiente escolar tem suas próprias diretrizes, regras e normas, regulamentos e estatutos, roteiros e preceitos que regem o espaço e os sujeitos. Conforme expõe Louro,

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. (LOURO, 2013, p.62).

Tendo em conta as inquições expostas nesta investigação a respeito das transmasculinidades e da produção das subjetividades de homens trans, torna-se evidente a importância de estudos no campo das masculinidades que articulem essas questões com a atuação da escola como instância normalizadora, em especial, sobre as configurações que circundam as experiências transmasculinas nas instituições de educação.

Embora as publicações que abordaram especificamente as vivências transmasculinas apontem um caminho a ser trilhado nas pesquisas científicas, nota-se um baixo número de investigações sobre o tema, que reitera a importância da ampliação dos estudos e a necessidade de resultados substanciais e contínuos. Este breve levantamento apresenta limitações, já que outras combinações de descritores poderiam ser utilizadas em outras bases de dados. Outras buscas

podem ser feitas, com diferentes perspectivas e em outras áreas, aprofundando as discussões e contribuindo para a sistematização de dados.

No capítulo seguinte, pretende-se aprofundar a pesquisa no campo da Educação e compreender se as temáticas apontadas até aqui se repetem nos estudos de Programas de Pós-Graduação da área, verificando quais são as tendências teórico-metodológicas e os possíveis avanços nas problematizações sobre masculinidades neste contexto.

2 CAPITULO II: MASCULINIDADES NA EDUCAÇÃO: MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES

Neste capítulo apresenta-se o percurso metodológico das buscas por dissertações que versam sobre masculinidades em programas de pós-graduação em Educação de universidades públicas do Paraná. Essas produções foram categorizadas a fim de estabelecer um panorama quantitativo destes trabalhos, demonstrando os debates mais recorrentes e articulando os conteúdos encontrados com uma abordagem qualitativa. Os estudos que elegem dinâmicas metodológicas como essa, coleta e análise das duas formas de dados, são entendidos por John W. Creswell (2007), Uwe Flick (2009) e Eliana de Oliveira et. al (2003) como pesquisas de "métodos mistos", "triangulação" ou "multimétodo". Para Creswell (2007) esse tipo de estratégia permite a produção de informações em diferentes categorias de análise e ainda pode servir para um objetivo transformador maior, como a integração de tais dados na defesa de grupos marginalizados.

Nessa perspectiva, entende-se que ambas as técnicas apresentam limitações e potencialidades, por isso considera-se significativo para este estudo a utilização de dados quantitativos e qualitativos a fim de atingir melhores possibilidades analíticas e proporcionar complementaridade entre os resultados alcançados. Segundo, Teresa Duarte (2009) a combinação de metodologias reflete o interesse crescente no que diz respeito ao pluralismo metodológico e representa uma ruptura na hegemonia metodológica dos apoiadores do método único.

Sobre esta proposta Maria Cecília de Souza Minayo (2011) sinaliza que a aplicação da modalidade de triangulação possibilita a dissolução de dicotomias entre "quantitativo e qualitativo; entre macro e micro; entre interior e exterior; entre sujeito e objeto" (MINAYO, p.9, 2011). Nesse sentido, a autora evidencia que a realidade

concreta de um fenômeno pode ser conhecida por meio de dados subjetivos e dados objetivos, os colocando como interdependentes.

Para Gerda de Souza Holanda e Isabel Maria Sabino de Farias (2020) a triangulação aborda um problema sob diversos ângulos e amplia a visão da pesquisadora ou pesquisador, proporcionando novas formas de percebê-lo. As autoras sintetizam o conceito de triangulação como “uma estratégia que combina diferentes evidências com o propósito de fortalecer as conclusões sobre o fenômeno investigado” (Gerda de Souza HOLANDA; Isabel Maria Sabino de FARIAS, p.1156, 2020).

A mobilização de dados quantitativos e qualitativos nesta pesquisa também está em conformidade com Norman Denzin (2011), em texto de Carlos Eduardo Franco Azevedo *et al.* (2013), que sinaliza que esse movimento proporciona a obtenção de informações a partir de diversos dados, em tempos, espaços, contextos sociais distintos e com sujeitos diferentes.

Ainda sobre as possibilidades da triangulação Azevedo *et.al.* descreve:

A triangulação pode combinar métodos e fontes de coleta de dados qualitativos e quantitativos (entrevistas, questionários, observação e notas de campo, documentos, além de outras), assim como diferentes métodos de análise dos dados: análise de conteúdo, análise de discurso, métodos e técnicas estatísticas descritivas e/ou inferenciais, etc. Seu objetivo é contribuir não apenas para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, mas também enriquecer a nossa compreensão, permitindo emergir novas ou mais profundas dimensões (AZEVEDO *et al.*, 2013, p.4).

A coleta de dados para este estudo foi realizada por meio da plataforma de buscas do Catálogo de Teses e Dissertações CAPES. A priorização desta plataforma *online* se dá em decorrência da integração dos sistemas de informações de dissertações publicadas em instituições de ensino e pesquisa do país. A geração de dados deu-se de maneira sequencial (SMALL *apud* PARANHOS), na primeira etapa o levantamento quantitativo teve como proposta demonstrar o cenário estatístico e na segunda etapa os trabalhos foram organizados para análise.

Desse modo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica no campo da Educação a fim de verificar as perspectivas teórico-metodológicas nos estudos que debatem masculinidades. Sobre este procedimento, Antonio Carlos Gil (2008) assegura que a pesquisa bibliográfica tem como vantagem o fato de permitir ao pesquisador ou

pesquisadora a abrangência de uma série de fenômenos “muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, p.50, 2008). Especialmente, como é o caso desta pesquisa, quando o objeto de estudo é pouco estudado dificultando a definição de “hipóteses precisas e operacionalizáveis” (Telma Cristiane Sasso de LIMA; Regina Célia Tamaso MIOTO, p.40, 2007).

Nesse sentido, adotou-se como técnica de análise para esta pesquisa a Análise de Conteúdo a fim de assimilar os dados quantitativos e qualitativos gerados e definidos para o *corpus* do estudo. Segundo Roque Moraes (1999) a análise de conteúdo se estabelece como

[...] uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (Roque MORAES, 1999, p.8).

De acordo com Maria Laura P. B. Franco (2005, p.13), o ponto inicial da Análise de Conteúdo é a mensagem “seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. Posto isto, se viu como necessária a adoção da Análise de Conteúdo neste estudo, com o interesse de entender como a temática de masculinidades é exposta nas dissertações na área da Educação. Para tanto, se faz pertinente localizar, categorizar e discutir as perspectivas teórico-metodológicas dos trabalhos buscando identificar as ausências e continuidades nos textos, estabelecendo uma ordem classificatória seguindo os critérios definidos. Sobre isto,

O momento da escolha dos critérios de classificação depende daquilo que se procura ou que se espera encontrar. O interesse não está na simples descrição dos conteúdos, mesmo que esta seja a primeira etapa necessária, para se chegar à interpretação, mas em como os dados poderão contribuir para a construção do conhecimento após serem tratados (Elina de OLIVEIRA et al., 2003, p. 4).

Segundo Elina de Oliveira et al. (2003), tomando como referência as categorias estabelecidas, o pesquisador ou pesquisadora busca inferir ou deduzir de maneira dialética conhecimentos sobre o emissor da mensagem e/ou o contexto em que foi produzida, atribuindo significado aos dados acessados.

Laurence Bardin (1977) e Maria Laura Puglisi Barbosa Franco (2005) indicam três fases de estruturação e organização de uma Análise de Conteúdo, que serão empregadas neste estudo. São elas: Pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

2.1 PRÉ-ANÁLISE

Segundo Bardin (1977), a pré-análise é a fase de organização que tem por objetivo sistematizar as ideias iniciais e estruturar um plano de análise. Essa primeira fase se caracterizou pela organização dos dados com a intenção de estabelecer o *corpus* da pesquisa. Neste aspecto, foi necessário realizar a escolha dos documentos, a formulação de hipóteses e a elaboração de indicadores para fundamentar a interpretação final. Neste momento também foi realizada a leitura flutuante dos documentos, estabelecendo contato e verificando os textos “deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 1977, p. 96).

Definiu-se como unidade básica de análise para esta pesquisa, os programas de pós-graduação em Educação das universidades públicas do Paraná. Em um primeiro momento, os dados foram coletados de acordo com a estrutura e disponibilização das produções de cada programa, colaborando na composição de um quadro quantitativo comparativo com as informações definidas previamente para essa etapa. Tal escolha levou em conta o tempo e viabilidade da pesquisa, conduzindo os resultados das buscas dentro do limite designado. É importante considerar como hipótese a repetição de algumas categorias em outras amostras, o que pode proporcionar a estruturação de um quadro quantitativo mais abrangente sobre o tema.

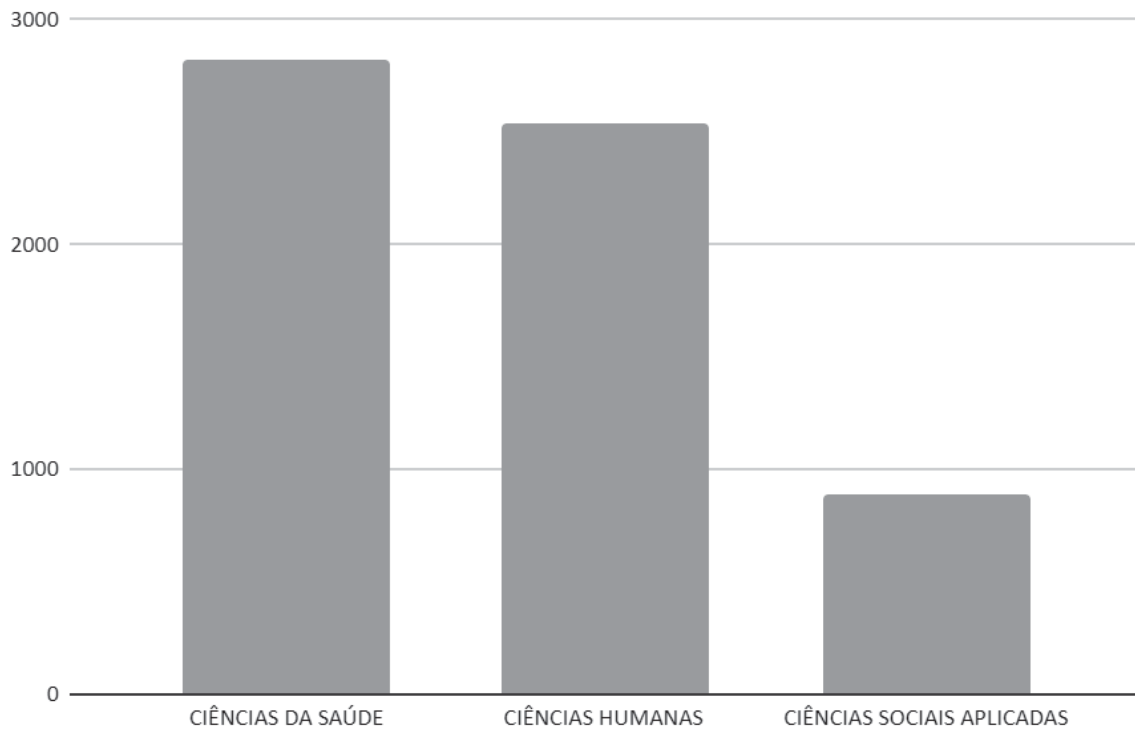
Organizou-se uma demonstração do banco de dados com os seguintes itens: local de produção/universidade, quantidade de dissertações encontradas por programa e quantidade de dissertações por ano.

As buscas foram realizadas por meio da plataforma do Catálogo de Teses e Dissertações CAPES utilizando os termos “masculinidades”, “masculinidade”, “homens”, “homem”, “meninos”, “menino”, “masculino”, “masculinos”, selecionando como nível de pesquisa a opção mestrado. Os descritores foram aplicados e dispostos com o intuito de obter o maior número de combinações e resultados de

trabalhos que apresentam como eixo central discussões sobre masculinidades no campo da Educação.

Durante as buscas de dados no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES por produções na área da Educação, realizou-se a filtragem de maneira manual. Inicialmente, selecionou-se o tipo de produção - mestrado e ano - 2011 a 2021. Observou-se no tópico “grande área de conhecimento” que os filtros anteriores alinhados aos descritores demonstraram um maior volume de produções nas Ciências da Saúde (2820), Ciências Humanas (2541) e Ciências Sociais Aplicadas (887). Conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 1 - Resultados das três primeiras grandes áreas com o maior volume de produções



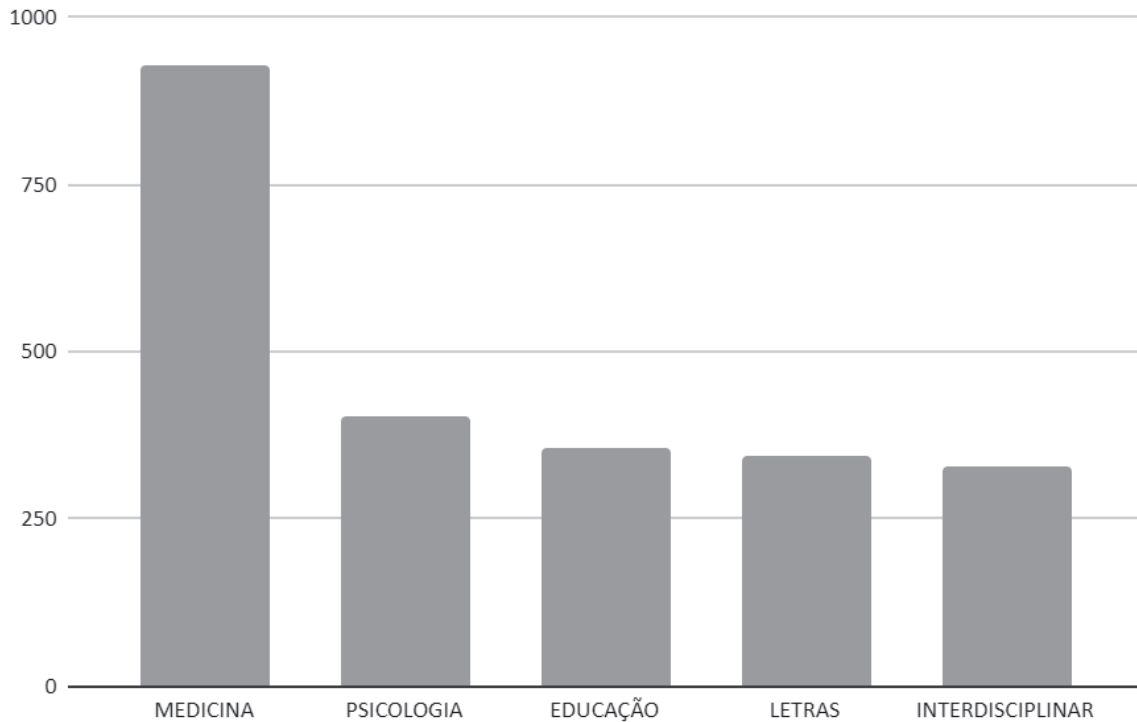
Fonte: corpus da pesquisa

Nesse caso, nota-se um evidente interesse das áreas mencionadas por discussões que abrangem masculinidades. Tais dados obtidos nesta pesquisa se conectam com o levantamento realizado no primeiro capítulo deste estudo, apontando um destaque para o campo da Saúde com a maior porção de trabalhos publicados.

Em seguida adicionou-se manualmente mais um item nas buscas: “Área do conhecimento” com a finalidade de fortalecer e detalhar os resultados anteriores.

Constatou-se que as áreas do conhecimento com o maior volume de produções foram: Medicina (926), Psicologia (405), Educação (358), Letras (346) e Interdisciplinar (330).

GRÁFICO 2 - Resultados das cinco primeiras áreas com o maior volume de produções



Fonte: corpus da pesquisa

Estando o corpus da pesquisa demarcado, Bardin (1977) sugere algumas regras para a seleção dos documentos e da análise propriamente dita, são elas: exaustividade, representatividade, pertinência e homogeneidade.

A regra da exaustividade propõe esgotar todo o assunto sem deixar de fora nenhum documento que atenda aos critérios definidos. Portanto, seguiu-se tal regra neste estudo, já que após a definição da área de conhecimento (Educação), tipo de documento que compõe a análise (dissertações), ano das produções (2011-2021) e existência de ao menos um dos descritores no conjunto de palavras-chave da produção (masculinidades, masculinidade, homens, homem, meninos, menino, masculino, masculinos), não se eliminou nenhuma pesquisa.

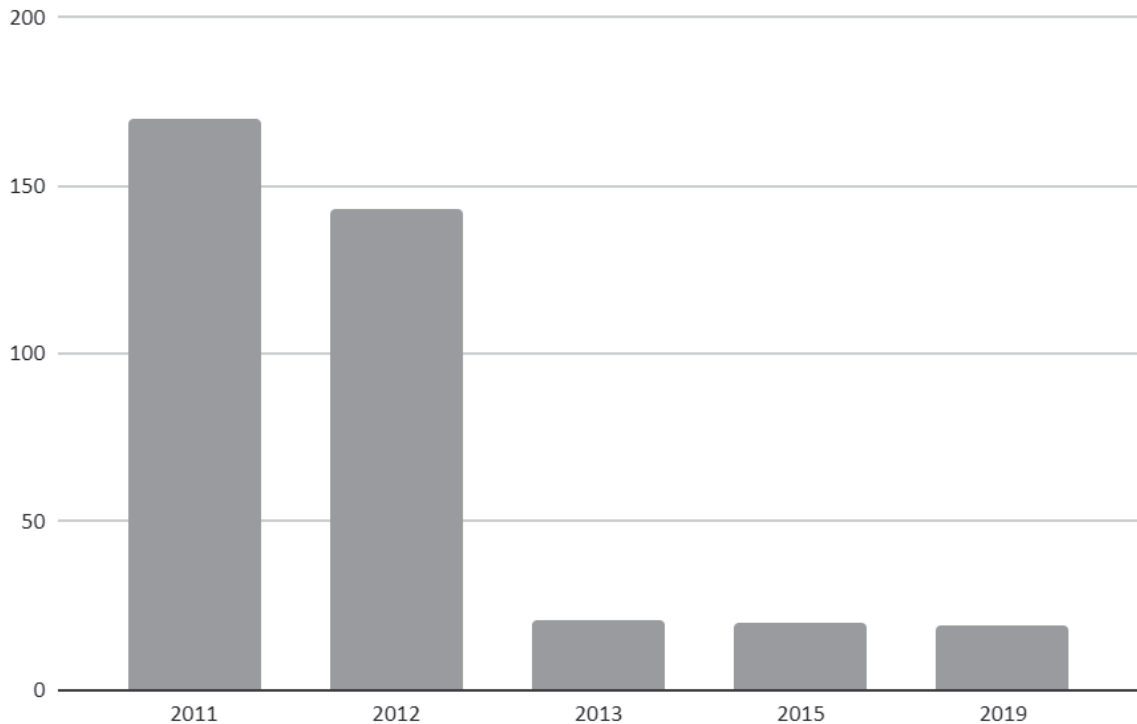
A regra da representatividade preocupa-se com amostras que representem o universo inicial. Com a definição dos critérios alinhados ao objeto de estudo, formou-se uma amostra representativa de dissertações produzidas em universidades públicas do Paraná que discutem a temática de masculinidades.

A regra da pertinência define que os documentos devem ser fontes adequadas de informação e correspondentes aos objetivos da análise. Também atendeu-se a essa regra, visto que produções acadêmicas são fontes de natureza científica e muitas delas são constituídas de relatórios de investigações originais e/ou rigorosas revisões bibliográficas (GIL, p.64, 2008).

Por último, a regra da homogeneidade estabelece que o conjunto de documentos a ser analisado deve ser homogêneo, obedecendo aos critérios de escolha e sem apresentar excessiva singularidade que possa extrapolar os critérios ou objetivos da pesquisa. Neste caso, correspondeu-se a essa regra, posto que os documentos definidos para análise são compostos unicamente por dissertações que referem-se ao mesmo tema e que foram coletadas através de técnicas semelhantes.

Dando continuidade à organização e análise dos dados e atendendo aos princípios definidos por Bardin (1977), incluiu-se o filtro “nome do programa” assinalado no campo Educação. Ao refinar as buscas obteve-se um resultado total de 462 dissertações. Deste montante destacam-se os cinco anos com o maior número de publicações, são eles: 2011 (170), 2012 (143), 2013 (21), 2015 (20) e 2019 (19) respectivamente.

GRÁFICO 3 - Resultados dos cinco anos com maior número de publicações



Fonte: corpus da pesquisa

Subsequentemente, fez-se necessário a inclusão do item “instituição” para aperfeiçoar a busca e selecionar as universidades públicas do Paraná, em conformidade com os objetivos do estudo. Nesse processo de levantamento consideramos um total de 8 programas de pós-graduação em Educação na modalidade mestrado, avaliados e reconhecidos pela CAPES e dispostos na Plataforma Sucupira. São eles:

QUADRO 1 – Resultados sobre Instituições

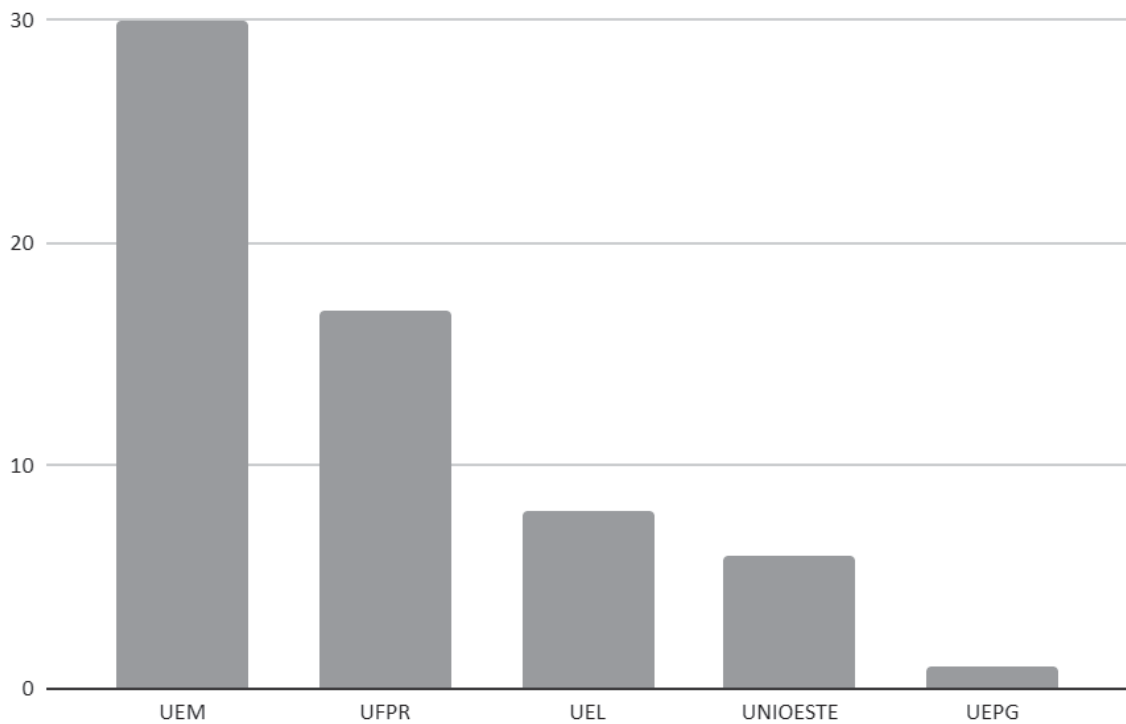
Nome do programa	Universidade	Área básica	Área de concentração	Nível	Avaliação/ Conceito CAPES
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPEd	Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP	Educação	Educação Básica	Mestrado Profissional	A
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE	Educação	Educação/ Sociedade, Estado e Educação	Mestrado	4

Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEFB	Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE	Educação	Educação	Mestrado	3
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG	Educação	Educação	Mestrado	5
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFPR	Universidade Federal do Paraná - UFPR	Educação	Educação	Mestrado	6
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPEdu	Universidade Estadual de Londrina - UEL	Educação	Educação Escolar	Mestrado	4
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPE	Universidade Estadual de Maringá - UEM	Educação	Educação	Mestrado	4
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO	Educação	Ciências Humanas/Educação	Mestrado	4

Fonte: corpus da pesquisa

Levando em consideração o processo de busca relatado para entender o cenário de produções, foi necessário realizar a associação com os descritores mencionados e a inclusão do item "instituição". Desta nova busca, resultaram cinco universidades públicas do Paraná que apresentaram produções a partir dos critérios: UEM, UFPR, UEL, UNIOESTE e UEPG. O volume inicial de produções está demonstrado nos gráficos abaixo, apresentando a quantidade por universidade e, posteriormente, por ano de publicação.

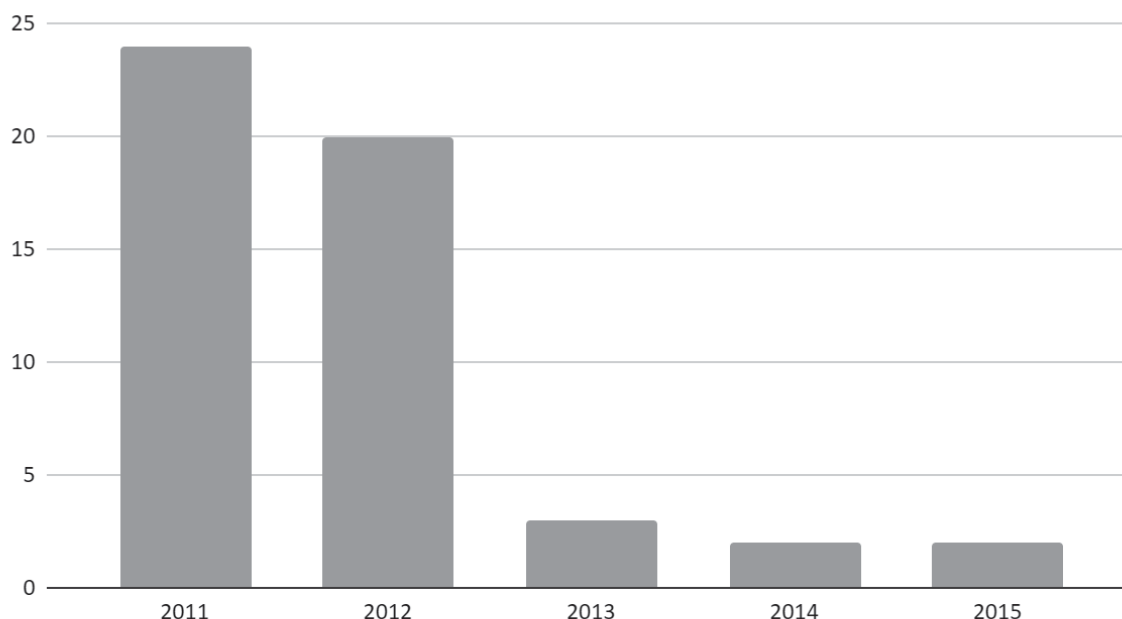
GRÁFICO 4 - Resultados das produções por instituição



Fonte: corpus da pesquisa

O gráfico demonstra que no período de 2011 a 2021 a universidade que mais apresentou produções associadas aos descritores buscados foi a Universidade Estadual de Maringá com um volume de 30 dissertações. Em seguida, Universidade Federal do Paraná com 17 dissertações, Universidade Estadual de Londrina com 8 dissertações, Universidade Estadual do Oeste do Paraná com 6 dissertações e Universidade Estadual de Ponta Grossa com 1 produção.

GRÁFICO 5 – Volume de produções por ano nos programas de Educação do Paraná



VOLUME DE PRODUÇÕES POR ANO NOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ

Fonte: corpus da pesquisa

*Os cinco primeiros anos com o maior volume de produções no Paraná

O gráfico demonstra que no período de 2011 a 2021 o maior volume de produções associadas aos descritores buscados foi o ano de 2011 com 24 dissertações. Destacam-se os cinco anos com o maior volume de produções. Em seguida de 2011, enfatiza-se os anos de 2012 (20), 2013 (3), 2014 (2) e 2015 (2).

2.2 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

A partir dessa quantidade de dissertações obtidas entre o período selecionado para este estudo e as demais unidades de pesquisa, procedeu-se a administração sistemática das decisões tomadas conforme sugere Laurence Bardin (Bardin, p. 101, 1977). Nesse cenário, o primeiro propósito foi realizar a releitura dos títulos e resumos das pesquisas a fim de selecionar e distinguir apenas as pesquisas que apresentaram os termos definidos anteriormente em seus títulos e/ou resumos e, para além disso, também citaram um dos descritores em seu conjunto de palavras-chave.

Nessa mesma etapa, além de constatar a presença dos descritores, delimitou-se a partir da leitura dos resumos quais dissertações se propuseram a

dialogar sobre masculinidades de maneira central ou estruturante. Nessa fase adotou-se a técnica de triangulação concomitante sugerida por John W. Creswell (2007), realizando a coleta de dados quantitativos e qualitativos simultaneamente. A organização da base de dados, deu-se desta maneira: estratégia quantitativa conduziu a organização das informações dispostas anteriormente (universidade, resumo, discussão central) e a estratégia qualitativa estabeleceu a análise do conjunto de dissertações selecionadas.

Com tais prioridades e métodos definidos, selecionou-se apenas os estudos que atenderam esses requisitos, conforme quadros abaixo.

QUADRO 2 - Demonstrativo do volume total de dissertações das universidades públicas paranaenses, distinguindo o montante de produção por instituição e o atendimento aos critérios.

UNIVERSIDADE	TOTAL DE TRABALHOS FILTRADOS PELOS DESCRITORES (CAPES) POR UNIVERSIDADE	TOTAL DE TRABALHOS QUE NÃO ATENDERAM AOS CRITÉRIOS DA PESQUISA	TOTAL DE TRABALHOS QUE ATENDERAM OS CRITÉRIOS DA PESQUISA
UEM	30	29	1
UFPR	17	14	3
UEL	8	8	0
UNIOESTE	6	6	0
UEPG	1	1	0

Fonte: corpus da pesquisa

QUADRO 3 - Demonstrativo do volume total de dissertações que atenderam aos critérios considerando as universidades paranaenses selecionadas

TOTAL DE UNIVERSIDADES SELECIONADAS NO PARANÁ	TOTAL DE TRABALHOS FILTRADOS PELOS DESCRITORES (CAPES)	TOTAL DE TRABALHOS QUE NÃO ATENDERAM AOS CRITÉRIOS DA PESQUISA	TOTAL DE TRABALHOS QUE ATENDERAM AOS CRITÉRIOS DA PESQUISA
5	62	58	4

Fonte: corpus da pesquisa

Desse modo, os dados brutos “são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos” (Laurence Bardin, p. 101, 1977). De acordo com a proposta de Bardin, a fase de exploração do material prevê as etapas de codificação e categorização do material. Para a autora,

Tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto , transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto , que podem servir de índices [...] (BARDIN, 1977, p. 103)

Nesse ponto, a descrição analítica se vale de um estudo aprofundado dos documentos com o intuito de realizar o recorte das unidades de registro e de contexto. A organização da codificação compreende três escolhas: o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação (escolha das categorias) (BARDIN, p. 104, 1977).

Tomando como base esse processo, iniciou-se a análise do material coletado que correspondeu em sua completude aos parâmetros estabelecidos. Realizou-se a leitura integral das quatro produções resultantes buscando indicadores que podem ter passado despercebidos em uma leitura anterior e também processando aproximações com os objetivos da pesquisa. Nesse contexto, foi possível inteirar-se dos detalhes das produções e validar a inclusão de tais estudos sobre masculinidades na modalidade-mestrado no corpus da pesquisa.

Nesse aspecto, as definições das unidades de registro e contexto se deram a partir das informações contidas no banco de dados, condizente à exposição anterior. Segundo Fernanda Marsaro dos Santos, a codificação “restringe-se a escolha de unidade de registro, ou seja, é o recorte que se dará na pesquisa” (Fernanda Marsaro dos SANTOS, p.385, 2012). Por sua vez, Bardin explica unidade de registro, como:

É a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. A unidade de registro pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis. Reina uma certa ambiguidade no concernente aos critérios de distinção das unidades de registro. Efetivamente, executam-se certos recortes a nível semântico, o <<tema>>, por exemplo, enquanto que outros se efetuam a um nível aparentemente linguístico, como por exemplo, a <<palavra>> ou a <<frase>> (Bardin, 1977, p.104).

Portanto, nesta investigação considera-se como unidade de registro, o tema. Atentou-se às produções que versam sobre a temática investigada e utilizam masculinidade como tema central ou parte estruturante do texto. Para a autora Maria Laura Puglisi Barbosa Franco (2005) o tema é uma afirmação sobre determinado assunto que “envolve não apenas componentes racionais, mas, também, ideológicos, afetivos e emocionais” (Maria Laura Puglisi Barbosa FRANCO, p.39, 2005). Bardin ainda destaca que a utilização do tema como unidade de registro é comumente empregado “para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências” (Bardin, p. 106, 1977). Sendo assim, essa escolha possibilitou a organização do banco de dados alinhada aos objetivos da investigação.

A leitura completa das dissertações que formam o corpus da pesquisa, constituiu-se com base na busca por núcleos de sentido “que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, p. 105, 1977). Esse movimento viabilizou o esquema de categorização das produções. Franco interpreta a categorização, como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias” (FRANCO, p.57, 2005). Concebendo a categorização como o agrupamento de dados e, por conseguinte, a classificação dos elementos comuns, organizou-se uma síntese com os aspectos mais importantes e similares entre as dissertações.

A partir da temática de masculinidades classificou-se as produções aplicando o procedimento por “milha” ou ainda “acervo”, quando os títulos das categorias são definidos no final da operação (BARDIN, 1977). O processo de agrupamento demonstrou a frequência das abordagens teóricas e metodológicas, tendências e perspectivas dos trabalhos no campo da Educação. Segundo Bardin, as categorias reúnem um grupo de elementos em razão de características comuns entre si sob um título genérico, podendo ser os critérios de categorização: semântico, sintático, léxico e expressivo. Adotou-se para essa investigação o critério semântico, ou seja, agrupamento por categorias temáticas. Tendo a categorização como objetivo inicial fornecer uma representação simplificada dos dados brutos

(BARDIN, p.119, 1977), reuniu-se os dados em duas categorias temáticas: Perspectivas da infância e adolescência e Perspectivas periféricas.

QUADRO 4 – Categorias De Dissertações

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE DISSERTAÇÕES %
Perspectivas da infância e adolescência	50%
Perspectivas periféricas	50%
TOTAL	100%

Fonte: corpus da pesquisa

Dentro da categoria Perspectivas da infância e adolescência enquadram-se as produções que debatem os processos de socialização e constituição das masculinidades e as etapas da vida, com destaque para a infância e adolescência. Incluem-se na categoria Perspectivas periféricas as produções que debatem experiências de masculinidades a partir de narrativas ou discursos que se distanciam da masculinidade hegemônica e problematizam as masculinidades com outros marcadores sociais da diferença (PELÚCIO, 2011).

A fase de tratamento dos resultados organizou-se em três momentos: enumeração das características comuns das produções, descrição e interpretação controlada (inferência), interpretação das dissertações a partir de significações.

3 CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS PRODUÇÕES

Nesta fase organizou-se o tratamento e interpretação dos resultados, buscando compor significado aos dados brutos e verificando as possibilidades de inferências. Sendo assim, a análise apresentada buscou inferir respostas para os objetivos específicos do estudo de maneira sistemática e ordenada. Para tanto, Moraes (1999) sinaliza sobre os procedimentos descritivos desta fase:

Quando se tratar de uma pesquisa numa abordagem quantitativa esta descrição envolverá a organização de tabelas e quadros, apresentando não só as categorias construídas no trabalho, como também computando-se frequências e percentuais referentes às mesmas. Poderá haver diferentes tipos de tabelas, de acordo com os níveis de categorização utilizados. Quando se tratar de uma pesquisa numa abordagem qualitativa a descrição será geralmente de outra ordem. Para cada uma das categorias será produzido um texto síntese em que se expresse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas. Geralmente é recomendável que se faça uso intensivo de “citações diretas” dos dados originais (MORAES, 1999, p. 8)

Considerando os apontamentos de Moraes (1999), buscou-se indicadores por meio da descrição dos dados quantitativos e qualitativos a respeito de como as produções no campo da Educação estão constituindo os debates sobre masculinidades. Para Bardin, o que serve de informação na análise quantitativa é a frequência com que surgem determinadas características do conteúdo. Já na análise qualitativa é a presença ou ausência de determinada característica em certo fragmento da mensagem que é levado em consideração (BARDIN, p.21, 1977). Como exposto anteriormente, a combinação de métodos e fontes de coleta de dados, caracterizada como triangulação (AZEVEDO *et al.*, 2013, contribui para análise do fenômeno de diferentes ângulos e enriquece os resultados demonstrados.

Na pesquisa pelos indicadores mais frequentes dividiu-se a descrição dos dados em dois breves momentos: o primeiro com a apresentação dos dados quantitativos e o segundo com a descrição qualitativa. A organização quantitativa considerou a descrição dos seguintes indicadores: autores e autoras mais citados como base teórico-metodológica, descritores mais utilizados para localização das produções, abordagens metodológicas e teóricas utilizadas, delineamento das pesquisas, instrumentos utilizados para geração de dados, área de atuação dos pesquisadores e pesquisadoras, gênero e outros marcadores dos autores e autoras das dissertações.

A fim de tornar a descrição compreensível e acessível, sistematizou-se os dados em gráficos e quadros representativos. O primeiro quadro demonstra as dissertações em suas categorias de análise, seus autores e autora, bem como os códigos e ano das produções, com o propósito de orientar o leitor ou leitora na identificação dos estudos. Basicamente, os códigos foram reunidos em categorias quando houve relação em termos de conteúdo ou contexto.

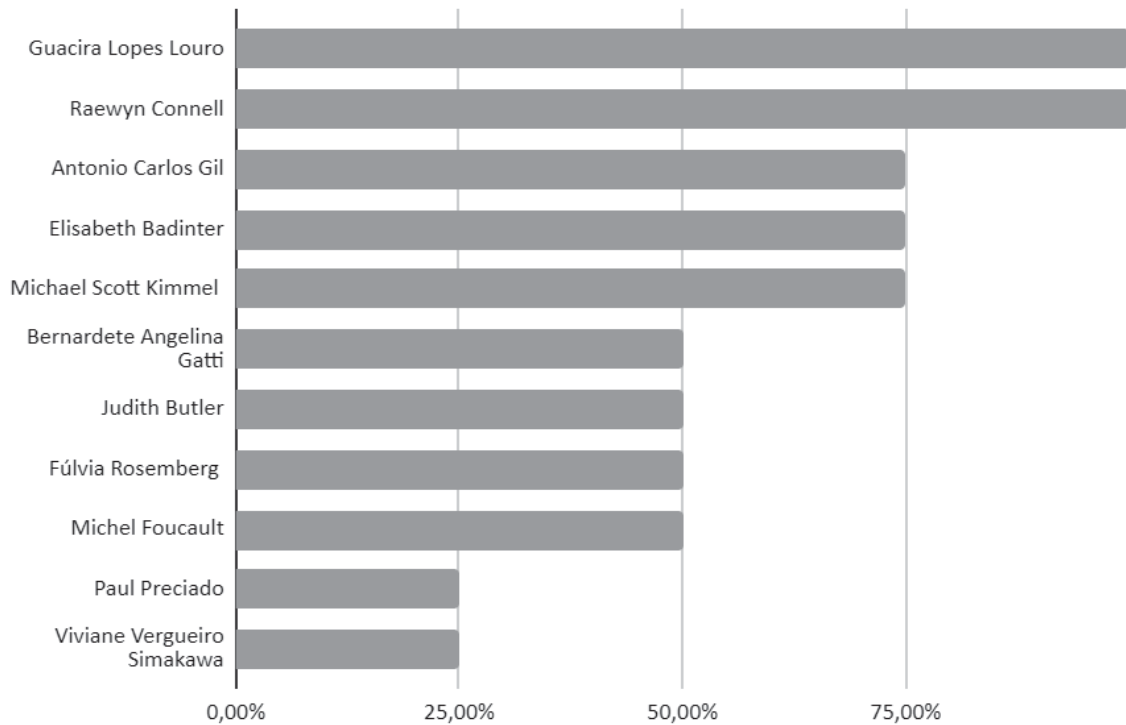
QUADRO 5 – Dissertações e categorias de análise, autora/autor e ano

CATEGORIAS	AUTOR/AUTORA	ANO	CÓDIGO
Perspectivas da infância e adolescência	Laiana Moraes de Azevedo	2020	Dissertação A
	Tiago de Matos Peixoto	2020	Dissertação B
Perspectivas periféricas	Andrio Robert Lecheta	2019	Dissertação C
	Diego Paiva Bahls	2021	Dissertação D

Fonte: Corpus da pesquisa

O gráfico a seguir contém os dados a respeito dos autores e autoras que foram citados com mais frequência nas produções analisadas considerando os suportes teóricos e metodológicos estabelecidos pelos pesquisadores e pesquisadora para promover as discussões propostas, com o interesse de apontar quais as tendências teóricas e metodológicas das pesquisas que versam sobre masculinidades nos programas de pós-graduação em Educação.

GRÁFICO 6 – Autores citados com mais frequência



Fonte: corpus da pesquisa

Segundo Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2003), o propósito da pesquisa científica envolve o desenvolvimento interpretativo dos dados levantados empiricamente e que, portanto, é fundamental a correlação da pesquisa com o universo teórico. Para isso, a opção de um modelo teórico serve de base para interpretação e significação dos dados e fatos levantados. Gil (2008) afirma a importância das teorias no processo de investigação. Para o autor elas auxiliam na definição de conceitos, revelam lacunas no conhecimento, “explicam, generalizam e sintetizam os conhecimentos e sugerem a metodologia apropriada para a investigação” (GIL, p.18, 2008).

A autora Raewyn Connell conjuntamente com Guacira Lopes Louro desponta como uma das autoras presente em 100% das dissertações selecionadas. Connell é conhecida por seu trabalho pioneiro sobre masculinidades, sua obra *Masculinities* (1995) é uma das mais citadas da área em todo o mundo. Em seus estudos a autora ainda inclui temáticas como educação, gênero, sexualidade, classe, violência e teorias globais (Cynthia HAMLIN; Frédéric VANDERBERGUE, 2013).

Raewyn Connell cunhou o conceito de masculinidade hegemônica, amplamente utilizado nas produções analisadas neste estudo. O autor Silvio de Almeida Carvalho Filho (2008) se dedicou a investigar sobre o conceito proposto pela autora e seu modelo de pensamento. Para Filho (2008), Connell se vale de contribuições da psicanálise, das Ciências Sociais e do contato com o movimento gay emergente da década de 1970 para construir a ideia de um modelo hegemônico de masculinidade em cada sociedade. Ainda sobre o mecanismo desse conceito e sua aplicabilidade nas pesquisas, o autor descreve

Portanto, identifica uma política de gênero condutora de relações de aliança, de dominação e subordinação entre as diversas masculinidades. A hegemonia de um padrão de masculinidade não significa que essa possua um controle total sobre todas as outras possibilidades existentes, assim como não possa sofrer as suas crises. Esse conceito de “masculinidade hegemônica” de Connell vai exercer uma grande influência sobre múltiplas pesquisas que envolvem o estudo sobre homens e masculinidades (Silvio de Almeida Carvalho FILHO, 2008, p.7).

Para Mara Viveros Vigoya, Raewyn Connell sustenta um posicionamento muito influente nos estudos das masculinidades, já que desde o início de seu trabalho propõe pensar a masculinidade “como uma posição no seio das relações de gênero, um conjunto de práticas pelas quais homens e mulheres se comprometem com essa posição, e os efeitos dessas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura” (apud VIGOYA, 2018, p. 42). Vigoya ainda destaca que, ao entender gênero como estrutura organizadora da prática social, Connell considera seu atravessamento com outras estruturas sociais como classe, nacionalidade e raça.

Outra autora com presença marcante em todas as dissertações que compõem o *corpus* deste estudo é Guacira Lopes Louro. A autora colaborou para a constituição do campo de estudos sobre Gênero, sexualidade e educação no Brasil, aprofundando-se na temática desde os anos 1990 (Vilma Nonato de BRÍCIO, 2012). Dentre suas obras de destaque e que serviram de apoio teórico para as pesquisas descritas, estão: *Gênero, sexualidade e educação (1997)*; organização de *O corpo educado: pedagogias da sexualidade (1999)* e *Currículo, gênero e sexualidade (2000)*.

Na mesma década de 1990 Louro fez uma importante contribuição teórica aos estudos sobre Gênero ao traduzir o texto de Joan Scott *Gênero: uma categoria*

útil de análise histórica. Em sua obra Guacira Lopes Louro debate o conceito de gênero “na articulação entre os estudos feministas e o pós-estruturalismo, possibilitando repensá-lo nas relações de poder e nas formas de ressignificação da linguagem” (Cláudia Maria RIBEIRO; Constantina Xavier FILHA, 2015). Levando em consideração as teorizações propostas pelas autoras, as dissertações descritas nesta investigação se valem de suas articulações para subsidiar seus debates e resultados.

Dentre os dados analisados, percebe-se que 25% das produções utilizaram autores ou autoras trans, sendo eles: Paul Preciado²¹ e Viviane Vergueiro Simakawa. Para problematizar o uso do banheiro e sua organização, o autor da dissertação D recorre às problematizações sobre tecnologia de gênero propostas por Preciado. Nesse caso, entende-se o banheiro como um espaço para além das necessidades fisiológicas, um espaço que acentua a produção das diferenças de sexo/gênero, bem como das violências (Diego Paiva BAHLS, 2021). Os autores Manoel Antônio dos Santos e Leticia Carolina Boffi (2022) ao estudarem a teoria de Paul Preciado, sinalizam que as reflexões propostas por ele se inserem nos estudos pós-estruturalistas, portanto, “o binarismo e a hierarquia que acompanham as referências das matrizes identitárias modernas são problematizadas por Preciado, que adota as críticas às dicotomias” (SANTOS; BOFFI, 2022, p.10).

Outra autora citada na dissertação D é Viviane Vergueiro Simakawa, o autor utiliza o conceito de cisgeneridade proposto por ela para se identificar em seu texto enquanto homem cisgênero. O autor também utiliza o termo em outros dois momentos do texto como marcador da diferença, para sinalizar identidades de gênero no contexto de sua pesquisa. Não há uma discussão sobre identidades trans e travestis, mas a utilização do conceito de cisgeneridade permite a problematização do binarismo homem biológico/mulher biológica ou homem de verdade/mulher de verdade, na investigação proposta na dissertação D.

No gráfico abaixo apresenta-se as abordagens teóricas mais utilizadas nas produções estudadas, é importante lembrar que se levou em consideração a definição de cada um dos autores e autora e suas informações a respeito do direcionamento teórico das investigações.

²¹ Paul Preciado é um filósofo espanhol, pesquisador e homem trans. Desponta no cenário acadêmico dos principais pensadores contemporâneos das novas políticas do corpo, gênero e sexualidade

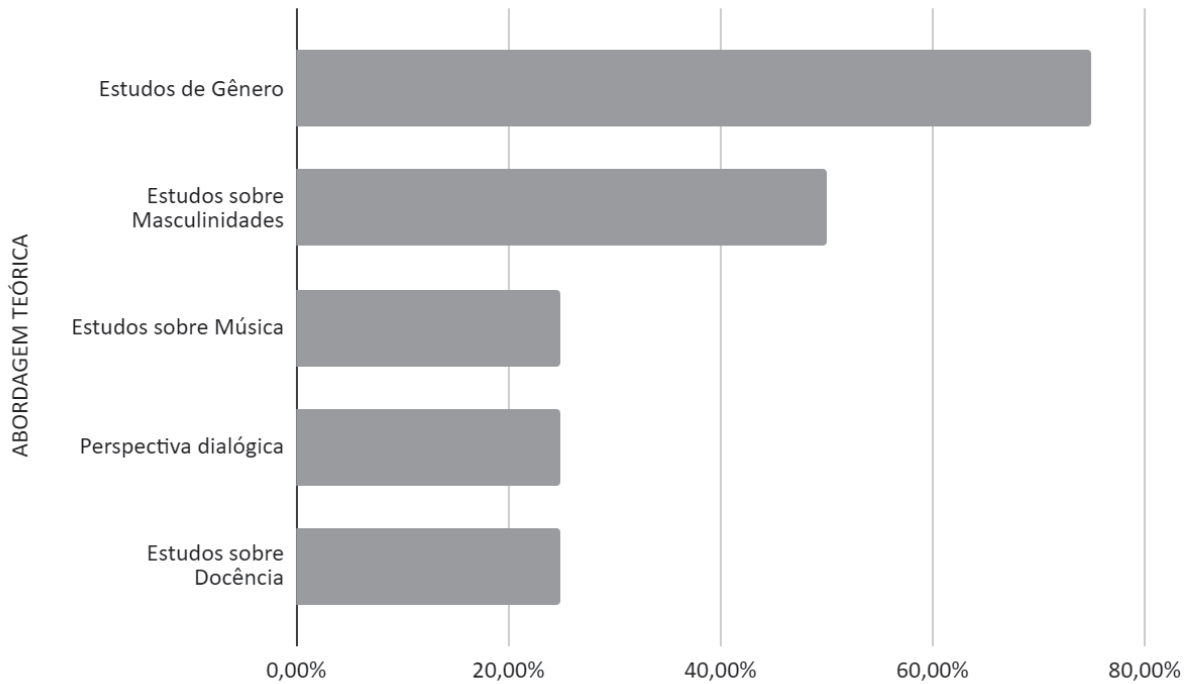


GRÁFICO 7 – Abordagens teóricas mais utilizadas

Fonte: corpus da pesquisa

Conforme a demonstração, 75% das dissertações informaram utilizar como abordagem teórica os estudos de Gênero. A autora Marlise Matos (2008) destaca que a adoção do conceito de gênero como ferramenta analítica e empírica se encontra consolidada em diversas áreas, inclusive em algumas que se diriam improváveis, como: física, economia, teologia, educação física, direito, entre outras (Marlise MATOS, 2008). A mesma autora define os estudos de Gênero como um campo legitimado de saber científico. Segundo Matos, o campo emerge a partir de críticas feministas que contestaram a dominação de concepções representacionistas e cartesianas ocidentais na produção de conhecimento científico.

O campo dos estudos de gênero tem nos revelado que o que se tem tomado como sendo característica do universal, nas ciências de uma forma geral, é “uma propriedade paroquial da cultura dominante, e que a ‘universalidade’ é indissociável da expansão colonialista”. O pensamento e a ciência como corolário deste são atividades/ações sobre o mundo e enquanto tais podem postular emancipatoriamente outros universais que, por sua vez, não tenham a postura colonialista. Ou seja, cabe-nos o desafio da proposição concreta de repensar a universalidade em termos de um ato constitutivo, construtivo e sempre tenso de tradução multicultural muito mais do que de tradição, dominação ou colonização. A isso tem se dedicado parte substantiva – direta ou indiretamente – dos estudos sob a rubrica de gênero (MATOS, 2008, p.346).

Nesse sentido, pode-se compreender que as dissertações que apontam os estudos de Gênero como aporte teórico entendem de maneira crítica a centralização dos saberes ocidentais e coadunam “a favor de uma versão científica que prioriza a ótica da diferença, de alternativas, de flutuações, de descentralizações e incertezas que, por sua vez, se configuram através de aspectos construtivos e processos de abertura e mudanças” (MATOS, 2008, p. 347).

A análise dos dados também revela que 50% das dissertações utilizaram os estudos sobre Masculinidades como abordagem teórica e realizaram articulação com os estudos de Gênero nos debates propostos. De acordo com Mara Viveros Vigoya (2018) há uma proximidade entre as teorias feministas e os estudos sobre homens e masculinidades em função da necessidade de reforçar a dimensão relacional do conceito de gênero desde o início desses estudos. O surgimento dos estudos das Masculinidades, na década de 1970, recorreu às contribuições de diferentes movimentos sociais como o movimento feminista, movimento de liberação gay, o dos direitos civis e dos questionamentos acerca dos privilégios e hegemonia do homem branco heterossexual decorrentes destes grupos (VIGOYA, 2018).

Como exposto anteriormente, a teoria de Raewyn Connell é uma das mais influentes dentro destes estudos e propõe que pesquisar as masculinidades “é investigar teórica e empiricamente a lógica e as complexidades internas das masculinidades, no interior da estrutura de gênero e na sua relação com outras estruturas sociais como a origem étnica, a raça e a classe” (VIGOYA, p. 43, 2018). Portanto, reconhece-se que a associação destas abordagens teóricas realizadas nos estudos selecionados indica perspectivas em tais investigações que concentram-se na análise dos processos por meio dos quais mulheres e homens produzem uma existência organizada pelo gênero.

No gráfico seguinte verificou-se os métodos de coleta e análise de dados empregados nas dissertações. Nota-se que 50% das produções optou pela técnica qualitativa e 50% não fez a definição da abordagem metodológica.

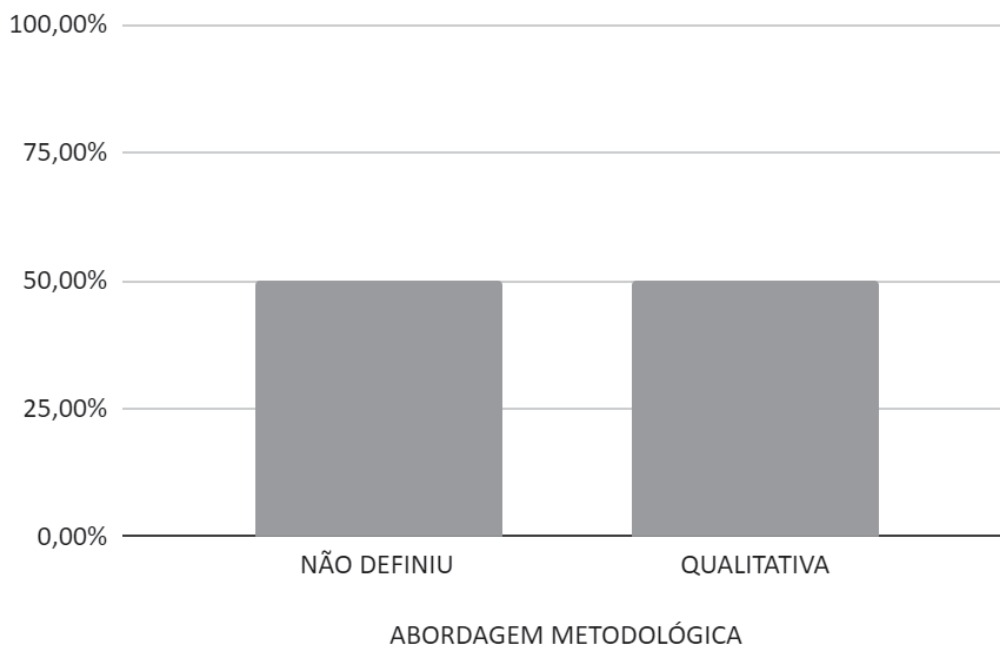


Gráfico 8 – Abordagem Metodológica

Fonte: corpus da pesquisa

Não pode-se determinar o uso de procedimentos qualitativos como uma tendência metodológica nas dissertações, uma vez que metade das produções não designou de maneira acessível o tipo de abordagem priorizada. O autor John Ward Creswell compreende a abordagem qualitativa, como:

[...] uma técnica qualitativa é aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias (ou seja, políticas, orientadas para a questão; ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambas. Ela também usa estratégias de investigação como narrativas, fenomenologias, etnografias, estudos baseados em teoria ou estudos de teoria embasada na realidade. O pesquisador coleta dados emergentes abertos com o objetivo principal de desenvolver temas a partir dos dados (CRESWELL, 2007, p.35)

Segundo Marcos Suel Zanette (2017), a história da pesquisa qualitativa no contexto da educação brasileira demonstra que o método qualitativo promoveu diversos avanços e contribuições na construção do saber e na dinâmica do processo educacional. Para o autor ocorreram progressos na compreensão da aprendizagem, no entendimento das demandas histórico-culturais a respeito das lutas por uma educação democrática e acessível e a reconfiguração das relações internas e externas nos âmbitos institucionais (ZANETTE, 2017).

Sobre as diferentes técnicas utilizadas nas pesquisas em Educação e suas possíveis associações, Zanette frisa a validade de tais articulações.

Na atualidade, é pacífico que a produção do conhecimento na área das Ciências Humanas e Sociais não elimina a imbricação entre técnicas quantitativas e qualitativas; e que o valor dos estudos não se mede pela dimensão de uma ou outra abordagem, mas pela concepção que determina a orientação dos resultados e os vínculos estabelecidos com os sujeitos e os problemas investigados (ZANETTE, 2017, p. 160).

O autor ainda ressalta que esses avanços aparecem de forma diversificada nas pós-graduações, nas questões teóricas, epistemológicas, metodológicas e na aplicabilidade dos procedimentos técnicos nas investigações nas diferentes áreas acadêmicas em Educação (ZANETTE, 2017).

Segundo Antonio Carlos Gil (2008), é necessário definir o delineamento da pesquisa para confrontar a teoria escolhida pelo pesquisador ou pesquisadora e os dados da realidade. Para ele, o delineamento trata-se do planejamento da pesquisa que envolve desde o seu desenho inicial, quanto a previsão de análise e interpretação dos dados. Nessa lógica, o delineamento também considera o ambiente da coleta dos dados e se ocupa dos problemas mais práticos da operação.

Gil afirma que o procedimento adotado para a coleta de dados é primordial para identificação do delineamento da pesquisa (GIL, 2008).

Abaixo verifica-se os delineamentos das investigações analisadas e suas frequências.

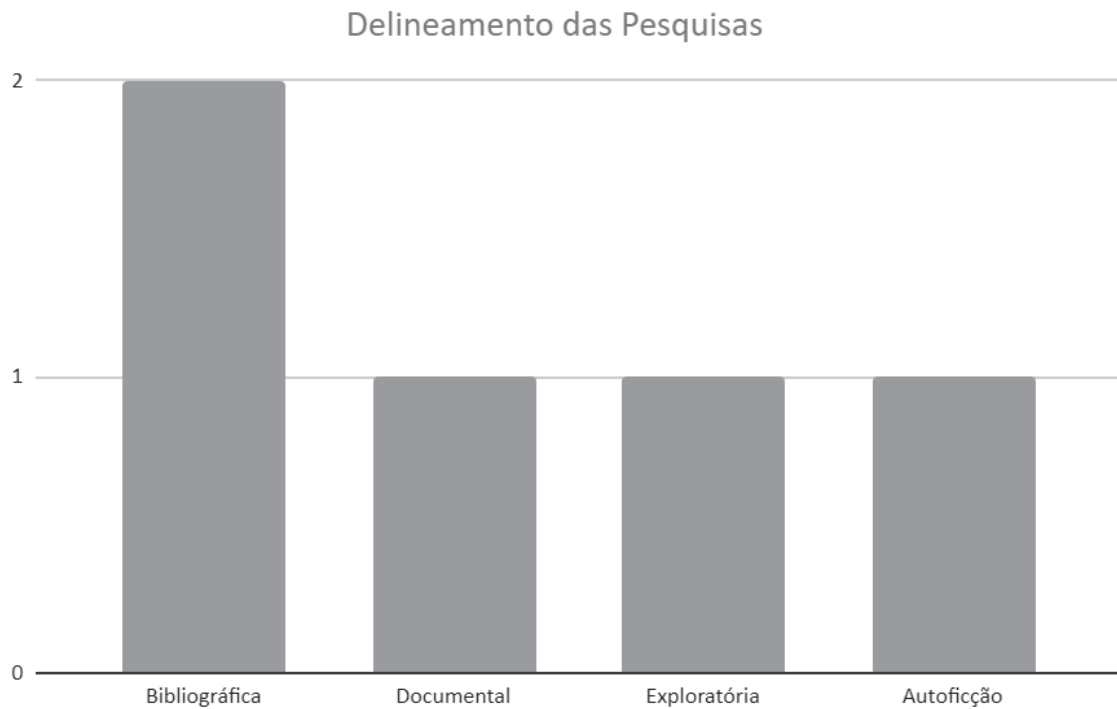


GRÁFICO 9 – Delineamento das Pesquisas

Fonte: corpus da pesquisa

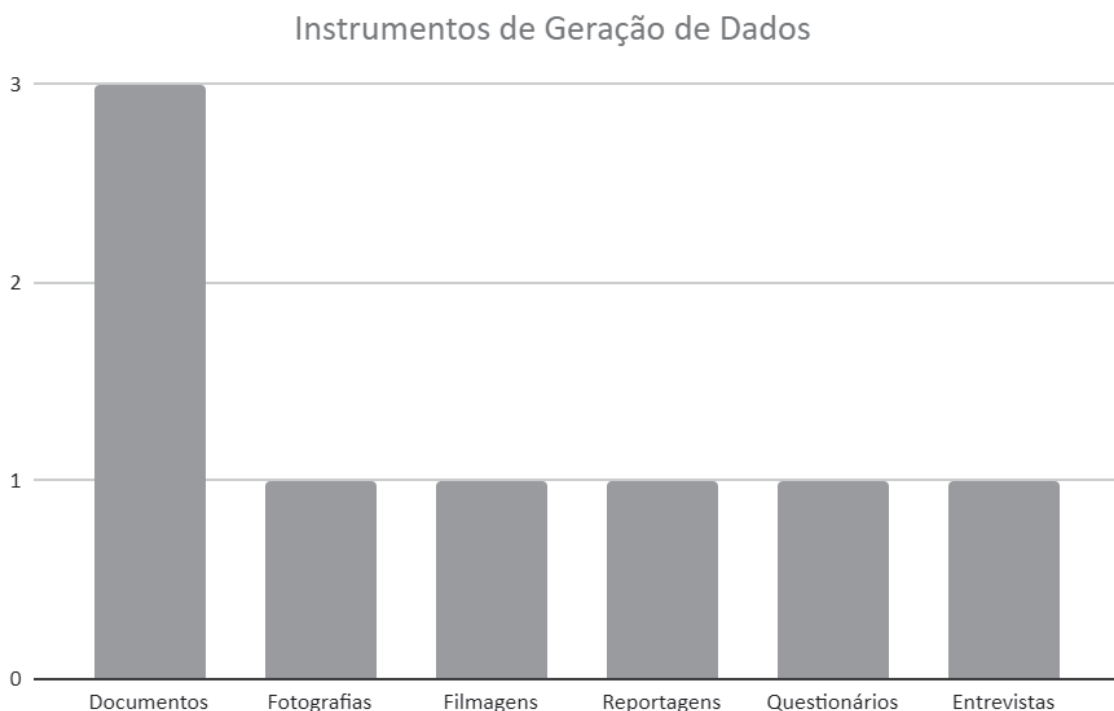
Destaca-se a maior frequência do delineamento bibliográfico, seguido de delineamento documental, exploratório e autoficção. Uma das pesquisas selecionadas definiu mais de um tipo de delineamento, portanto, o montante numérico é maior do que o número total de dissertações.

Para Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é estruturada a partir de materiais já elaborados valendo-se principalmente de livros e produções científicas, concentrando sua principal vantagem na ampla cobertura de fenômenos que o pesquisador ou pesquisadora pode acessar indiretamente. Para Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa bibliográfica abrange desde publicações avulsas, jornais, livros, revistas, até meios de comunicação, como rádio, tv e filmes. Desse modo, coloca o pesquisador ou pesquisadora em contato com tudo o que já foi “escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.183).

Sobre o delineamento documental, Gil (2008) aponta semelhanças com o delineamento bibliográfico, com uma exceção única com relação à natureza das fontes. Tendo em vista que a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico, podendo ser: reportagens, diários, cartas, filmes, documentos oficiais, fotografias, entre outros.

Conforme Gil (2008), a pesquisa exploratória tem o objetivo de possibilitar, de forma aproximativa, uma visão geral de um determinado fato. Em geral, envolvem levanto documental, bibliográfico, entrevistas e estudos de caso. O delineamento denominado autoficção foi aplicado na dissertação C e, segundo o autor, se trata de uma pesquisa de autoficção biográfica (LECHETA, 2019, p.86) que será explicada brevemente mais adiante. Cabe lembrar que as informações do gráfico consideram as descrições propostas pelos pesquisadores e pesquisadoras na descrição de suas dissertações.

GRÁFICO 10 – Instrumentos de geração de dados



Fonte: corpus da pesquisa

Com relação aos instrumentos utilizados para geração de dados, observa-se uma variedade nas escolhas dos pesquisadores e pesquisadora e também a opção de mais de um instrumento por pesquisa. No entanto, a maior parte concentrou-se

em instrumentos característicos de pesquisas documentais. O autor Antonio Carlos Gil (2008) descreve quatro razões para o uso de fontes documentais, que podem ser problematizadas como hipóteses para a escolha em tais estudos, são elas: possibilita o conhecimento do passado, possibilita a investigação dos processos de mudança social e cultural, permite a obtenção de dados com menor custo e favorece a obtenção de dados sem o constrangimento dos sujeitos. Nesta última, o autor relaciona a dificuldade em acessar a “vida íntima das pessoas” a depender do objeto de pesquisa (GIL, 2008, p. 154).

Ao identificar o conjunto de palavras-chave disponíveis nos resumos das produções, foi possível perceber uma padronização nos descritores “masculinidades” e “gênero” presentes em 100% e 75% dos trabalhos, respectivamente. Tendo em vista os caminhos teóricos adotados pelas dissertações, observa-se que os descritores funcionam como um complemento do resumo. Ressalta-se a importância desses elementos para a comunicação do conhecimento, em particular, nas etapas de filtragem. Apresentou-se no quadro os descritores mais frequentes no conjunto de palavras-chave dos trabalhos.

QUADRO 6 – Palavras-chave

PALAVRAS-CHAVE	FREQUÊNCIA %
Masculinidades	100%
Gênero	75%
Educação	50%

Fonte: corpus da pesquisa

Neste estudo consideramos os descritores dos trabalhos para definir o corpus da pesquisa, como relatado anteriormente. Sobre o uso de palavras-chave na recuperação e disseminação do conhecimento científico, Aline Lima Gonçalves (2008) afirma que

Representar apropriadamente informações contidas em um determinado documento é de fundamental importância para a recuperação informacional, e os termos de indexação, somados aos resumos, são os principais produtos dessa atividade. Juntos, eles descrevem o conteúdo de um registro, indicando seus pontos principais. Nesse sentido, são elementos que facilitam a comunicação do conhecimento [...] (Aline Lima GONÇALVES, 2008, n.p).

Portanto, percebe-se que nas discussões sobre masculinidades nos programas de pós-graduação em Educação analisados, há uma convergência entre os conceitos-teorias utilizados e os descritores definidos pelos autores e autoras, facilitando a comunicação científica.

Por fim, com o objetivo de traçar um perfil dos pesquisadores e pesquisadoras que discutem sobre masculinidades nas dissertações dos programas de pós-graduação em Educação, observou-se os dados expostos a seguir levando em conta alguns marcadores sociais da diferença (raça, sexualidade, gênero, classe, pertencimento religioso).

De acordo com Larissa Pelúcio (2011), as discussões a respeito dos marcadores sociais da diferença surgem na década de 1980 em uma dinâmica de auto-crítica do movimento feminista estadunidense com questionamentos acerca de uma representação unificada de mulher: branca, heterossexual, classe média. Essas problematizações também incluíram o tensionamento sobre o binarismo rígido: homem-mulher, masculino-feminino, heterossexual-homossexual, entendidos como essencializadores (PELÚCIO, 2011). Nesse aspecto, Pelúcio declara que o feminismo da diferença defende que o sujeito é constituído sócio-culturalmente envolvido em manobras discursivas nas quais os marcadores da diferença “não são variáveis independentes, mas se enfeixam de maneira que o eixo de diferenciação constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais” (PELÚCIO, 2011, p. 79).

Alinhado com esse pensamento, é possível partir de uma perspectiva interseccional desses marcadores, percebendo que há uma inter-relação entre eles conforme o contexto, evitando uma análise simplista de interpretar apenas um desses eixos como gerador de todas as diferenças (FACCHINI, 2009, p.146).

Tendo isso em vista, é necessário pontuar que os quadros foram compostos a partir das informações relatadas pelos próprios pesquisadores e pesquisadoras ao longo de suas investigações. Não foi possível fazer uma relação entre todas as produções, uma vez que nem todos os autores/autoras disponibilizaram esses dados em seus textos.

Gênero	Feminino	Masculino
Frequência %	25%	75%

Fonte: corpus da pesquisa

Sendo assim, 75% dos pesquisadores se identificam com o gênero masculino e 25% com o gênero feminino. O que demonstra que há um interesse de pesquisadores do gênero masculino no tema e nas discussões que dialogam com as teorias que se destacam no campo.

Quadro 8 – Orientação Sexual

Orientação sexual	Homossexual	Não definiu
Frequência %	25%	75%

Fonte: corpus da pesquisa

Sobre a orientação sexual, 25% dos pesquisadores definiram-se como homossexuais e 75% não definiram.

Quadro 9 – Pertencimento Religioso

Pertencimento religioso	Religião católica	Não definiu
Frequência %	25%	75%

Fonte: corpus da pesquisa

Sobre pertencimento religioso, 25% dos pesquisadores definiram-se como católicos e 75% não definiram.

Quadro 10 – Área de atuação profissional

Área de atuação profissional	Frequência %
Saúde	25%
Teatro	25%
Educação	50%

Fonte: corpus da pesquisa

Sobre as áreas de atuação profissional dos pesquisadores e pesquisadoras, 50% atua na área da Educação, 25% na área do Teatro e 25% na área da Saúde. O que demonstra que há um interesse de profissionais da área de Educação em discutir questões de masculinidades.

Os dados coletados não se demonstraram conclusivos para traçar um perfil geral dos pesquisadores e pesquisadoras com base nos marcadores sociais da diferença, uma vez que parte das informações buscadas não estavam acessíveis, o que impossibilitou a organização de uma análise mais extensa. É significativo destacar que nenhum dos pesquisadores ou pesquisadoras evidenciou em sua escrita sua raça ou etnia.

3.2 DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO CONTROLADA DAS CATEGORIAS

3.2.1 Perspectivas da infância e adolescência

As produções que fazem parte desta categoria de análise discutem as masculinidades a partir de investigações dos processos de socialização e constituição das masculinidades na infância e adolescência. Ambas as pesquisas demarcam os impactos da escola e da Educação nessas masculinidades produzidas em um contexto definido geracionalmente.

Na dissertação A, Laiana Moraes de Azevedo (2020) estuda as representações de adolescentes sobre masculinidades e sua relação com estilos e instrumentos musicais, em sua dissertação intitulada “ “Isto não é música de menino”: representações de instrumentos e estilos musicais entre adolescentes de um projeto de educação musical”, produzida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. A autora fundamenta sua discussão nos Estudos das Masculinidades, Estudos sobre Músicas e Gênero. Dentro do debate de masculinidades e gênero, considera como principais referências teóricas Raewyn Connell e Elisabeth Badinter.

O desenvolvimento do estudo foi motivado por sua trajetória profissional como professora de música e por sua experiência pessoal na infância com questionamentos envolvendo os papéis de gênero socialmente estabelecidos. Sua prática como docente permitiu a observação de uma determinada manutenção e perpetuação de diferenças entre meninos e meninas no ambiente escolar, particularmente, no que diz respeito às expectativas em torno da construção de uma identidade masculina.

A autora realizou duas revisões sistemáticas a fim de compreender o cenário de estudos sobre adolescentes, gênero, masculinidades e música. Buscou-se

trabalhos produzidos entre 2008 e 2018 nas plataformas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, *Scientific Electronic Library Online* e Google Acadêmico. Como já apontamos no capítulo anterior e evidenciando o resultado encontrado, constatou-se o baixo volume de pesquisas sobre masculinidades na produção acadêmica brasileira e uma lacuna em investigações com foco na faixa etária buscada, seguindo o Estatuto da Criança e do Adolescente que compreende a adolescência como o período entre 12 e 18 anos.

A pesquisa de Azevedo (2020) apresenta um caráter de investigação qualitativa com delineamento empírico e exploratório, suas buscas foram empreendidas dentro de um projeto público-privado denominado “Som da Banda” desenvolvido na cidade de Maringá. A autora selecionou previamente via sorteio doze adolescentes participantes do projeto, sendo seis meninos e seis meninas. Em seu processo de coleta, optou por entrevistas individuais semiestruturadas que contemplaram dados de identificação, representações sobre identidade de gênero e representações de instrumentos e estilos musicais (Laiana Moraes de AZEVEDO, p. 70, 2020). Na organização dos dados de identificação dos participantes a pesquisadora preocupou-se em investigar os seguintes itens (descritos aqui conforme encontrados no texto): sexo, cor, idade, religião, escola pública/privada, série e instrumento que executa no projeto. Os marcadores de pertencimento racial e religioso, série e classe não foram discutidos amplamente na pesquisa.

Embora Azevedo adote uma perspectiva teórica que considera gênero enquanto uma construção social e que compreende as questões de classe, raça e etnia como marcadores que geram experiências distintas de masculinidades (AZEVEDO, p.43, 2020), a autora não utiliza os dados para discutir possíveis impactos nas masculinidades dos adolescentes entrevistados. Ainda sobre a organização e apresentação dos dados, vale destacar também a utilização do termo “sexo” para definição das identidades masculina e feminina. A escolha do termo pela autora, sugere a aplicação das expressões “sexo” e “gênero” como sinônimos para indicar diferenças constitutivas entre homens e mulheres. Nesse sentido, “sexo” pode ser associado à interpretações biológicas, enquanto “gênero” busca resgatar as dimensões históricas, culturais e sociais dos diferentes significados de masculino e feminino (Cláudia VIANNA, p. 119, 1997). Portanto, ao empregar o termo “sexo” na apresentação e manipulação das informações coletadas, corre-se o risco de induzir uma interpretação que reduz as experiências de masculinidades apenas aos corpos

de homens cisgêneros, excluindo outras possibilidades de vivências, como seria o caso de meninos adolescentes trans.

Ao caracterizar a adolescência contemporânea em seu estudo, a pesquisadora notabiliza e cita pesquisas que destacam perspectivas centradas em mudanças corporais neste período da vida, privilegiando a descrição de um corpo cisgênero para narrar os processos de passagem entre infância e vida adulta. Observamos especificamente duas autoras mencionadas nas definições apresentadas pela pesquisadora, ambas da área da Saúde. O artigo “Adolescência: definições, conceitos e critérios” de Evelyn Eisenstein (2005) disponibiliza informações e noções baseadas em parâmetros biológicos, tal qual:

Estas mudanças corporais conhecidas como os fenômenos da *pubarca* ou *adrenarca* e *gonadarca* são parte de um processo contínuo e dinâmico que se inicia durante a vida fetal e termina com o completo crescimento e fusão total das epífises ósseas, com o desenvolvimento das características sexuais secundárias, com a completa maturação da mulher e do homem e de sua capacidade de fecundação, através de ovulação e espermatogênese, respectivamente, garantindo a perpetuação da espécie humana (Evelyn EISENSTEIN, 2005, p.6)

Ao pautar a experiência da adolescência em uma dimensão essencialista e biológica se considera a cisgeneridade como lugar comum e experiências que rompem e se distanciam desse cenário são revogadas. Levando em conta a existência e a construção de adolescências trans, é necessário ponderar que as mudanças biológicas não contemplam a complexidade da formação de identidade de gênero desse grupo. Ao relatar suas vivências e inquietações durante a infância e adolescência; a pesquisadora, professora, negra e travesti, Letícia Carolina Pereira do Nascimento descreve os atravessamentos que lhe ocorreram nessa fase, intitulada por ela como “período de descobertas”:

A pergunta era como um sonho muito desejado, embora às vezes fosse um pesadelo, repleto de medos, ameaças e escárnios. Eu vivia um lugar que, para muitos, é um não lugar – mas era um mundo só meu. Não estava em nenhuma margem do rio. Eu pensava que só poderia existir uma margem para o gênero masculino e outra para o gênero feminino. Rompendo com essa realidade, eu escolhi ser o próprio rio que corre veloz para além do vale, para um lugar onde se fazer era possível no confronto com algumas regras impostas (Leticia Carolina Pereira do NASCIMENTO, 2021, n.p)

A partir dessa narrativa percebe-se como descrições simplistas e biologizantes impactam e invalidam vidas e adolescências trans, colocando a cisgeneridade como começo, meio e fim desse processo. Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira (2012) também é citada por Azevedo (2020) e retrata a adolescência como um período de intensas mudanças referentes ao corpo, para ela há um desconforto na percepção da própria imagem. Segundo Oliveira (2012) “é parte dos processos psicológicos da adolescência a aceitação do novo corpo e sua incorporação à autoimagem, de forma integrada e sistêmica” (Maria Cláudia Santos Lopes de OLIVEIRA, p.41, 2012). Ao se eleger a Medicina e a Psicologia como áreas interlocutoras para fornecer saberes sobre adolescência, cria-se um repertório representativo da cisgeneridade que insere infâncias e adolescências trans como uma questão inerente ao campo da saúde. Portanto, notamos uma divergência entre a base teórica apresentada por Azevedo (2020) e algumas definições da adolescência contemporânea expostas no estudo.

Por fim, dentro do contexto de sua pesquisa, a autora compreende a música como um componente importante na formação de identidades na adolescência e no processo de socialização. Ela destaca que esse elemento pode ser visto como uma ferramenta para “ascender a formas de masculinidades hegemônicas e não hegemônicas” (AZEVEDO, p. 80, 2020). Na análise das respostas do grupo de adolescentes, a autora percebeu que as preferências musicais de meninos estão associadas aos estímulos sociais que ditam as normas relacionadas à masculinidade hegemônica. Em especial, estilos musicais que reproduzem as ideias de força, dominação, virilidade e subvalorização da figura feminina. Para a autora, esses mecanismos fortalecem a ideia da construção da identidade masculina em negação ao feminino, de acordo com Elisabeth Badinter (1994).

Também identificou-se nas respostas a associação de instrumentos com sons fortes à masculinidade e instrumentos com sons suaves à feminilidade, demonstrando as representações dos instrumentos nas expressões das identidades

dos participantes. Ainda que os dados tenham apontado para a predominância de representações da masculinidade hegemônica entre música e adolescentes, Azevedo conclui que os avanços dos movimentos sociais que lutam pela equidade entre homens e mulheres exercem influência sob as formas de pensar dos participantes, confluindo para a aceitação das relações de igualdade de gênero.

Na dissertação B, Tiago de Matos Peixoto (2020) apresenta-a como “O aluno-problema é problema de gênero?: questões sobre os meninos e os transtornos disruptivos” enquanto uma pesquisa de caráter bibliográfico desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. O pesquisador estrutura seu estudo em uma interlocução entre o campo da Educação e da Saúde, buscando associações entre comportamentos disruptivos, infância, gênero e escola.

Com base em suas experiências profissionais como psicólogo e psicoterapeuta e a necessidade de aprofundar discussões sobre psicopatologia e gênero, o autor questiona a maior frequência e concentração de meninos encaminhados aos serviços de saúde mental com comportamentos entendidos como problemáticos e relacionados aos transtornos disruptivos. Em uma breve descrição sobre esses comportamentos, Peixoto destaca que “quando falamos do comportamento disruptivo estamos falando de uma construção teórica que surge no âmbito das ciências” (PEIXOTO, p. 10, 2020) e que encontra destaque em pesquisas no ramo da Psicopatologia do Desenvolvimento.

Sua análise se concentra na categoria de Transtornos do Comportamento Disruptivo expressa no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais publicado pela Associação Americana de Psiquiatria e utilizado por profissionais da área como parâmetro para delinear diagnósticos psiquiátricos. Ainda sobre essa escolha, Peixoto salienta que esses comportamentos podem ser caracterizados pela possibilidade de ruptura ou violação associados principalmente ao período da infância.

Neste aspecto, o autor se propõe a discutir uma infância generificada privilegiando a problematização de “uma infância marcada por uma experiência de gênero masculina - ou seja, um estudo sobre meninos que ainda não ingressaram na puberdade” (PEIXOTO, p. 12, 2020). Segundo sua pesquisa e prática laboral, a maior parte dos encaminhamentos que expõe características que se conectam aos transtornos disruptivos são realizados pela escola. Portanto, o trabalho demonstra

um recorte institucional considerando crianças na faixa etária entre 4 e 12 anos que mantêm uma relação com o âmbito escolar.

Peixoto parte do pressuposto de que existe uma correlação entre os Transtornos do Comportamento Disruptivo e o gênero masculino, a fim de confirmar sua hipótese realiza uma revisão integrativa de artigos em bases de dados (*Scientific Eletronic Library Online, Education Resources Information Center, Scopus, Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde, Portal de Periódicos CAPES*) e faz a análise de 32 artigos em inglês, espanhol e português publicados entre 1992 e 2018.

As produções averiguadas na pesquisa oferecem diferentes posições da temática investigada. Um dos grupos de artigos explora a correlação entre Transtornos do Comportamento Disruptivos e outras categorias diagnósticas (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, Transtorno Opositivo-desafiador, Transtorno de Conduta), apontando possíveis distinções entre meninos e meninas. A maior parte dos estudos desse bloco debatem sobre possíveis diferenças comportamentais entre meninos e meninas com o mesmo diagnóstico. Alguns resultados apontam aspectos sociais e afetivos como preponderantes para tais diferenças, outros elegem fatores biológicos como determinantes e há ainda aqueles que não encontraram diferenças significativas.

Outros artigos buscam compreender o impacto dos contextos familiares e escolares nas distinções dos diagnósticos entre meninos e meninas, avaliando desde aspectos neurológicos e uso de medicações até as intervenções de pais, professores e professoras na determinação dos comportamentos disruptivos e suas atribuições conforme o gênero.

Ao que parece, todos os achados examinados se concentraram em infâncias de crianças cisgêneras, uma vez que as infâncias de crianças trans não foram consideradas nas amostras e resultados apresentados. Conforme revela Jaqueline Gomes de Jesus (2013), há poucos estudos que constroem discussões acerca de infâncias trans fora do campo da Saúde mental, indicando um silenciamento derivado de noções estereotipadas sobre gênero e de preconceito contra a população trans.

Ao discutir infâncias em sua pesquisa, Peixoto adota uma perspectiva teórica que se aproxima dos Estudos de Gênero (PEIXOTO, p. 19, 2020). Segundo ele, ao observar os estudos do desenvolvimento humano divulgados nos manuais de

Psicologia do Desenvolvimento é possível constatar uma inclinação às concepções evolutivas da espécie humana, suprimindo a perspectiva histórica. Desse modo, esse entendimento do desenvolvimento humano dentro do campo da Psicologia influencia e gera tensões nas questões de gênero, uma vez que de um lado há uma concepção epistemológica que defende uma construção biológica de gênero e de outro uma construção social da diferença entre gênero. Seguindo as perspectivas teóricas de Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015), o autor afirma que não é possível fixar experiências de meninos e meninas tomando o gênero como um resultado irrefutável de aspectos biológicos. Logo, esse processo de construção do gênero seria mutável e “caracterizado pela interconexão dos processos corporais com estruturas, grupos, instituições sociais ao longo do tempo” (PEIXOTO, p. 66, 2020).

Entendendo a masculinidade (o pesquisador optou por utilizar o termo no singular ao longo de sua pesquisa) como uma forma de produção de gênero, o autor conclui que as noções de infâncias são atravessadas pelas dimensões da masculinidade adulta que acaba atuando como definidora de formas de existência. Nesse contexto, Peixoto localiza o fenômeno do “aluno-problema” como uma condição atrelada aos meninos (PEIXOTO, p. 89, 2020) e à subordinação de experiências de masculinidades na infância aos referenciais normativos de masculinidade em um mundo estruturado por adultos.

Ainda que a produção esteja inserida no campo da Educação, ela se aproxima e se compatibiliza com estudos da Saúde, que conforme apresentado no capítulo anterior, desponta como uma das áreas com o maior volume de trabalhos sobre masculinidades. Esse indicativo fundamenta-se pelo teor da discussão apresentada e pelo volume de referências do campo da Saúde, o que trouxe limitações nos resultados. Nesse sentido, o estudo pode representar avanços no debate sobre masculinidades na Educação ao incluir questões geracionais e de gênero no debate sobre infância. No entanto, não sugere uma interlocução com masculinidades periféricas e apresenta resultados restritos às infâncias cisgêneras.

3.2.2 Perspectivas periféricas

Nesta categoria inserem-se as produções que discutem masculinidades a partir de narrativas de sujeitos que se distanciam do padrão hegemônico de

masculinidade, debatendo desde aspectos da infância e vida adulta, até atravessamentos nas representações das masculinidades no âmbito profissional e em discursos midiáticos.

Também dentro do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, a dissertação C produzida pelo pesquisador Andrio Robert Lecheta (2019) é nomeada “Vocês acham que eu sou macho?": Autoficção, masculinidade(s) do campo e o teatro universitário em perspectiva dialógica”, problematiza as relações entre masculinidade, campo, corpo e práticas teatrais. O autor parte de uma proposta teórica baseada no pensamento bakhtiniano e sua perspectiva dialógica²², organizando sua pesquisa em um processo de “autopesquisar-se” na condição de sujeito pesquisador-pesquisado (LECHETA, p.91, 2019).

Nesta perspectiva, Lecheta elabora e constrói seu texto a partir de vivências e narrativas de si. O autor aproxima sua experiência investigativa e textual à uma autoficção biográfica ancorada na concepção de autoficção de Serge Doubrovsky²³. Em seu percurso analítico, Lecheta faz um amplo estudo sobre a constituição de sua própria masculinidade e os intercâmbios que atravessam sua identidade de homem do campo e sujeito do teatro universitário, demonstrando a posição instável e oscilante das categorias homem e masculinidade.

O estudo ordena-se basicamente entre memórias da infância e juventude em espaços rurais e a vida campesina, masculinidades e sujeito do campo e relações do autor com seu corpo, masculinidade e percepção de si pensadas a partir de suas práticas teatrais universitárias. Ao narrar e compartilhar suas lembranças da infância e adolescência, Lecheta localiza os mecanismos normativos de gênero que integram

²² Lucia Rottava (1999) em seus estudos sobre a perspectiva dialógica do filósofo Mikhail Mikhailovich Bakhtin, compreende que “o dialogismo de que trata Bakhtin é o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido para o texto, estabelecido através da interação entre os sujeitos (leitores/escritores) e o próprio texto” (Lucia Rottava, p.146, 1999). Portanto, para Bakhtin o texto é determinado por duas questões: a intenção e a execução dessa intenção.

²³ Ao se debruçar sobre a obra de Serge Doubrovsky, Luciana Persice Nogueira (2016) destaca que o autor cunhou o conceito de autoficção e tornou-se referência dentro do gênero da autobiografia. Para a autora “a autoficção, portanto, transforma o “si mesmo” em espetáculo” (Luciana Persice Nogueira, 2016). Nesse sentido, Nogueira assinala que esse espetáculo é o agenciamento de uma série de distintos registros de memória: o entrelaçamento da memória biográfica e a memória do narrador e a memória da obra. Ela ainda sinaliza que “a autoficção será um sistemático exercício narcísico que vai se declinar em dois planos principais: pelo hibridismo de gêneros, que mescla ficção, autobiografia, ensaio e psicanálise; e por um trabalho lúdico e engenhoso com a língua” (Luciana Persice Nogueira, 2016).

sua constituição enquanto sujeito e refletem como referenciais de uma masculinidade hegemônica em sua trajetória.

Durante sua análise ele destaca situações vivenciadas em diferentes contextos e demonstra de que maneira suas percepções de si mesmo são impactadas e intermediadas pelo olhar do outro, compreendendo que “O reflexo da nossa existência será sempre transpassado pelo outro. Só é possível existir, sentir-se coisa - aqui pelas palavras do outro em mim num processo ininterrupto de alteridade” (LECHETA, p. 18, 2019). O pesquisador revela seus mecanismos para subverter as normas estabelecidas ao gênero e as insistentes fiscalizações para assegurar sua suposta posição de homem-macho.

Em suas recordações expostas no texto, divide com as leitoras e leitores os refúgios e abrigos encontrados durante suas brincadeiras para enfrentar discursos que o repreendiam por não atender ao padrão hegemônico de masculinidade. Assim como Azevedo (2020), Lecheta confirma que a ideia de masculinidade hegemônica é arquitetada sob a hipótese de uma virilidade intocável e irredutível, precisando manter-se forçosamente em oposição ao feminino. Dessa maneira, a investigação de Lecheta comprova que as brincadeiras ou trejeitos que indicam qualquer aproximação à feminilidade são rechaçadas e condenadas socialmente. Conforme enfatiza em sua narrativa, suas brincadeiras aconteciam em segredo flertando com as condições de proibição impostas. Sua corporeidade afeminada que fora vigiada pelo outro, passa a ser percebida como motivo de autorregulação por ele mesmo. Nesse trajeto, sua percepção de si é afetada por um sentimento de culpa e rejeição de sua própria existência.

Com os impedimentos direcionados às suas brincadeiras preferidas, a ludicidade e criatividade foram aliadas para produzir certa desestabilização nas normas relacionadas a sua condição adjacente às brincadeiras entendidas como de meninas. No lugar de bonecas de plástico, os galhos secos da roça ou os próprios braços cumpriam essa função. Lençóis, caixas de papelão e cadeiras compunham sua casinha. Performances com camisetas presas na cabeça simulavam cabelos longos e produziam seu show clandestino e particular no quarto. As experiências de vigilância contadas pelo autor e protagonizadas pela família, escola e igreja, reforçam uma narrativa que privilegia a ideia de um determinismo biológico e que permeia a constituição de sua identidade e masculinidade desde a infância. Nota-se que a infância ideal localizada nesse discurso regulador, é uma infância

universalizada. De acordo com Megg Rayara Gomes de Oliveira, a infância universal é classificada como modelo de normalidade e ao passo que se desloca desse padrão (cisgênero, branco, heterossexual, classe média, sem problemas de saúde física e mental) a criança tem sua infância marcada como perigosa, levando riscos hipotéticos às infâncias universais (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, p. 120, 2018).

No estudo e trajetória de Lecheta, destaca-se o poder agenciador da tríade família-escola-igreja para a manutenção de uma infância e juventude normatizadas, colocando sua masculinidade em um lugar de policiamento constante. No contexto da vida do autor, os campos familiar e religioso se complementam. Ao descrever o rito do batismo dentro da igreja católica, ele demarca como seus pais escolheram padrinhos e madrinhas com a função de ampará-lo e mantê-lo distante do pecado: “Mais pessoas para aplicar os valores morais religiosos nesta trajetória e evitar desvios” (LECHETA, p. 20, 2019). Também é preciso considerar as características do ambiente campesino e os funcionamentos familiares que lhe são próprios, Lecheta destaca a reputação familiar como um valor e o comprometimento com a genealogia como característica do sujeito do campo. Nesse caso, dentre as atribuições dos padrinhos e familiares, consta a condição de “criá-lo à luz da fé cristã (católica), zeloso pelo nome de sua família e longe das possibilidades de ser considerado um castigo de Deus” (LECHETA, p. 21, 2019).

Diante disso, pode-se considerar que a construção dos gêneros e das sexualidades acontece por meio de incontáveis práticas e aprendizagens em diferentes situações cotidianas, produzida de maneira incessante por um conjunto de instâncias sociais e culturais. Segundo Guacira Lopes Louro, “é um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo” (LOURO, 2008, p.18). A prescrição de um modelo cisheteronormativo e a obrigatoriedade de ajustamento e reprodução do mesmo faz parte de um discurso religioso formatado historicamente para determinar padrões únicos de comportamento, tornando-se um eficaz mecanismo de controle que se atualiza conforme há demandas sociais por rupturas e mudanças (OLIVEIRA, 2018, P. 112).

Na escola a percepção do autor sobre si mesmo é novamente impugnada pelo olhar do outro, seus comportamentos provocam instabilidades e supervisão frequente de sua masculinidade. Em sua pré-adolescência passa

a entender seu corpo como um *corpo viado* sempre interpelado pelo outro. Seu distanciamento de *como um homem deveria ser*, levaram-no a compreender sua corporeidade, “Uma corporeidade que foge às normas estabelecidas ao gênero e ao macho. Nuances *afeminidas* e *afetadas* de si. Autopercepção que cada vez mais incitava a uma rejeição precoce de sua própria existência” (Andrio Robert Lecheta, p. 35, 2019).

Partindo do princípio de que o gênero é construído por atos corporais específicos, Judith Butler certifica a necessidade do entendimento do corpo enquanto um conjunto de possibilidades. Por esse ângulo, o corpo é uma ideia histórica que “adquire significado por meio de uma expressão concreta e historicamente mediada no mundo” (Judith Butler, p. 4, 2018), contestando a construção de um corpo apoiado apenas em concepções essencialistas e biologizantes. Considerando tal aspecto, reconhece-se que esse conjunto de possibilidades são limitadas pelas condições históricas, portanto, o corpo não é uma materialidade meramente factual, é uma materialidade que assume significado: “o corpo não é meramente matéria, mas uma materialização contínua e incessante de possibilidades” (BUTLER, 2018, p.5). Para sustentar a masculinidade hegemônica é preciso *fazer* um corpo, um corpo que seja suficientemente macho, viril e ativo. Connell aponta para as contradições e limites dessa configuração de corporificar o gênero e fazer-se homem, indica que “O corpo tem papel ativo nos processos de gênero, e pode aparecer como antagonista dentro da masculinidade hegemônica” (CONNELL, 2013, p. 340). Ainda sobre a correspondência entre corpo e comportamentos generificados, Guacira Lopes Louro sublinha:

Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidades nem inconstância. Aparentemente se deduz uma identidade de gênero, sexual ou étnica de “marcas” biológicas; o processo é, no entanto, muito mais complexo e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada. Os corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados (LOURO, 2000, n.p).

Nesta relação entre corpo e masculinidade hegemônica, a aproximação de trejeitos lidos como femininos e o distanciamento de práticas heteronormativas,

localizam a masculinidade de Lecheta no que entendemos neste estudo por masculinidade periférica (OLIVEIRA, 2017, p. 170). As experiências do autor (lido como uma criança afeminada) e suas relações com a escola, ocasionam “um mergulho na normatização” (LECHETA, 2019, p. 39). Nesse sentido, Guacira Lopes Louro nos lembra que a preocupação com o corpo sempre fez parte das estratégias e práticas pedagógicas, ocupando lugar central nessa estrutura. Para a autora, historicamente, a escola e seus processos sempre se empenharam em corrigir e monitorar corpos (LOURO, 2000, p.60).

É necessário considerar que as experiências escolares relatadas pelo pesquisador são em grande parte constituídas no âmbito da escola rural e da vida campesina. Ao reconhecer-se como sujeito do campo, Lecheta se depara com um estereótipo de masculinidade e homem valorizados e legitimados nesse meio. De acordo com seus relatos, um sujeito do campo tem sua identidade composta por valores basilares e fatores específicos da cultura: religião, trabalho, estudo, obediência e disciplina, e por fim, o fator geracional. Para o autor, a questão geracional é imperativa e aponta para uma maneira de como o sujeito *deve ser*. Sobre isso, destaca

Este *deve ser* se constrói e é repassado de geração em geração como um dogma, afirmando como as coisas devem funcionar. O sujeito do campo aprende desde muito cedo que o dever é sua principal responsabilidade. Sua vida não *pode ser* assim, mas *deve ser* assim. Não é uma posição de escolha, mas de condição. Herança, obediência e norma parecem apontar para o tripé da constituição do sujeito do campo (LECHETA, 2019, p. 119).

Em outro estudo sobre masculinidades e homens do campo, Liza Bilhalva Martins da Silva também ressalta que os valores transmitidos de geração em geração e a relação com o trabalho ensinam o que é ser homem no campo. Esse trabalho, denominado pela autora de “lida campeira”, envolve um aspecto ético que evoca características de bravura, honra e disciplina (Liza Bilhalva Martins da SILVA, 2014, p.69). Portanto, para a autora o trabalho seria o lugar de construção dessa masculinidade do campo.

Levando em consideração os apontamentos sobre a construção da masculinidade do campo, observa-se uma relação próxima com um padrão hegemônico de masculinidade. No entanto, é preciso destacar as inconsistências e

contradições nesta construção, uma vez que mesmo apresentando certas hegemonias dentro de sua estrutura, a masculinidade hegemônica do homem urbano se apresenta como dominante ao homem do campo, conforme Lecheta relata. Tendo isso em vista, torna-se importante considerar que as diferenças de classe, raça, etnia, idade, sexualidade, identidade de gênero, entre outras, movimentam-se através da categoria homem e ordenam custos e benefícios de forma desigual (VIGOYA, p.16, 2018).

Por fim, considerando os atravessamentos que marcam sua masculinidade, Lecheta se propõe a discutir suas experiências no teatro universitário e as tensões criadas ao redor de sua masculinidade. As distintas propostas no espaço teatral conduziram o pesquisador para reflexões sobre o rompimento das percepções sobre si geradas por discursos que vigiavam constantemente seu corpo e suas noções do que é ser homem. A respeito da desestabilização da compreensão de sua própria masculinidade e suas práticas teatrais, o autor descreve dessa forma:

O encontro com o teatro efervesceu a potência do Ser. Me permitiu voltar ao lugar da *criança viada* da infância para entender que a minha relação com o que se entende socialmente por feminilidade tinha uma sede por liberdade, por lugares outros de existência, por poder estar em entre lugares: entre o masculino e o feminino, entre o teatro e a igreja, entre o campo e a cidade (LECHETA, 2019, p. 161).

Para o autor, a criança viada reprimida em sua infância era o lugar de liberdade, de existência do machinho do campo, como ele se autodescreve.

Então o teatro devolve meu *corpo viado*, meu corpo-livre, me permitindo ser o machinho do campo, sim machinho, bem *inho*, bem frágil, vulnerável, pequeno, bem forte, resistente e grande. Bem *entre*, nunca em um lugar definido. O machinho é o resultado do (re)encontro, provocativamente no diminutivo para pensar em uma nova possibilidade de masculinidade do campo. Masculinidades em processo contínuo e inacabável (LECHETA, 2019, p. 162).

A partir da análise do estudo de Lecheta, é possível verificar oportunidades de ampliações teóricas e metodológicas no campo das masculinidades a partir de sua autonarrativa, privilegiando propostas fundamentadas no sujeito, sua masculinidade e atravessamentos inerentes à sua constituição e vivência. Nesse

sentido, assume-se uma posição que contesta a universalidade da categoria homem e lança expectativas sobre novas contribuições aos estudos já consolidados, articulando diferentes aportes teóricos e tensionando a produção de conhecimento sobre o assunto.

Na última produção analisada e descrita, dissertação D, “Gênero e docência na Educação Infantil: Produção de masculinidades docentes em discursos jurídicos e midiáticos em tempos ultraconservadores” estruturada dentro do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Diego Paiva Bahls (2021) discorre sobre masculinidades na docência de Educação Infantil e os impactos gerados por discursos jurídicos e midiáticos produzidos em um cenário político conservador que ganhou espaço nas eleições presidenciais de 2018. Apoiando-se em um quadro teórico pós-estruturalista, o pesquisador busca se distanciar de concepções universalizantes. Nesse aspecto, Bahls afirma que “a vertente do pós-estruturalismo vai questionar as identidades, polarizações, regimes dicotomizados e binários que são encarados como naturais” (BAHLS, p.46, 2021), sinalizando a centralidade da linguagem na significação do mundo.

Estabelecendo uma relação entre sua trajetória profissional como professor e suas escolhas teóricas e metodológicas, o autor propõe questionamentos e tensionamentos a respeito da generificação da docência na Educação Infantil. Conforme consta na Base Nacional Comum Curricular, a Educação Infantil tem em sua concepção as questões do cuidar e educar como processos indissociáveis no processo educativo. O documento também sinaliza que a inserção das crianças na primeira etapa da Educação Básica reflete-se como a primeira ruptura dos vínculos familiares para adentrar uma estrutura social mais ampla (BRASIL, 2018).

Segundo o estudo de Bahls, as dimensões do cuidar e educar foram associadas histórica, política e culturalmente como práticas essencialmente femininas. Nesse cenário, a presença da professora corresponde a uma “figura representativa de uma identidade feminina do lar e substituta do papel materno na escola” (BAHLS, p.25, 2021). Seguindo essa mesma lógica biologizante e de funções socialmente pré-estabelecidas, as docências masculinas são questionadas e vistas como ameaças, “deslocadas para um lugar de inadequação” (BAHLS, p.177, 2021). Dentro dessa representação de masculinidades perigosas, professores têm suas práticas desconectadas do afeto e do cuidado, logo constrói-

se uma narrativa de que não são capacitados para ocupar espaços educacionais com crianças pequenas.

Reitero os dados apresentados por Bahls em seu estudo vinculando-os à minha experiência docente dedicada à primeira infância. Enquanto homem trans e professor de Educação Infantil me deparo com estranhamentos e inquietações no cotidiano, não é comum e nem esperado a presença de um homem neste espaço. São frequentes os comentários que demonstram espanto e incômodo, frases como “Nossa, não sabia que tem professor na sala!” revelam o desconforto dos cuidadores e responsáveis pelas crianças ao se deparar com um homem exercendo uma função que é atribuída e relacionada às mulheres e a maternagem. Questões como “Você é casado? Você tem filhos ou pretende ter?” também compõem o extenso interrogatório. Assim como descreve Bahls, a paternidade e a heterossexualidade criam uma referência de masculinidade mais próxima das lógicas de casamento e constituição de família, o que favorece em alguma medida a aceitação de professores nesse contexto.

Na esfera da sexualidade, já recebi algumas perguntas do tipo “Você namora meninas?” ou ainda mais diretas “Você é gay?” Ao indagar meus interpelantes sobre a origem da dúvida, obtenho como resposta: “É que você é delicado, tem jeito com as crianças”, “Você é cuidadoso” ou “Você é simpático, comunicativo”. Ao que parece essas características e condutas se aproximam da feminilidade, logo há uma suspeita sobre minha sexualidade e por conseguinte a legitimidade de minha masculinidade é discutível. Ao explorar esses dilemas em sua investigação, Bahls estabelece que

As masculinidades homossexuais na docência podem ser interpretadas como identidade que descaracteriza o sujeito enquanto homem, já que há certo entendimento no senso comum, de que a heterossexualidade é o que vai conceder o status de legitimidade para o masculino [...] (BAHLS, 2021, p.190)

Embora seja heterossexual, minha masculinidade se distancia da masculinidade hegemônica construída como referencial autêntico, uma vez que deixo de reproduzir práticas que reforçam o rígido binarismo de gênero. É importante destacar que a construção de minha masculinidade parte de outro lugar, minha

masculinidade trans é atravessada por outras experiências que desafiam e contestam a ideia de masculinidade e feminilidade hegemônicas, opondo-se ao determinismo biológico e à essencialização da categoria homem.

Assim como Laiana Moraes de Azevedo (2020) e Andrio Robert Lecheta (2019), o pesquisador também apoia-se nas teses de Elisabeth Badinter que sugere uma construção da masculinidade (dominadora e agressiva) a partir de um distanciamento da feminilidade. Nesse sentido, para ser considerado homem, é necessário se afastar de características tidas como femininas, não se pode demonstrar traços que desviam de uma masculinidade viril. Para ser homem é preciso não ser mulher.

Em consonância com Raewyn Connell, Mara Viveros Vigoya ressalta que nos estudos sobre masculinidades há diferentes definições do termo, condensando os quatro enfoques principais em: essencialista, positivista, normativo e semiótico (VIGOYA, p.43, 2018), destacamos aqui os dois últimos. Para a autora, a perspectiva normativa identifica diferenças entre os homens e estabelece que a masculinidade é aquilo que os homens deveriam ser. É possível questionar a legitimidade desta masculinidade, observando que as experiências masculinas são distintas entre si e se aproximam em maior ou menor grau dessa norma, mas a maior parte das vivências não conseguem se adequar integralmente às condições normativas. No prisma semiótico a masculinidade é determinada por meio de um conjunto de diferenças simbólicas que distinguem as categorias de feminino e masculino, definindo a masculinidade como um lugar de autoridade simbólica.

Em sua análise sobre a docência e as dimensões das masculinidades, Bahls considerou dois conjuntos de materiais empíricos, o Projeto de Lei nº 1174 de 2019²⁴ como fonte documental no campo jurídico e reportagens *online* com foco em docências masculinas na Educação Infantil como fonte no campo midiático. Na investigação dos materiais o pesquisador destaca a conjuntura da política brasileira contemporânea e a adoção de discursos polarizados e radicais, particularmente, as relações ideológicas e fundamentalistas em discussões de pautas sobre gênero, diversidade sexual e temas correlatos. Ao definir um suporte teórico-metodológico

²⁴ O Projeto de Lei nº 1174 de 2019 tem como propositura a exclusividade de profissionais mulheres nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil e segue em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo com o último andamento datado em 03/08/2022. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000292074>>. Acesso em: 30 de out. de 2022.

pós-estruturalista em seu estudo, o autor se utiliza da análise do discurso proposta por Michel Foucault para “analisar e problematizar a produção das masculinidades na docência da Educação Infantil, criada por regimes de poder-verdade que circulam nos discursos midiáticos e jurídicos” (BAHLS, p.153, 2021).

Ao examinar o compilado de fontes selecionadas, Bahls demonstra que as categorias de gênero (feminino/masculino) são compreendidas como dispositivos normalizadores e de poder, posicionando e localizando historicamente os espaços que os corpos devem ocupar nos âmbitos educacionais, jurídicos e midiáticos, colaborando para solidificar discursos essencializados e generificados. Também buscando compreender as relações de poder, ideologia e moralidades presentes nos discursos conservadores na contemporaneidade brasileira, Allan Santos (2021) se dedicou a investigar a construção dos enunciados do ex-presidente (2018-2022) Jair Bolsonaro nas redes sociais e definiu seis sentidos discursivos predominantes: ataques à imprensa, às instâncias independentes de poder e à ciência, constante apelo ao nacionalismo, militarismo e religiosidade. Segundo o autor, a estrutura que sustenta o discurso da extrema direita brasileira é “dada por um regime de verdade que mobiliza o ressentimento e o ódio decorrentes do poder masculino branco afrontado” (SANTOS, 2021, p.86). A narrativa bolsonarista evocou a imagem de um herói patriótico militarizado, centrado em valores reacionários com um tom paternal capaz de resgatar a nação das mazelas²⁵. Um conjunto de símbolos escorado em uma identidade masculina, branca, cisgênera, heterossexual e cristã. Nesse aspecto, Santos (2021) entende que essa odiosidade tem sido atualizada no Brasil com manifestações violentas diante do avanço de pautas dos movimentos sociais feminista, negro e LGBTI. Tal ressentimento derivado do que o autor chama de “poder masculino branco afrontado” é impulsionado e potencializado por meio de aparatos midiáticos, reforçando e legitimando a manutenção de uma hierarquia de gênero. Pode-se acrescentar também a colaboração dos aparatos jurídicos na

²⁵ Além do estudo citado, também foi possível apontar algumas características da construção da imagem de Bolsonaro analisando reportagens das mídias brasileira e estrangeira (BBC News Brasil, Revista Nueva Sociedad, El País) Consultar em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62490534>>. Acesso em: 20 out.de 2020. Disponível em: <<https://www.nuso.org/articulo/brasil-la-nueva-potencia-de-la-derecha-mutante/>> Acesso em: 20 out. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-08/bolsonaro-trump-e-a-masculinidad-toxica-como-espetaculo-na-politica.html>> Acesso em: 20 out.de 2020.

conservação dessa organização, de acordo com os dados expostos na pesquisa de Diego Paiva Bahls.

Similarmente, Mara Viveros Vigoya investigou a construção das imagens midiáticas de um dos ex-presidentes da Colômbia, Álvaro Uribe (2002-2010). Em seu estudo, a autora se detém aos valores ligados à masculinidade e branquidade como ferramentas de legitimação do poder. Assim como o exemplo brasileiro, Vigoya destaca que para ascender ao cargo da presidência Uribe mobilizou elementos do ideal masculino exibindo-os como virtudes particulares, conferindo aos seus discursos características análogas à masculinidade hegemônica: coragem, virilidade, autoridade, disciplina, audácia, heroísmo. Ao observar as dimensões de gênero e étnico-raciais na representação midiática da figura de Uribe, Vigoya destaca a importância da ampliação do debate sobre a masculinidade branca das elites latino-americanas para a criação de mecanismos de luta contra o racismo e sexismo que organizam nossa sociedade.

Da mesma forma, falar de masculinidade hegemônica pode contribuir para essencializá-la e convertê-la em atributo natural de certos homens. Considero, igualmente, que falar de branquidade e masculinidade e torná-las visíveis em um mundo que não as vê porque está estruturado por e para elas, pode conduzir a percebê-las como objetos de estudo neutros, como se fizessem parte do espectro da diversidade cultural e sexual da mesma forma que qualquer outra diferença (VIGOYA, 2018, p. 156)

Em vista disso, identificar os benefícios da masculinidade branca ocidentalizada, elitizada, hetero e ciscentrada²⁶ e questionar seu caráter fixo, neutro e respeitável nos debates torna possível a verificação das disputas que envolvem outras experiências atravessadas por um conjunto de diferenças e desigualdades de raça, classe social, idade, sexualidade, gênero e identidade de gênero. Proporcionando assim, condições para a ampliação do campo de estudos sobre homens e masculinidades geradas pelo tensionamento das relações históricas,

²⁶ Partiu-se do conceito de ciscentrismo que representa o conjunto de crenças de superioridade do gênero cisgênero ou da cisgeneridade. Este conceito foi proposto pela pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus (2020), uma mulher trans, ativista e professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (DIHS/ENSP/FIOCRUZ).

sociais e culturais a partir de denúncias da desvalorização e invisibilização de masculinidades não-ocidentais, não-brancas, não-héteros, não-cisgêneras.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que as masculinidades retratadas nos estudos de Bahls, Santos e Vigoya se organizam em torno da ideia de uma masculinidade universal e abstrata. Levando em conta as associações realizadas entre masculinidade, docência e representações jurídicas e midiáticas na pesquisa de Bahls, é possível afirmar que as docências masculinas na Educação Infantil são interrogadas e repreendidas por meio de discursos assentados em concepções essencialistas de gênero. As crenças em um sujeito homem universal e de uma construção da masculinidade avessa à fragilidade e à emotividade, colaboram para que essas docências sejam julgadas como perigosas e inaptas para exercer os cuidados necessários nesta etapa da Educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de buscar respostas a respeito das perspectivas teórico-metodológicas das pesquisas sobre masculinidades nos programas de pós-graduação em Educação das universidades públicas do Paraná, localizou-se as dissertações que optaram pela categoria masculinidade como centralidade e atenderam aos critérios definidos para a pesquisa, compreendendo que as interpretações nelas contidas são resultado de seu momento histórico e social.

Nesse sentido, a análise empreendida procurou realizar um levantamento de dados organizados com o intuito de demonstrar quais aspectos desse tema vem sendo destacados e quais os avanços disponíveis para esses estudos nos diálogos com Educação. Por meio de exposições quantitativas e qualitativas foi possível conceber um cenário das produções publicadas entre 2011 e 2021 na área de Educação no estado do Paraná.

Nota-se que o volume de dissertações analisadas concentra-se entre os anos de 2019 e 2021, revelando o interesse recente pelos estudos sobre masculinidades na área da Educação. Os dados também demonstram que 75% do material selecionado foi produzido no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná e 25% no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

O Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná desponta com o maior número de trabalhos discutindo a temática. Das três dissertações analisadas dentro do programa, duas se concentram na linha de pesquisa em Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação e uma na linha de pesquisa em Cultura, Escola e Ensino.

Destaca-se também que 75% das dissertações foram produzidas por pesquisadores do gênero masculino, o que demonstra um possível aumento no interesse de homens pela temática e pode-se considerar um avanço nas discussões. Apontou-se no primeiro capítulo deste estudo que as investigações no Brasil e na Nossa América despontaram dentro do feminismo e foram produzidas predominantemente por mulheres (VIGOYA, 2018).

Ao que se refere às perspectivas teóricas observa-se que as produções optaram por abordagens que associam os estudos de Gênero e estudos sobre Masculinidades. Na análise qualitativa e no acesso integral aos textos, percebeu-se que todas as produções partiram do conceito de gênero para problematizar a discussão sobre masculinidades. Nas dissertações A e B, Laiana Moraes de Azevedo (2020) e Tiago de Matos Peixoto (2020) conceituaram gênero com base na proposta de Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015). Segundo as autoras, uma definição de gênero baseada nas relações sociais é adequada para pensá-lo enquanto estrutura. Nesse aspecto, afirmam que gênero “não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa na vida ou no caráter humano. É um padrão em nossos arranjos sociais, e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão” (CONNELL; PEARSE, 2015, p.47).

Nessa mesma lógica, o autor da dissertação D, Diego Paiva Bahls (2021) adotou o conceito de gênero “elaborado a partir das lutas pelos direitos políticos e sociais dos movimentos feministas” (BAHLS, 2021, p.79). Dessa forma, o autor compreende gênero como uma construção social, considerando-o como organizador das esferas sociais e culturais, refutando determinismos biológicos. Por último, o autor da dissertação C, Andrio Robert Lecheta (2019), não detalha o conceito de gênero em sua discussão, mas o utiliza de maneira transversal ao compor sua análise fundamentando-se no entendimento de masculinidade sugerido por Raewyn Connell e James W. Messerschmidt (2013)

A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.250).

Sendo assim, as produções analisadas sustentam seus debates considerando “a masculinidade como um elemento no interior de uma estrutura e de uma configuração desta prática social que chamamos gênero” (VIGOYA, 2018, p. 15). A partir do entendimento de gênero empregado nas dissertações, Vigoya (2018) propõe considerar a diversidade de experiências vividas por diferentes homens para pensar como as diferenças de classe, raça, etnia, idade, orientação sexual, identidade de gênero, entre outras, atravessam e impactam a categoria “homem”.

Ao levar em conta os marcadores sociais da diferença, entende-se que todas as dissertações realizaram debates acerca da produção subjetiva da masculinidade articulada com a noção de diferença, de acordo com Pelúcio (2011) “a diferença só pode ser entendida relacionalmente, assumindo-se que existem normas e convenções tidas como válidas, mas das quais os “diferentes” se distanciam” (PELÚCIO, 2011, p.81). Desse modo, todas as investigações acionaram o conceito de masculinidade hegemônica apresentado por Raewyn Connell e James W. Messerschmidt (2013), que permite a percepção do funcionamento das hierarquias que se estabelecem entre diferentes masculinidades. Tendo a masculinidade hegemônica como representação de autoridade nas relações de gênero, reconhece-se que as masculinidades que não correspondem ao padrão imposto, podem ser chamadas de periféricas (OLIVEIRA, 2017).

Nessa conjuntura, identificou-se que as dissertações abordaram marcadores sociais da diferença, Azevedo (2020) e Peixoto (2020) colocaram em pauta as questões de idade. Ambos referem-se aos impactos das representações de masculinidade hegemônica nas produções de masculinidades na infância e adolescência. Segundo Azevedo, os resultados de sua pesquisa sugerem que adolescentes são influenciados pela masculinidade hegemônica à medida que buscam legitimar e validar suas vivências a partir deste padrão (AZEVEDO, 2020, p.100). Por sua vez, em seu estudo Peixoto entende que as masculinidades de meninos com comportamentos disruptivos afastam-se da normalidade imposta pela masculinidade hegemônica, visto que: suas masculinidades não são consideradas

plenas por conta de seu status etário de infante, os diagnósticos de transtornos afastam-os da construção de um ideal de homem produtivo e bem-sucedido e os colocam no lugar de sujeitos que geram riscos potenciais à sociedade (PEIXOTO, 2020, p.79).

Já Bahls (2021) e Lecheta (2019) tratam dos marcadores de identidade de gênero e orientação sexual, aprofundando seu debate na existência de masculinidades que se fundam assentadas em características destoantes da masculinidade hegemônica. Neste estudo, compreendemos a proposta dos autores como investigações que se dedicaram a pensar masculinidades periféricas, embora os autores recorram a outros termos para referenciá-las.

De acordo com Bahls, seus resultados apontam que as masculinidades de docentes do gênero masculino no campo da Educação Infantil são interpeladas por discursos midiáticos ultraconservadores que reforçam papéis de gênero e apoiam a ideia de uma masculinidade hegemônica. Considerando os princípios biologizantes desses discursos, as noções de cuidado, afeto e carinho são associadas à feminilidade, portanto, os homens que se aproximam destes aspectos têm suas masculinidades questionadas (BAHLS, 2021). Em sua dissertação, Lecheta discorre sobre sua própria masculinidade e orientação sexual, narrando sua experiência como homem gay do campo. Em suas proposições, o autor compreende que a feminilidade e a homossexualidade são pontos de divergência em relação à masculinidade hegemônica que é reiterada pelas normas estabelecidas na roça (LECHETA, 2019, p. 121) e entende a constituição das masculinidades como um processo contínuo e inacabado.

Ao que concerne os objetivos deste estudo buscou-se analisar a incidência de debates sobre masculinidades periféricas, e particularmente, a existência de diálogos com masculinidades trans. Nenhuma das produções citou o conceito de masculinidades periféricas, mas se referem à termos similares: masculinidades subordinadas, masculinidades marginalizadas, masculinidades subalternas, masculinidades não hegemônicas (AZEVEDO, 2020; BAHLS, 2021; LECHETA, 2019; PEIXOTO, 2020).

Todas as produções analisadas associam esses termos às masculinidades de homens homossexuais e masculinidades de homens negros ou grupos étnicos. Peixoto inclui as masculinidades de homens com deficiência ou transtornos mentais e de meninos com comportamentos disruptivos (PEIXOTO, 2020, p. 71). Lecheta

refere-se a masculinidades de homens do campo (LECHETA, 2019, p. 156) e Bahls acrescenta as possibilidades de masculinidades femininas e masculinidades que se constroem em “corpos entendidos como desviantes” (BAHLS, 2021, p.134).

Nesta investigação compreende-se que as masculinidades de homens trans se integram às masculinidades periféricas, visto que se estabelecem em contraposição aos ideais que sustentam o modelo hegemônico de masculinidade, conforme colocado nas sessões anteriores deste estudo. Atentando para o conceito de masculinidade hegemônica proposto por Raewyn Connell reconhece-se uma dinâmica de hierarquias que se estabelecem entre diferentes formas de ser homem, quando se tem um padrão imposto de masculinidade.

É importante discutir a percepção da cisgeneridade como definidor comum das vivências de masculinidades apontadas nos trabalhos selecionados. Nenhuma dissertação ocupou-se em problematizar masculinidades de homens trans. Em determinados trechos de sua pesquisa, Bahls (2021) faz alusões às possibilidades de produção de masculinidades distantes de concepções biologizantes e universalizantes, entende que “podemos dizer que as masculinidades e feminilidades não correspondem necessariamente a corpos designados pela anatomia” (BAHLS, 2021, p.162) e indica o caráter dinâmico, instável e conflitante da constituição das identidades de gênero. No entanto, apesar de indicar existências possíveis para além da cisgeneridade, o autor se limita a realizar exposições breves sobre transexualidade e não se aprofunda em questões que englobam as transmasculinidades.

Nessa perspectiva, verifica-se que a lógica cisgênera impera como normativa nas dissertações sobre masculinidades nos programas de pós-graduação em Educação das universidades públicas do Paraná. A autora Viviane Vergueiro Simakawa sugere pensar a normatividade cisgênera “enquanto um conjunto de dispositivos de poder colonialistas sobre as diversidades corporais e de gênero, sendo tais dispositivos atravessados por outras formas de inferiorização, marginalização e colonização interseccionais” (SIMAKAWA, 2015, p.72). Os questionamentos acerca da centralidade das experiências cisgêneras nas discussões de masculinidades e o apagamento de transmasculinidades em produções acadêmicas, se tornam fundamentais para os avanços dos debates no campo da Educação.

Nota-se que os pesquisadores e pesquisadoras tensionam o conceito de masculinidade hegemônica e acionam outras definições de masculinidades, mas não apresentam propostas de evolução do debate para além de alguns marcadores sociais da diferença mencionados com maior frequência (orientação sexual, idade, raça, etnia e classe). Icaro Bonamigo Gaspodini e Jaqueline Gomes de Jesus mobilizam o conceito de ciscentrismo para “representar o conjunto de crenças de superioridade do gênero cisgênero” (GASPODINI; JESUS, 2020, p.43) e possibilitar o reconhecimento de dimensões de violência contra pessoas trans. Seguindo essa concepção, uma perspectiva ciscentrista apresenta duas dimensões, afirma o sexo biológico como determinante do gênero e pontua apenas dois sexos binários como modelo de normalidade das genitálias e características sexuais (GASPODINI; JESUS, 2020, p.44).

Portanto, pode-se dizer, que a não conformidade com estes aspectos fundamentados em noções ciscentristas, provoca a subrepresentação de transmasculinidades na produção de conhecimento científico nos estudos das masculinidades e Educação. Levando em consideração os dados apresentados nesta investigação, argumenta-se que há uma subrepresentação de transmasculinidades, uma vez que os estudos analisados referenciam as questões de identidade de gênero e transexualidade, mas mantém as arguições na superficialidade. Desse modo, condicionam as masculinidades de homens trans para um lugar de não validação, um espaço sem legitimidade.

De todo modo, constata-se que as masculinidades cisgêneras são contestadas pelas masculinidades de homens trans a medida que existências transmasculinas demonstram a dissociação da masculinidade e da categoria homem, conforme sugere o autor Jack Halberstam²⁷ que defende a possibilidade da produção das masculinidades sem homens (Jack HALBERSTAM, 1998). Mara Viveros Vigoya também disserta sobre esse deslocamento:

²⁷ Jack Halberstam é um pesquisador estadunidense, professor e pessoa não-binária. Suas obras se inserem nos Estudos de Gênero e Estudos [Queer](#).

O uso persistente da categoria “homem” faz sentido se considerarmos que ela não pode ser reificada e se compreendermos que a masculinidade não é uma posição fixa nas relações de gênero e que pode ser desatada dos corpos dos homens. Em geral, os estudos das masculinidades se concentram sobre os sujeitos do sexo masculino, o que tem como efeito performativo no mundo acadêmico a circunscrição da masculinidade aos corpos e aos sexos “apropriados” para representá-la (VIGOYA, 2018, p.183).

Sendo assim, considera-se que as definições de masculinidade se fazem para além da naturalização de um padrão de masculinidade conectado à um corpo masculino cisgênero. Retomando as sinalizações de Raewyn Connell, diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social, incluindo relações de marginalização, cumplicidade e dominação; e simultaneamente, toda construção de masculinidade é particular, complexa e contraditória (CONNELL, 1995) sendo atravessada por diferentes marcadores sociais da diferença. As contribuições da autora oferecem uma estrutura referencial para pensar as relações entre as masculinidades e interpretá-las como configurações distintas de práticas que se constituem em situações e cenários próprios. Nesse aspecto, para analisar masculinidades de homens trans é preciso transcender as dimensões de identidade cisgênera e considerar a historicidade, impermanência e mutabilidade das masculinidades em diferentes tempos e lugares.

Considerando que as teorizações sobre transmasculinidades nos estudos sobre masculinidades são relativamente recentes, escassas e ainda inconclusivas (ALMEIDA, 2019; VIGOYA, 2018) esta investigação procurou apresentar um panorama das dissertações produzidas nos programas de pós-graduação em Educação do Paraná a fim de contribuir com possíveis progressos na inserção de homens trans nos debates, publicações e divulgações científicas sobre masculinidades e Educação.

5 REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Karla Galvão. Sobre os estudos em masculinidades no Brasil: revisitando o campo. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, v. 1, n. 3, p. 9-20, 2005.

ARAÚJO, Fábio Carvalho de; GOMES, Romeu; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 23, n.3, p. 565-574, 2007.

AGUIAR, Thais Geraldo Oliveira; QUADRADO, Raquel Pereira. Uma análise sobre transmasculinidades presentes numa série da mídia televisiva. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. Foz do Iguaçu, v.4, p. 01-09, 2018.

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v.20, n.2, p.513-523, 2012.

_____. Revisitando a aquarela das masculinidades. *Revista Brasileira de Cultura*, São Paulo, ano 22, n.242, p. 32-35, fev. 2019.

ARILHA, Margareth; MEDRADO, Benedito; UNBEHAUM, Sandra G (org). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34, 1998.

AZEVEDO, C. E. *et. al.* A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. *In: Encontro de Ensino e Pesquisa em administração e contabilidade*, IV. Anais..., 2013, Brasília, 2013.

AZEVEDO, Laiana Moraes de. "Isto não é música de menino": representações de instrumentos e estilos musicais entre adolescentes de um projeto de educação musical. *Dissertação (Mestrado em Educação)* - Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2020.

BADINTER, Elisabeth. *Xy: Sobre a identidade masculina*. Tradução Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

BAHLS, Diego Paiva. *Gênero e docência na Educação Infantil: Produção de masculinidades docentes em discursos jurídicos e midiáticos em tempos ultraconservadores*. *Dissertação (Mestrado em Educação)* - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

BANDEIRA, Gustavo Andrada. Um currículo de masculinidades nos estádios de futebol. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 44, p.342 - 351, 2010.

BARBARINI, Neuzi; MARTINS, Daniel Fauth Washington. Masculinidade como instituição: uma análise conceitual do "ser homem" no Brasil. *Psicologia Argumento*, v. 36, n. 92, p. 216 - 236, 2018.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Betina Warmling; PAMPLONA, Roberta Silveira. As masculinidades à brasileira: um balanço das produções sobre o tema nos periódicos científicos. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v.2, n. 95, p.1-20, 2021.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. Boletim de assassinatos contra travestis e transexuais em 2020 [online]. Rio de Janeiro, p. 01-08, 2020.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. Revista Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 17, n.10, p.2655-2664, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BÜCHELE, Fátima; CLÍMACO, Danilo de Assis; LIMA, Daniel Costa. Homens, Gênero e Violência Contra a Mulher. Saúde e Sociedade, v. 17, n. 2, p.69 - 81, 2008.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista [1988]. Traduzido por Jamille Pinheiro Dias. Caderno de leituras, n. 78, 2018. 16 p.

BUTLER, Judith. Problemas de gêneros: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BOFFI, Leticia Carolina; SANTOS, Manoel Antônio dos. Identidade de gênero de homens transexuais à luz de Paul Preciado. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 30, n. 2, p.1-15, 2022.

CARINO, Giselle; DINIZ, Debora. Bolsonaro, Trump e a masculinidade tóxica como espetáculo na política. El País, 8 de out. de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-08/bolsonaro-trump-e-a-masculinidade-toxica-como-espetaculo-na-politica.html>>. Acesso em: 20 de out. de 2022.

CARUZO, Matheus Svóboda. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v. 31, n.2, p.75-77, 2020.

CECCHETTO, F. R. Violência e estilos de masculinidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. Gênero: Uma perspectiva global. Tradução e revisão técnica Marília Moschkovich – São Paulo: nVersos, 2015.

CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. Revista Educação e Realidade. Online, v.20, n.2, p. 185-206, 1995.

CONNELL, Raewyn; Messerschmidt, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revistas de Estudos Feministas*. Florianópolis, v.21, n.1, p. 241-282, 2013.

COUTO, Márcia Thereza. Masculino...? Não, masculinidade!. *Horizontes Antropológicos*, v. 4, n. 9, p.320-324,1998.

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DENZIN, N.K; LINCOLN, Y. S. *The SAGE handbook of qualitative research*. California: Sage Publications, 2011.

DUARTE, Teresa. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). CIES-ISCTE, Lisboa, 2009. (CIES eWorking Paper, 60). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/1319>. Acesso em: 2 nov. 2022.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolescência & Saúde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 6-7, abr./jun. 2005.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para “arena” do movimento LGBT brasileiro. *Revista Bagoas*. Natal, n. 4, p.131-158, 2009.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; HOLANDA, Gerda de Souza. Estratégia da triangulação: uma incursão conceitual. *Revista Atos de pesquisa em Educação*. Blumenau, v. 15, n. 4, p. 1150-1166, 2020.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. *Metodologia do trabalho científico : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GASPODINI, Icaro Bonamigo; JESUS, Jaqueline Gomes de. Heterocentrismo e Ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. *Revista Universo Psi*. Taquara, v. 1, n. 2, p.33-51, 2020.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Aline Lima. Uso de resumos e palavras-chave em ciências sociais: uma avaliação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 26, n. 13, p.1-15, 2008.

HALBERSTAM, Jack. *Female Masculinity*. Durham: Duke University Press, 1998.

HAMLIN, Cynthia. VANDENBERGHE, Frédéric. *Vozes do Sul: entrevista com Raewyn Connell*. *Cad. Pagu*, n. 40, p. 345-358, jan./junho, 2013

HEILBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sérgio. Em cena, os homens... Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 6, n. 2, 1998.

JESUS, Dánie Marcelo; TCHALIAN, Vicente. Construções discursivas de anúncios de modelos transmasculinos em um site pornográfico e seus efeitos performáticos. Revista Raído. Dourados, v. 13, n. 33, p.161-178, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes. Crianças trans: memórias e desafios teóricos. - III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. 2013. Universidade do Estado da Bahia. – Grupo Enlace.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Aqui não temos gays nem lésbicas”: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. Revista Bagoas, Natal, n. 4, p. 171-189, 2009.

KIMMEL, Michael. Sobre masculinidad: nuevos aportes. Revista GénEros. Colima, v.1, n.3, p.54-62 , 1994.

LA FURCIA, Ange. Los colores de las fantasías. Estudios sobre masculinidades en Colombia: crítica feminista y geopolítica del conocimiento en la matriz colonial. Revista Colombiana de Sociología. Bogotá, v. 39, n.1, p. 47-78, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LECHETA, Andrio Robert. “Vocês acham que eu sou macho?” Autoficção, masculinidade(s) do campo e o teatro universitário em perspectiva dialógica. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katál. Florianópolis, v. 10, n. esp, p.37-45, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Revista Pro-posições. Campinas, v. 19, n. 2, p.17-23, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: _____. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Digitalizado).

LYRA, Jorge; MEDRADO, Benedito. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. Estudos Feministas, v. 16, n. 3, p.809 - 840, 2008.